

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

‘QUANDO DÁ PROBLEMA É PRAGA’:  
Uma antropologia da condição de javalis no Brasil e Espanha

Sarah Faria Moreno

Orientador: Prof. Dr. Jean Segata

Porto Alegre  
2023

Sarah Faria Moreno

‘QUANDO DÁ PROBLEMA É PRAGA’:  
Uma antropologia da condição de javalis no Brasil e Espanha

Texto apresentado ao Programa de Pós  
Graduação em Antropologia Social como  
requisito parcial para a obtenção de  
Doutorado em Antropologia Social.  
Orientador: Prof. Dr. Jean Segata.

Porto Alegre  
2023

### CIP - Catalogação na Publicação

Moreno, Sarah Faria  
'Quando dá problema é praga': uma antropologia da  
condição de javalis no Brasil e Espanha / Sarah Faria  
Moreno. -- 2023.  
140 f.  
Orientador: Jean Segata.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
Social, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. pragas. 2. javalis. 3. caça. 4. relações  
humano-animais. I. Segata, Jean, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Sarah Faria Moreno

‘QUANDO DÁ PROBLEMA É PRAGA’:  
Uma antropologia da condição de javalis no Brasil e Espanha

Texto apresentado ao Programa de Pós  
Graduação em Antropologia Social como  
requisito parcial para a obtenção do título  
de Doutora em Antropologia Social.

Porto Alegre, 18 de dezembro de 2023.

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA:

---

Aníbal Arregui  
Departament d'Antropologia Social  
Universitat de Barcelona (UB)

---

Bernardo Lewgoy  
Departamento de Antropologia Social  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Caetano Sordi  
Departamento de Antropologia Social  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

---

Felipe Vander Velden  
Departamento de Antropologia Social  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)



## AGRADECIMENTOS

O que é necessário para fazer uma pesquisa? Seja ela antropológica ou não, apoio é o único necessário. Apoio, no entanto, tal como praga, javali e caça, pode ser e significar uma multiplicidade de coisas. E aqui quero fazer menção aos distintos apoios que recebi ao longo de minha pesquisa e que foram essenciais para sua consolidação. Em primeiro lugar, certamente foi essencial o apoio financeiro. Os últimos anos se mostraram de muita dificuldade no que diz respeito ao incentivo à pesquisa e à ciência brasileira. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro concedido a esta pesquisa<sup>1</sup>.

Após o apoio financeiro concedido, uma pesquisa precisa do apoio de uma figura parceira da pessoa pesquisadora, que irá lhe orientar durante esse processo. Ao meu orientador, Professor Jean Segata, agradeço pela parceria ao longo desses anos. Uma parceria baseada em confiança mútua, essencial para enfrentar todas as adversidades que se apresentaram pelo caminho e por trazer a serenidade necessária nos mais difíceis momentos – sejam eles de cortes orçamentários, de pandemia, de resoluções burocráticas ou de fechamento de ciclo.

Considero o apoio seguinte de ordem estrutural. Quero dizer com isso que bases e alicerces são os responsáveis por sustentações, ainda que possam não ser tão visíveis quanto aquilo que sustentam. Sem o apoio estrutural de minha família, sobretudo de meus pais Reinaldo e Izabel, e de meus irmãos Ágata e Boris, a realização dessa pesquisa também não seria possível. Agradeço por sempre me incentivarem e respeitarem todas as minhas escolhas e aventuras. Ter a porta de casa sempre aberta para minhas tantas partidas e retornos é essencial.

Além de financiamento, orientação e estrutura, uma pesquisa também precisa do apoio de seus interlocutores. Sem interlocução e sem a confiança de tantas pessoas dispostas – e desconfiadas – a me receberem e me ensinarem um pouco de seus próprios mundos, às vezes diferentes – mas nem tanto assim – do mundo da antropóloga, as páginas seguintes estariam vazias. Agradeço às tantas pessoas que se dispuseram a compartilhar comigo: Alemão, Ana, Àngel, Artur, Dani, Dídac, Edenice, Éder, Fábio, Glayson, Josep Maria pai e filho, Juliano, Lirca, Mateu, Nito, Pei, Perelló, Rodrigo, Vera, Wily, e toda a *colla de caçadors* de Santa Maria de Meià. Aqui também agradeço à Professora Márcia

---

<sup>1</sup> Por meio do processo 88887.496005/2020-00 do Programa CAPES PROEX e do processo 88887.696338/2022-00 do Programa CAPES-PRINT.

Berreta e ao Dennis Patrocínio por me abrirem tantas portas e fazerem parte dessa interlocução.

Por conseguinte, o apoio dos pares antropólogos, investigadores, acadêmicos é necessário para o refinamento da pesquisa por meio das trocas. Agradeço, primeiramente, ao Professor Aníbal Arregui que me recebeu com muita disposição na Universitat de Barcelona e pelas muitas trocas sobre javalis e caça na Catalunha. Ao Professor Bernardo Lewgoy, agradeço por enriquecer tanto minha pesquisa com nossos diálogos sobre as pragas, e por participar do exame de qualificação desta tese junto dos professores Caetano Sordi e Ciméa Bevilaqua, a quem igualmente agradeço pela cuidadosa leitura e pelas ricas arguições e contribuições – e pelas tantas outras trocas que não se limitaram a este momento.

Os grupos de pesquisa também foram de grande apoio ao desenvolvimento dessa pesquisa ao longo dos anos. Ao Professor Felipe Vander Velden, coordenador do *Humanimalia*, agradeço por me conceder a oportunidade de fazer parte desse grupo tão importante para o campo da antropologia das relações multiespécies. E aos membros e colegas Ariane Vasques, Bruno Guillard, Bruno Santos, Daniella Alves, Elisa Oberst, Gabriel Sanchez, Izadora Acypreste, Julia Silva, Larissa Portugal, Leandra Holz, Luisa Fanaro, Matheus Silva, Matheus Sian, Míriam Stefanuto e Túllio Maia, agradeço pela parceria, pelas leituras, trocas e encontros – presenciais ou virtuais – que tanto animam e enriquecem.

Também agradeço aos membros do GEMMTE/UFRGS, Elisa Oberst, Felipe Burd, Julia Mistro, Leandra Pinto, Luiza Beck e Nathália Silva, por nossas trocas em tempos “pré-pandêmicos”. Agradeço ao Juan Martín Dabezies (Tincho), pelo convite a conhecer o grupo *Caza y Antropología* e receber-me tão atenciosamente em Rocha, no Uruguai, sendo uma primeira aproximação com os javalis. Também agradeço à Michele Dechoum, coordenadora do LEIMAC/UFSC, e aos membros Beatriz Goulart, Gabriela Silva, Mariana Borgert, Renato Fiacador e Sara Bencz pela oportunidade de estabelecer uma parceria com a Ecologia e aprender mais sobre as invasões biológicas.

A todos aqueles que me receberam de braços abertos em Porto Alegre, em especial à Leandra Pinto, Caroline Bressan, Marcell Franceschi e Bruna Helena, amigas e mulheres tão incríveis que muito me apoiaram nesse processo. Agradeço aos *guris*, Carlos Morrudo, Fábio Figueiredo, Gustavo Filho, Jardel Hermes, Marcelo Goulart, Pedro Mello e Rafael Ferrari por serem amigos tão receptivos na cidade, e ao Vitáli Marques pelo apoio

e companheirismo durante a encruzilhada de nossos caminhos. Também aos que me receberam em Barcelona, especialmente à Chryslen Mayra, Eny Pires, Felipe Souto, Fercho Marquéz-Elul, Jaquelin Pérez, Lorraine Saldanha e Thaysa de Miranda por compartilharem um pouco da vida e ser família.

Por fim, agradeço aos tantos outros antropólogos e sociólogos que me apoiaram por meio de leituras e debates em eventos acadêmicos, ou mesmo acolhendo-me de alguma forma. Faço menção especial à Ana Paula Perrota, Andrea Osório e Flávio Leonel, com quem as trocas foram mais frequentes e tanto aportaram à pesquisa.

Aos amigos de curta e longa data que partilham um pouco da vida comigo, seja nos PPGAS (UFSCar e UFRGS) ou fora, agradeço pela amizade que também é um importante apoio ao longo da trajetória: Ana Luísa Nardin, Bruno Stein, Eduardo Zanella, Erika Ribeiro, Everson Fernandes, Felipe Bueno, Filipe de César, Jennyfer Jurgensen, Manoela D'Andrea, Márcia Dantas, Maria Eugênia Ubeda, Mayara Suni e Nathália Zapparoli.

Esta pesquisa não teria existido sem tanto apoio!

\*

*In memoriam* deles que partiram ao longo do período desta pesquisa, meu avô Nicodemos Costa Faria, a quem a vida lhe foi longa e generosa, e de meu tio Roberto Moreno, uma das mais de 700 mil vidas levadas pela Covid-19 no Brasil.

## **APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).



*O Vigário ocupava-se em observar a videira, ainda com muitos cachos. Colheu um deles, lavou-o no arroio e levou uma baga à boca, provando-a de olhos fechados. – “Ainda são melhores recém-colhidas. Nunca foi podada, pois não? Melhor assim. Fica como Deus a fez. Os homens é que atrapalham tudo”.*

*(Luiz Antônio de Assis Brasil)*

*Nenhuma categoria de seres é sempre permanente e qualquer um pode se transformar virtualmente em qualquer outra coisa: humanos se tornam animais, animais se tornam humanos e o morto se converte no vivo.*

*(Rane Willerslev)*

## RESUMO

Considerada uma das cem piores espécies exóticas invasoras do mundo, javalis podem ser compreendidos como uma praga pelos danos que causam à agricultura em diversos lugares do planeta. A caça desses animais, ainda que muito polêmica, tem se mostrado como o método de controle mais usual. Deste modo, esta pesquisa se propõe compreender de que forma e em quais circunstâncias um animal é concebido enquanto praga e lhe é demandado controle. Para analisar as circunstâncias da praga desenvolvi investigações de forma multissituada abarcando regiões do estado brasileiro do Rio Grande do Sul e da comunidade autônoma espanhola da Catalunha onde os animais são tidos como praga. Situada dentro do campo da antropologia das relações multiespécies, esta pesquisa engloba um emaranhado de relações entre seres humanos e não humanos que é fundamental para entender a circunstância da praga. Ao final, podemos compreender que praga, para além de algo importuno e nocivo, é uma condição emergente que qualquer criatura humana ou não humana pode vir a ser.

Palavras-chave: Pragas; Javalis; Caça; Relações humano-animais; Brasil; Espanha

## ABSTRACT

Considered one of the hundred worst invasive alien species in the world, wild boars can be understood as a pest due to the damage they cause to agriculture in many parts of the planet. Hunting these animals, although very controversial, has proven to be the most usual control method. Therefore, this research aims to understand how and under what circumstances an animal is conceived as a pest and is required to be controlled. To analyze the circumstances of the plague, I developed investigations in a multi-sited manner covering regions of the Brazilian state of Rio Grande do Sul and the Spanish autonomous community of Catalonia where the animals are considered a pest. Situated on the field of multispecies anthropology, this research encompasses an entanglement of relationships between human and non-human beings that is fundamental to understanding the circumstance of the plague. In the end, we can understand that plague, in addition to being something annoying and harmful, is an emerging condition that any human or non-human creature can become.

Key words: Pest; Wild boar; Hunting; Human-animal relationships; Brazil; Spain



## RESUMEN

Considerada una de las cien peores especies exóticas invasoras del mundo, los jabalíes pueden comprenderse como una plaga por los daños ocasionados a la agricultura en muchas partes del planeta. La cacería de esos animales, aunque muy polémica, se ha mostrado como el método de control más usual. Por ello, esta investigación propone comprender cómo y bajo cuales circunstancias un animal es concebido en cuanto plaga y le es requerido control. Para analizar las circunstancias de la plaga, desarrollé investigaciones multisituadas abarcando regiones del estado brasileño de Rio Grande do Sul y de la comunidad autónoma española de Cataluña donde los animales son considerados plaga. Situada en el campo de la antropología de las relaciones multiespecies, esta investigación abarca una maraña de relaciones entre seres humanos y no humanos que es fundamental para entender la circunstancia de la plaga. Al final, podemos comprender que plaga, más allá de algo molesto y dañino, es una condición emergente en la que cualquier criatura humana o no humana puede convertirse.

Palabras-clave: Plaga; Jabalí; Caza; Relaciones humano-animal; Brasil; España

## LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1 - MAPA DO RIO GRANDE DO SUL DESTACANDO AS CIDADES DE SÃO FRANCISCO DE PAULA E BAGÉ, PRINCIPAIS LOCAIS REFERIDOS NESTA PESQUISA. FONTE: GOOGLE EARTH, 2023. .... 21
- FIGURA 2 - MAPA DA CATALUNHA DESTACANDO AS CIDADES DE BARCELONA, ARTESA DE SEGRE, VILANOVA DE MEIÀ E A ENTIDADE MUNICIPAL DESCENTRALIZADA DE SANTA MARIA DE MEIÀ. FONTE: GOOGLE EARTH, 2023..... 21
- FIGURA 3 - MAPA DA CATALUNHA COM AS DEMARCAÇÕES DE ÁREAS DE GESTÃO CINEGÉTICA. EM VERMELHO, CORRESPONDENDO À BARCELONA, ZONAS DE PROIBIÇÃO DE CAÇA. FONTE: GENERALITAT DE CATALUNYA, 2023..... 74
- FIGURA 4 – NA IMAGEM À ESQUERDA APRESENTAM-SE TRÊS DISTINTOS ECOSISTEMAS. AS ÁREAS EM VERDE CLARO E VERDE ESCURO SÃO CONSIDERADAS HABITATS NATURAIS DAS CATURRITAS, QUE LOGO SE EXPANDIRAM PARA A ECORREGIÃO PAMPEANA, EM LARANJA. À DIREITA, A EXTENSÃO COMPLETA DO PAMPA. FONTES: BUCHER; ARAMBURÚ; 2014; SANTOS, 2022. .... 113
- FIGURA 5 – ESQUEMA ELECANDO OS ESTÁGIOS PELOS QUAIS UMA ESPÉCIE PASSA. FONTE: BLACKBURN ET AL., 2011. .... 124

## LISTA DE SIGLAS

CAC – Colecionador, Atirador e Caçador  
CAFF – Centro Administrativo Fernando Ferrari  
CR – Certificado de Registro  
CRAF – Certificado de Registro de Arma de Fogo  
EEI – Espécies Exóticas Invasoras  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FLONA – Floresta Nacional  
GPS – Sistema de Posicionamento Global  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
IN – Instrução Normativa  
MST – Movimento sem Terra  
PATRAM – Patrulha Ambiental da Brigada Militar  
PE – Parque Estadual  
PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional  
POE – Polícia de Operações Especiais  
RS – Rio Grande do Sul  
SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Infraestrutura  
SENASA – Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria  
SIMAF – Sistema de Informação de Manejo de Fauna  
UB – Universitat de Barcelona  
UC – Unidade de Conservação  
UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul  
UTM – Universal Transversal de Mercator

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
DRIBLAR OU ENCALÇAR A PRAGA: OS FLUXOS DA PESQUISA ANTROPOLÓGICA .....	16
ENTRADAS A CAMPO E AS RELAÇÕES DE CONFIANÇA .....	20
ESTRUTURA DO TEXTO .....	33
<b>CAPÍTULO I: CAÇANDO JAVALIS NO BRASIL E NA ESPANHA</b> .....	<b>35</b>
PARA ALÉM DA PERSEGUIÇÃO E DA MORTE ANIMAL: AS REGULAMENTAÇÕES DA CAÇA.....	37
DE CÃES, ARMAS E CONSUMO: A CAÇA DE JAVALIS NA PRÁTICA.....	47
<b>CAPÍTULO II: HABITANDO PAISAGENS: MOVIMENTOS E TEMPORALIDADES</b> .....	<b>61</b>
OS JAVALIS NA FLORESTA NACIONAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA.....	62
OS JAVALIS NA CATALUNHA .....	73
<b>INTERLÚDIO</b> .....	<b>86</b>
<b>CAPÍTULO III: PRAGAS NACIONAIS E IMPORTADAS: DAS DISTINTAS NOMENCLATURAS AO PROBLEMA</b> .....	<b>111</b>
A CONDIÇÃO DE PRAGA DE CATURRITAS E GAFANHOTOS .....	112
DE PRAGAS E INVASÕES TERRITORIAIS .....	123
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>129</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>132</b>

## INTRODUÇÃO

Barcelona, novembro de 2022. Contatei com Lirca que dividia sua moradia com Chrys, uma grande amiga que nos possibilitou o contato. Apresentei-me a ela, falei sobre meu interesse de investigar os javalis na condição de praga e perguntei-lhe se havia a possibilidade de passar uns dias em Vilanova de Meià, um *pueblo*<sup>2</sup> em uma região rural da Catalunha, já que Chrys me havia dito que ali se caçavam os animais. Lirca me passou o contato de seu amigo Artur, dizendo que eu poderia combinar com ele para ir à Vilanova de Meià e ficar em sua casa, que se tratava de uma pessoa de muita confiança. Escrevi a Artur por meio da rede *Telegram*, que me respondeu dizendo que eu poderia ir, sim, ao *pueblo* se isso me ajudasse com minha pesquisa e que, de fato, havia javalis por ali, “embora aqui a verdadeira praga são seus parentes confinados nas granjas (cerca de 50.000 em um vale com 200 pessoas)”.

Artur perguntou quanto tempo eu pretendia ficar em Vilanova de Meià. Como eu deveria ficar em sua casa e sequer o conhecia, estimei que uma semana fosse um tempo razoável. Uma semana lhe pareceu bem, e disse-me que eu poderia ir a partir da segunda semana de dezembro. Orientou-me a procurar por um ônibus que saía de Barcelona até a cidade de Artesa de Segre, onde ele me buscaria para irmos até Vilanova de Meià. Assim combinamos. Pesquisei os horários do ônibus, liguei para ele no início de dezembro e combinamos que eu iria na segunda-feira, 12 de dezembro, e voltaria no domingo, dia 18. Esse foi o primeiro e mais longo período que fiquei em Vilanova de Meià, seis dias capazes de aportar muito conhecimento a respeito da temática das pragas e da caça.

### **Driblar ou encaixar a praga: os fluxos da pesquisa antropológica**

Tim Ingold é um antropólogo que muito me inspira, desde meus primeiros anos na Antropologia. Em seu capítulo “*A temporalidade da paisagem*”, Ingold (2000) o inicia explicando o que não é paisagem e o que não é temporalidade. Seguindo essa linha,

---

<sup>2</sup> Na Espanha, *pueblo* se refere às cidades com menos de 10.000 habitantes e que sua atividade econômica se baseie no setor primário, como a agricultura. Por tratar-se de uma nomenclatura específica do país, opto por mantê-la em meu texto. Para mais informações ver: [https://www.elespanol.com/curiosidades/cual-diferencia-pueblo-ciudad-villa-aldea/720428153\\_0.html](https://www.elespanol.com/curiosidades/cual-diferencia-pueblo-ciudad-villa-aldea/720428153_0.html).

gostaria de iniciar este texto explicando do que a presente pesquisa *não* se trata. Em primeiro lugar, esta pesquisa não é sobre javalis. Embora estes animais protagonizem meus materiais etnográficos, meu interesse não está centrado no animal em si ou nas múltiplas relações estabelecidas com ele, como agente e signo (VANDER VELDEN, 2015). Para isso, poderia mencionar as notáveis pesquisas de Caetano Sordi (2017) sobre as muitas facetas do javali no Pampa gaúcho, ou de Bruno Guillardí (2019) sobre a construção de uma política de manejo do javali no Brasil e suas implicações. Esta pesquisa tampouco se trata da caça de javalis – ou de caça, num sentido mais amplo. A atividade cinegética se faz sobressalente, mas não me proponho a investigar profundamente as distintas modalidades, motivações, concepções e críticas atreladas a ela.

Esta pesquisa, sim, busca compreender de que forma e em quais circunstâncias um animal é concebido enquanto praga e lhe é demandado controle. Conforme se verá, os javalis são frequentemente assim concebidos e a caça, por sua vez, é referida e praticada como o método de controle mais usual. Para analisar tal circunstância, a pesquisa foi realizada de forma multissituada em algumas regiões do estado brasileiro do Rio Grande do Sul e da comunidade autônoma espanhola da Catalunha. O excerto de abertura faz referência ao meu contato inicial com um de meus interlocutores catalão e ilustra um tema que será bastante frequente ao longo das páginas que se seguem: a concepção de praga. Como ele sugere, “a verdadeira praga” ali são os porcos confinados em granjas. Isso implica que cada pessoa – e cada relação estabelecida entre humanos e não humanos – terá sua concepção de praga e seus diversos níveis de complexidade. Esta tese se propõe a destrinchar essas concepções e complexidades a partir dos javalis. Ainda que outros animais e seres possam ser acionados enquanto praga, são os javalis que recebem o protagonismo e aprofundamento nesta pesquisa a fim de alcançar um entendimento mais claro sobre o termo praga e os tipos de relação que o acionam.

Situada dentro do campo da antropologia das relações multiespécies (KIRKSEY & HELMREICH, 2010) e com uma trajetória de grande interesse pelos outros não amados (ROSE; VAN DOOREN, 2011), esta pesquisa não está restrita às relações humanas, englobando um emaranhado de tantos outros seres não humanos que, em relação, produzem ecologias mútuas que rompem com a dicotomia entre natureza e cultura e que perturbam. Para investigar a circunstância da praga – que pode ser animal, humana ou outro não humano – é preciso olhar para as relações entretecidas entre uma série de

agentes. Por exemplo, no contexto em que investiguei na Catalunha, javalis são pragas dentro de uma relação envolvendo pequenos produtores rurais, plantações de trigo, trufas, *encinas* e pequenas hortas, apenas para mencionar alguns. Por outro lado, dentro desse mesmo contexto de relações, em vez de javalis, a praga também pode ser porcos confinados em granjas, ou mesmo seres humanos na posição de guardas florestais ou ambientalistas. Veremos esse e outros contextos ao longo do texto.

Considero que minhas principais fontes de inspiração em termos metodológicos em antropologia são os clássicos Bronislaw Malinowski (2018) e Sir Edward Evan Evans-Pritchard (1978; 2004), e outros mais contemporâneos como Clifford Geertz (2008; 2009) e Tim Ingold (2000; 2011; 2012; 2018). Valorizo um trabalho de campo que me tire de uma zona de conforto, que me force a me ver sozinha, apartada de rostos conhecidos, que me faça reconhecer a alteridade entre mim e o *outro*, e que me permita *estar lá* – ainda que eu entenda não ser possível realizar uma pesquisa tão aprofundada, imersa por anos como sugerem os clássicos, compreendendo o “todo” da vida social do “nativo”. Nesse sentido, inclusive pela configuração de minha pesquisa ser multissituada, partilho da proposta de Leticia Cesarino (2014) ao utilizar das ideias de escala e conexões parciais de Marilyn Strathern (2004). Isso porque meus interesses de pesquisa me fizeram perseguir distintos agentes situados em diferentes contextos e locais, sendo necessário, portanto, estabelecer essas *conexões parciais* assumindo a geração de *lacunas*.

No entanto, como muito adepta das ideias de Tim Ingold (2012), opto por substituir *conexões* e *lacunas* por *fluxos* e *pontas soltas*, ainda por tecer. Esta pesquisa deve ser compreendida como uma linha que é tecida a partir de um ponto que foi posto em movimento. E quero lembrar-lhes que uma linha não significa uma reta rígida, mas um fio flexível e fluido. Nesse sentido, proponho que sigamos o fluxo dessa linha observando de que forma foi tecida, emaranhada, e também deixando algumas pontas soltas que, diferentemente de uma lacuna, podem vir a ser tecidas. Segundo Ingold (2012:27) “temos que seguir esses fluxos, traçando os caminhos através dos quais a forma é gerada, onde quer que eles nos levem”. Isso é o que o autor também chama de improvisar. Também Malinowski (2018:64) propõe que o antropólogo “precisa ser um caçador ativo e atento, atraindo a caça, seguindo-a cautelosamente até a toca de mais difícil acesso”.

Diante do que talvez tenha sido a maior praga dos últimos tempos, a pandemia de Covid-19, foi preciso *improvisar* e *seguir*. Um dos comportamentos da praga é o de atravessar fronteiras que não lhe fazem sentido. Por vezes, fronteiras geopolíticas que só fazem sentido para um grupo de agentes – os humanos. Estratégias de controle de pragas, em algumas circunstâncias, buscam mimetizar esse comportamento ao superar as fronteiras construindo alianças entre aqueles que estão por elas separados. Mimese essa que pode visar à obtenção de uma vantagem por meio do lado obscuro da empatia, uma enganação (BUBANDT; WILLERSLEV, 2015). Além disso, pragas se proliferam, florescem e prosperam em paisagens arruinadas (TSING, 2018; 2019). E se mimetizar o comportamento da praga de superar fronteiras pode ser uma forma de lidar com ela, por que não também mimetizar seu comportamento de prosperar diante das ruínas pandêmicas?

Romper com algumas fronteiras como natureza e cultura, animal e humano, espécie e indivíduo, foi essencial para compreender que praga, para além de algo importuno e nocivo, que aborrece, irrita e pode destruir um bem humano, como sua própria vida ou dos seus, é uma condição emergente, um significado flutuante (LÉVI-STRAUSS, 2003:43). Portanto, não cabe compreender praga dentro de limites bem estabelecidos, sejam eles conceituais ou territoriais. Foi assim que esta pesquisa resistiu e floresceu. Após a tentativa de encontrar possibilidades de prosseguir com a pesquisa diante da pandemia de Covid-19 – que também é lida aqui como praga–, busquei formas de inserção a campo.

Quando do início da pesquisa, meu interesse era restrito às caturritas, aves nativas do sul do Brasil, tanto na condição de praga quanto de animal de estimação. Com a chegada da praga da pandemia, as caturritas pareceram tornar-se menores. Sem poder *ir a campo*, fiquei limitada por um período ao que era noticiado na imprensa. E diante de tantos acontecimentos novos em função da pandemia nada era dito sobre as caturritas. Por outro lado, gafanhotos tiveram visibilidade nesse período devido à presença de uma nuvem desses insetos nas fronteiras entre Argentina, Brasil e Uruguai. Assim, fui improvisando e seguindo, conciliando um interesse maior por investigar o tema das pragas em diversas situações observadas ao longo do período pandêmico para tecer a tese. Algumas portas se apresentavam para mim como oportunidades de *ir a campo*. Decidi abrir cada uma delas sem saber o que me esperava do outro lado. Algumas me permitiram entrar, mas não seguir adiante. Outras, ao contrário, possibilitaram entradas a campo que prosperaram e foram



extremamente fundamentais para esta pesquisa. Inspirada em Malinowski (2018:73-74), apresento ao leitor um quadro cronológico de alguns eventos importantes a fim de melhor contextualizar os fluxos da pesquisa. Alguns desses eventos não são explorados ao longo do texto, mas cabe mencioná-los como as portas que se abriram. Na seção que se segue veremos com detalhes as portas que prosperaram.

Julho/2019	Viagem à Rocha (Uruguai) para conhecer o grupo de pesquisa de Juan Martín Dabezies – primeira aproximação com a temática dos javalis.
Dezembro/2019	Seminário Regional de Espécies Exóticas Invasoras – apresentação do Plano Javali do Rio Grande do Sul.
Março/2020	Viagem a uma propriedade rural no distrito de Palmas (Bagé – RS) para investigar sobre as caturritas; Início da pandemia de Covid-19.
Junho/2020	Nuvens de gafanhotos ameaçam as fronteiras entre Argentina, Brasil e Uruguai.
Janeiro-fevereiro/2021	Participação no voluntariado da SEMA no PE Tainhas onde conheci a Professora Márcia Berreta.
Março-abril/2021	Javalis passam a fazer parte da pesquisa.
Abril-junho/2021	Realização de entrevistas com caçadores de javalis e gestora de unidade de conservação da região dos Campos de Cima da Serra (Rio Grande do Sul).
Novembro/2021	Qualificação de tese e necessidade de readequar interesses da pesquisa.
Outubro/2022	Início de doutorado sanduíche em Barcelona (Espanha)
Dezembro/2022	Primeira viagem à Vilanova de Meià (Espanha)
Março/2023	Segunda viagem à Vilanova de Meià (Espanha)
Junho/2023	Viagem à Bagé (RS) para acompanhar uma caça.

### **Entradas a campo e as relações de confiança**

Antes de apresentar quatro episódios etnográficos fundamentais para a presente pesquisa – aos quais me refiro como portas –, gostaria de mencionar que pseudônimos foram atribuídos aos meus interlocutores caçadores do Brasil a fim de preservar suas identidades. A escolha por atribuir nomes fictícios apenas aos brasileiros, e não aos catalães, se deve, em primeiro lugar, pelo maior alcance desta pesquisa no Brasil e, em segundo lugar, pela temática da caça neste país envolver uma série de polêmicas, sobretudo no que se refere à legalidade de certas práticas. Não quero sugerir com isso que catalães atuam dentro da legalidade e brasileiros não, mas destacar que há uma distância gritante entre as legislações de cada país que podem ser resumidas pelo simples fato de que, enquanto na Espanha se fale juridicamente em *caça*, no Brasil a atividade é tida como *controle*. Essa discussão será explorada adiante. Vejamos a seguir alguns mapas referentes às principais localidades mencionadas dentro dos episódios etnográficos a seguir e de toda a pesquisa.

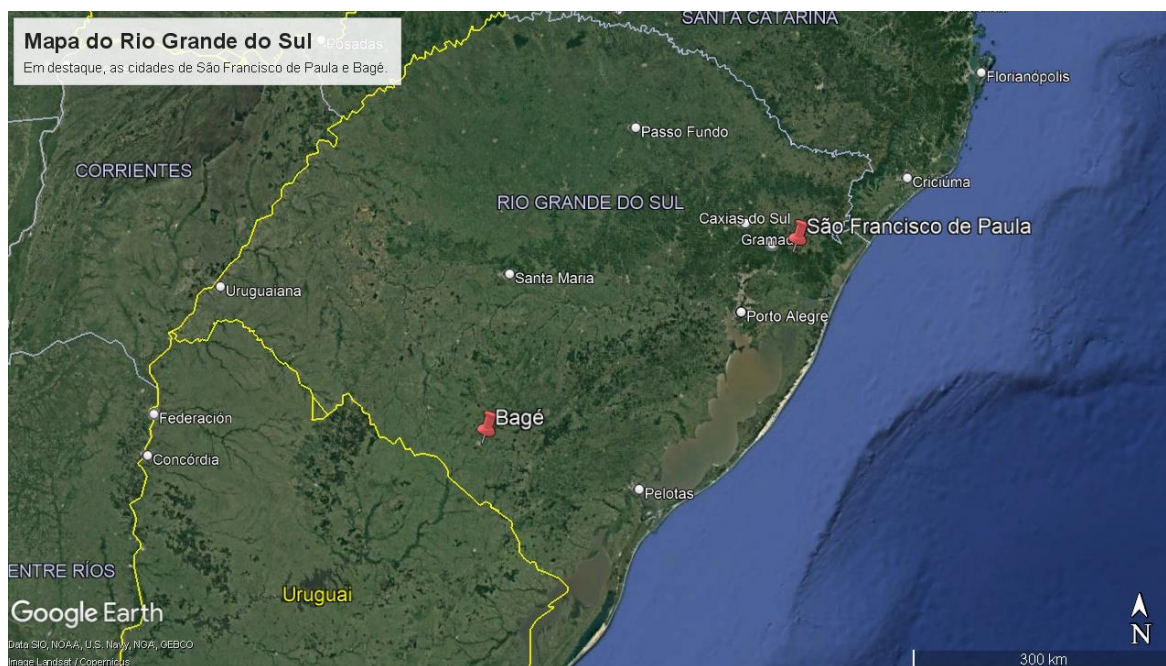


Figura 1 - Mapa do Rio Grande do Sul destacando as cidades de São Francisco de Paula e Bagé, principais locais referidos nesta pesquisa. Fonte: Google Earth, 2023.

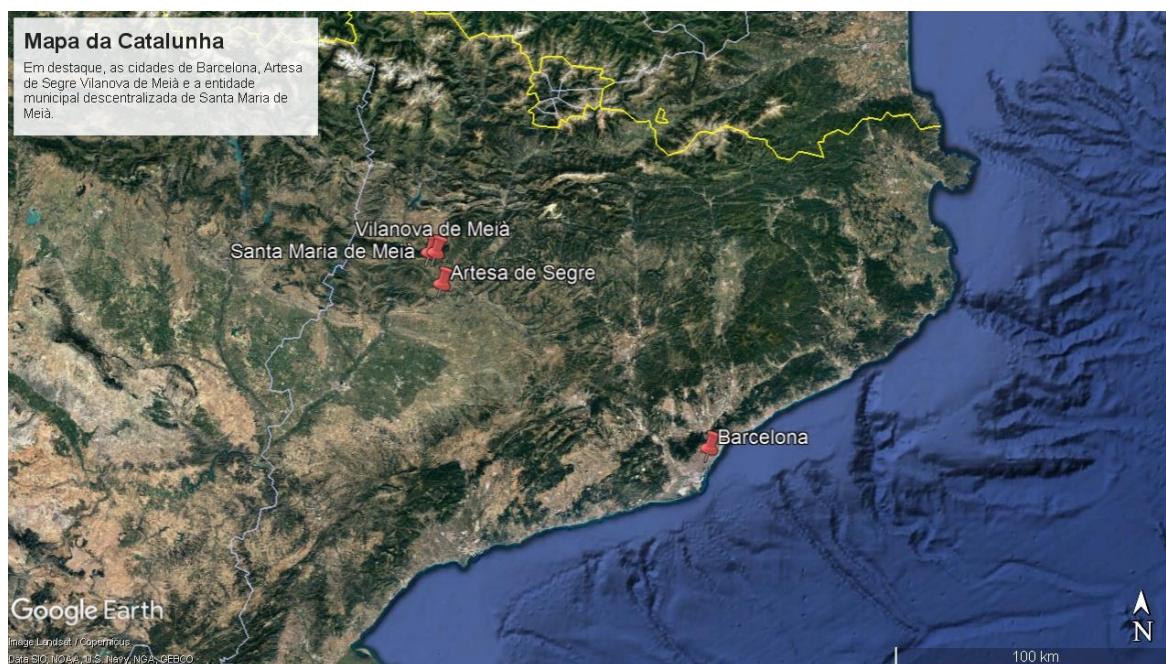


Figura 2 - Mapa da Catalunha destacando as cidades de Barcelona, Artesa de Segre, Vilanova de Meià e a entidade municipal descentralizada de Santa Maria de Meià. Fonte: Google Earth, 2023.

### Porta 1

No final de 2020 encontrava-me frustrada por não poder vivenciar a pesquisa de campo nos moldes clássicos em que me inspiro. Foi quando surgiu o que me pareceu ser uma oportunidade: a publicação de um edital por parte da Secretaria Estadual do Meio

Ambiente (SEMA) do Rio Grande do Sul para realizar um trabalho voluntário de catorze dias no Parque Estadual do Tainhas (PE Tainhas), entre os meses de janeiro e fevereiro de 2021. Por se tratar de uma Unidade de Conservação (UC), logo me interessei. Em meio a tantas impossibilidades de viagens e incursões etnográficas, poderia, ao menos, ter contato com agentes e autoridades públicas e/ou ambientais que acompanhassem as rotinas numa UC e as problemáticas envolvendo espécies exóticas invasoras. Essa foi minha primeira porta de entrada em campo após o início da pandemia.

O Edital 01/2020<sup>3</sup> selecionava três turmas para atuar no Parque, sendo que cada uma ficaria por um período de duas semanas, começando em 13 de janeiro e terminando em 24 de fevereiro. O período inicial do ano é considerado alta temporada e o objetivo do programa de voluntariado era conhecer o perfil dos visitantes nessa época. Assim, o trabalho dos voluntários consistia, basicamente, em aplicar um questionário de aproximadamente quinze questões para os visitantes, registrar as respostas e tabular os dados em uma planilha. Inscrevi-me no edital e fui selecionada para compor a segunda turma de voluntários, entre os dias 27 de janeiro e 10 de fevereiro de 2021. Foi esse o período decisivo para que eu dedicasse maior interesse aos javalis.

Por volta do sétimo dia de voluntariado conheci a Professora Márcia Berreta e sua aluna Ana, ambas da UERGS em São Francisco de Paula – RS. Elas foram ao Parque, pois desenvolvem um projeto sobre o mapeamento do PE Tainhas. Todos os voluntários e funcionários que estavam presentes se reuniram ao redor da grande mesa da cozinha da sede do Parque para uma rodada de apresentações e uma conversa geral. Na ocasião, Márcia nos apresentou um mapa do Parque para que o observássemos e conseguíssemos nos situar durante nossa estadia e pensássemos algumas estratégias para melhor identificarmos a paisagem no mapa. Sua estadia conosco durou cerca de três dias e apenas em seu último dia é que conseguimos conversar um pouco melhor sobre minha pesquisa. Contei-lhe de meu interesse em animais considerados pragas para a agricultura, em especial as caturritas, o que havia planejado até então e o quanto a pandemia havia impactado na pesquisa de campo – e que estava ali, no programa de voluntariado, buscando alguma oportunidade de prosseguir.

---

<sup>3</sup> Cf. <https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/202011/04142258-tainhas-edital-programa-de-voluntariado-secretaria-do-meio-ambiente-e-infraestrutura.pdf>.

Ao compreender a situação em que eu me encontrava, na impossibilidade de ir a campo, Márcia perguntou se, considerando meu tema de interesse, eu poderia abordar a situação dos javalis enquanto praga. A princípio, embora os javalis já rondassem meus interesses, nunca havia pensado concretamente nessa possibilidade. Márcia a mencionou por conhecer alguns caçadores – ou controladores – de javalis, e Dennis Patrocínio, responsável pelo Plano Javali do Estado do Rio Grande do Sul<sup>4</sup>, sendo que poderia facilitar o contato entre mim e eles. Essa alternativa ao momento em que minha pesquisa se encontrava, sem muitos rumos possíveis devido à pandemia, me pareceu bastante atrativa. Combinamos, então, que iria digerir a ideia ao longo dos próximos dias de voluntariado que ainda tinha a cumprir, conversaria com meu orientador sobre a viabilidade dessa mudança e seguiríamos em contato. Trocamos nossos e-mails e números de telefone. Márcia seguiu para São Francisco de Paula e eu para um dos pontos em que estava escalada para aplicar questionários aos visitantes.

Findada essa expedição, refleti e digeri a possibilidade levantada por Márcia. Conversei com meu orientador, Jean Segata, que me deixou confortável para tomar qualquer decisão. Prontamente entrei em contato com Márcia e marcamos uma conversa *online* com Dennis Patrocínio para nos conhecermos e onde apresentei um projeto de pesquisa bastante condensado, mas atualizado incluindo as problemáticas com o javali. Dennis foi extremamente receptivo. Ele e Márcia me deram total apoio aos prosseguimentos, indicando alguns debates em alta sobre a temática, como a questão do cadastro de caçadores apenas para poder portar armas e a possibilidade de liberação da caça do cervo-axis (*Axis axis*) – que tem se mostrado como polêmica por se tratar de um animal exótico invasor, mas gerar comoção nas pessoas ao associarem ao clássico filme da Disney, Bambi.

Após essa primeira conversa, marcamos outra, agora com a presença de Jean, para que estivéssemos todos bem alinhados e situados do andamento da pesquisa. O próximo passo, portanto, foi o agendamento das entrevistas com caçadores de javalis, que foram possibilitadas por Márcia. Como ela já tinha contato com esses caçadores, tratou de agendar com eles para que fossem até sua casa e, de lá, nos reuníamos virtualmente por meio da ferramenta *Google Meet*. Além de o contato ser facilitado pelo fato de que Márcia já os conhecia, outro ponto fundamental mencionado por ela foi que os caçadores se

---

<sup>4</sup> <https://www.sema.rs.gov.br/planojavalirs>.

sentiam seguros para conversar comigo por entenderem que se tratava de uma pesquisa. Faço menção a isso, pois, em quase todas minhas portas de acesso houve alguma situação de construir uma relação de confiança entre a pesquisadora e seus interlocutores, e é um tema que busco desenvolver ao final desta introdução. Atenhamo-nos a essa informação por ora e prossigamos com as outras portas.

### *Porta 2*

A partir do estreitamento de contato com Márcia e Dennis, uma segunda abertura de campo me foi permitida. O cenário pandêmico já vinha melhorando com o avanço da vacinação e já havia se passado um ano desde minha participação no voluntariado. Era abril de 2022, eu estava residindo em Porto Alegre e a pesquisa sobre javalis na condição de praga avançava. Escrevi a Dennis para marcarmos uma conversa, pois gostaria de lhe atualizar sobre o andamento da pesquisa. Combinamos uma data presencialmente no CAFF (Centro Administrativo Fernando Ferrari) de Porto Alegre, onde está situada a SEMA.

Chegando lá, a conversa seguiu de forma bastante fluida. Falamos sobre os conceitos de praga e espécies exóticas invasoras, que muito me auxiliou em minha abordagem sobre o tema e Dennis também me indicou dois contatos para conversar: Perelló e Glayson, ambos servidores do Estado. Os pontos de interesse à pesquisa referente às conversas que tive com eles serão trazidos oportunamente ao longo da tese. Contudo, aqui considero um estreitamento ainda maior de meu contato com Dennis, que me recomendou contatos para conversar, além de deixar as portas abertas para marcarmos novas conversas sempre que pudéssemos. De fato foi assim que se sucedeu. Mantive um contato de certo modo periódico com Dennis, afinal também entendia que do mesmo modo que ele poderia me auxiliar com minha pesquisa, eu também teria informações a lhe aportar sobre o tema.

Após algum tempo, já em meados de 2023, retornei à Porto Alegre – não mais como residente. Marquei outra conversa com Dennis na SEMA e contei-lhe de minha experiência ao longo da estância de doutorado sanduíche na Espanha. Como havia acompanhado duas caças no país, eu tinha muito interesse em poder acompanhar também no Brasil. Tentei contatar os caçadores que havia entrevistado por meio de Márcia, mas não obtive sucesso, então pedi a Dennis se tinha alguém para me recomendar, já que ele é responsável pelo Plano Javali. Ele disse que iria perguntar em um grupo de *whatsapp* que



participa. Ainda no mesmo dia Dennis me escreveu que havia conseguido o contato de Armando, um caçador de Bagé. Conforme recomendaram a ele, Armando “faz controle umas três vezes por semana” e no “ano passado deve ter matado mais de 300 [javalis]”. Entrei em contato com Armando e trocamos algumas poucas mensagens sobre meu interesse de pesquisa e a possibilidade de acompanhar uma caça. Quatro dias depois Armando me ligou para conversarmos melhor, assim eu poderia, no dia seguinte, ir a Bagé.

Enquanto pessoas de meu núcleo social se preocupavam com a possibilidade de eu ir “para o mato com homens desconhecidos portando arma”, induzindo uma ideia de medo e perigo, eu contestava que, na verdade, “eles provavelmente devem ter mais medo de mim do que eu deles”. De fato foi o que senti com a conversa que se desenrolou por telefone com Armando. Imediatamente manifestei minha satisfação por falarmos por ligação, pois já imaginava que ele deveria querer saber quem eu era e o motivo de eu querer acompanhar uma caça, ao que logo comecei a explicar tais informações relacionando com minha experiência ao ter acompanhado caças na Espanha. Ficou clara a principal preocupação de Armando em relação a mim: que eu fosse de algum grupo de defesa animal. Compreensiva da desconfiança que gero ao meu campo de pesquisa, mencionei que na Espanha também havia passado a mesma situação de desconfiança perante mim. Armando me fez uma série de questões, dentre as quais: meu partido e posição política, minha opinião sobre o desarmamento, minhas impressões sobre a caça que acompanhei, se havia visto cães de agarre agarrando javali, ou javali atacando cães, qual era a necessidade e importância de eu acompanhar a caça, além de meu sobrenome e se eu tinha algum trabalho publicado para lhe enviar. Acessar o campo da caça em meu próprio país se mostrou mais desafiador do que na Espanha, conforme veremos a seguir.

Logo após a ligação de Armando, Dennis me escreveu felicitando-me por saber que eu conseguiria acompanhar a caça, e que seu primeiro contato – quem lhe indicou Armando – lhe havia dito que estava tudo certo para eu ir a Bagé. Um tanto surpresa pelo imediatismo das informações, relatei a Dennis o que acabara de acontecer a respeito do telefonema desconfiado de Armando, ao que Dennis me disse que o outro homem também lhe havia perguntado sobre mim. Segundo ele, a preocupação dos caçadores era de receber alguém interessada em depreciar a caça com argumentos “*pró-bichinho*”, e que Dennis sabia que esse não era o viés de minha pesquisa por tudo o que já havíamos conversado. A partir disso ficou evidente para mim que, do mesmo modo que meu círculo social

estereotipava os caçadores enquanto homens portando armas e atribuindo-lhes um perigo em potencial – e os associando como bolsonaristas e de posicionamento político à direita –, eles também me estereotipavam enquanto uma mulher pesquisadora da universidade, de posicionamento político à esquerda e potencial defensora dos animais. Detenho-me até aqui para seguirmos com a terceira porta de entrada em campo, mas atentando para esse último ponto apresentado sobre as classificações que atribuímos uns aos outros, pois voltarei a isso ao final desta seção.

### *Porta 3*

Minha estância na Catalunha, comunidade autônoma espanhola, se deu entre os meses de outubro de 2022 e março de 2023 por meio do edital de bolsas para doutorado sanduíche da CAPES. Meu destino foi a cidade de Barcelona para ter a supervisão de Aníbal Arregui, professor no departamento de Antropologia da Universidade de Barcelona (UB) e grande referência no tema dos javalis. Já havíamos nos conhecido, de maneira remota, em eventos antropológicos durante o ano de 2020. Poucos meses antes de minha viagem, marcamos uma conversa *online* para discutirmos um pouco sobre minha pesquisa, bem como sobre questões burocráticas de vínculo acadêmico e dicas sobre a cidade. Além de ocupar a função de “orientador no exterior”, Aníbal deu início à forma como meus contatos foram estabelecidos na Catalunha para realizar a pesquisa de campo.

Aníbal era o único contato que eu tinha em Barcelona. Depois de conversarmos e trocarmos alguns *e-mails*, ele me colocou em contato com Chryslen Maira Barbosa, pesquisadora brasileira em Antropologia na UNICAMP, realizando o doutorado sanduíche na UB. O contato com Chryslen – doravante Chrys – foi fundamental durante toda minha estância. Ela foi responsável por indicar-me um quarto para alugar, por encontrar-me no aeroporto logo que cheguei, fomos colegas numa turma de aulas de catalão ofertadas pela UB e, por fim, me apresentou à sua amiga Lirca, com quem dividia moradia, pois ela tinha contatos em Vilanova de Meià, um *pueblo* numa região rural da Catalunha, e já lhe havia mencionado o fato de que ali caçavam javalis.

Depois de dois anos impossibilitada de realizar uma viagem de campo em função da pandemia de Covid-19, finalmente pude recuperar aquela sensação que me é tão cara de ir a campo. Por meio de Lirca consegui contato com Artur, um senhor de aproximadamente 60 anos. Conforme relato na introdução desta tese, trocamos algumas mensagens e

telefonemas para combinarmos minha estadia no *pueblo*. Comprei as passagens de ônibus de Barcelona à Artesa de Segre para o horário das 14h de uma segunda-feira, 12 de dezembro de 2022. Artur me esperaria ali para irmos até Vilanova de Meià.

A viagem totalizava por volta de três horas, com diversas paradas em cidades ao longo do caminho e uma parada mais longa, com duração de quinze minutos na cidade de Tárrega. Chovia muito nesse dia. O inverno se aproximava e, por se tratar de uma região montanhosa, o frio já se fazia muito presente. De dentro do ônibus, abrigada, apenas observava a chuva e a neblina pela janela, sem sentir tanto frio. O dia já escurecia logo, principalmente pelo céu estar totalmente nublado e carregado. Às vezes me passava pela cabeça que aquela viagem era uma loucura, que eu sequer sabia qual era a cara de Artur: não havia visto nenhuma foto sua. Apenas sabia que Artur era um senhor mais velho tendo em vista que Chrys havia comentado comigo uma vez que ele foi à sua casa e de Lirca. Acompanhava o mapa pelo celular para ter alguma ideia de onde estava e quanto ainda faltava para chegar à Artesa de Segre. Conforme observava as paradas em cidades anteriores, já esperava que, dificilmente, haveria uma estação rodoviária. Em sua maioria as paradas eram feitas em uma rua, aparentemente comum, sem grandes sinalizações.

Assim foi ao chegar a Artesa de Segre. Desci do ônibus, peguei minha mala que estava no bagageiro e logo vi um senhor magro de cabelos brancos abrigado com um guarda-chuva. Tive certeza de que era Artur, afinal, talvez fosse a única pessoa parada naquela rua chuvosa esperando pelo ônibus. Olhamo-nos e de alguma forma nos reconhecemos, apenas confirmando nossos nomes por uma formalidade. Direcionamo-nos para seu carro e, uma vez abrigados da chuva e a caminho de Vilanova de Meià, começamos a conversar com mais tranquilidade. Artur perguntou-me o que eu estudava ao que respondi “antropologia”, com uma pausa pensando se teria de explicar o que é antropologia – algo que ocorre com muita frequência. O curioso nessa situação foi que Artur esboçou um sorriso enquanto dirigia e disse-me:

– Eu também estudei antropologia<sup>5</sup>. – Quase sem acreditar, ri e lhe disse que seria bom que não precisaria explicar do que se tratava.

---

<sup>5</sup> Todos os diálogos se deram em espanhol e opto por transcrevê-los traduzidos ao português para fins de fluidez e acessibilidade da leitura.



O percurso até Vilanova de Meià era bastante curto e rápido. Artur e eu conversamos pouco durante esse pequeno período de tempo. Ao chegarmos ao *pueblo*, Artur estacionou o carro em uma espécie de praça e seguimos a pé por, talvez, uns cinquenta metros à sua casa. Tudo me parecia muito peculiar. Embora estivesse noite e chovendo, o que fazia com que eu não me atentasse muito mais às ruas e construções, o pouco que observava já me chamava à atenção por ser quase tudo feito de pedras.

A casa de Artur possui muitos andares, e só me dei conta disso depois que já estava dentro. Logo que entramos pela porta da rua, o primeiro ambiente se assemelha a um galpão, onde Artur tem algumas estantes, troca os calçados e guarda algumas abóboras. Seguimos por uma porta de madeira à esquerda, com um aviso fixado para que seja sempre fechada – e explicou-me que era para evitar que entrem ratos, pois ele trabalha com sementes e a presença dos roedores ali seria um desastre. Subimos o primeiro lance de escadas chegando a um ambiente onde há a geladeira, algumas estantes e prateleiras com muitos potes de vidro de sementes e que dá acesso a um quarto, ao banheiro e à outra escada.

Continuamos subindo e chegamos a uma porta de acesso ao ambiente principal da casa, a cozinha e a sala, onde também há acesso para outro quarto e para uma espécie de escritório de Artur. Com um fogão à lenha, ele me disse que havia pensado em hospedar-me no quarto desse andar por ser mais quente, e onde comumente sua mãe fica quando o visita. A outra opção seria o quarto do andar de baixo, um pouco mais privativo, porém frio. Aceitei o quarto mais quente, mas um tanto intrigada por saber onde ele dormiria. Artur logo notou meu semblante de dúvida e me disse que seu quarto ficava acima, subindo outro lance de escadas a partir de uma porta na cozinha. Enquanto eu deixava minha mala no quarto e me acomodava, Artur seguiu por essas escadas ao seu quarto para trazer-me cobertas.

Uma vez acomodada, sentamo-nos à mesa para tomar chá e sopa que iam perfeitamente bem com o tempo frio. Desta vez sim, conversamos melhor. Falamos sobre minha pesquisa, os javalis, sua rotina e seu trabalho com as sementes. Ele explicou-me que se trata de uma recuperação de sementes ancestrais e tem uma espécie de cooperativa junto de Mateu, que é uruguaio, e Ana e Pei, que são um casal. Cada um é mais ou menos responsável por algo, sendo que Mateu cria cabras e Artur produz azeitonas e azeite. Tudo

que eles produzem é compartilhado e trocado entre eles. Logo, Artur também comentou que já havia contatado um caçador do *pueblo* que se disponibilizou para conversar comigo. Artur lhe telefonou naquele instante para lhe avisar que eu já havia chegado, e o caçador propôs de marcarmos uma conversa para a manhã seguinte. Assim, Artur e eu combinamos que nos despertaríamos por volta de 8h30 para o recebermos e logo nos recolhemos para dormir.

– *Bon dia!* – Passou a ser nossa saudação de todas as manhãs, uma vez que a pronúncia catalã é quase igual ao português (bom dia), e isso parecia contemplar nossas línguas nativas.

#### *Porta 4*

Uma vez em Vilanova de Meià, passei a conhecer melhor as pessoas e o *pueblo*. Gostaria de expor aqui a importância das relações de confiança construídas entre a pesquisadora e seus interlocutores, pois foi por meio dessa relação que consegui acompanhar uma caça no *pueblo* e também no Brasil. Conforme mencionado de minha chegada em Vilanova de Meià, Artur possibilitou uma primeira conversa com um caçador: Josep Maria. Esse, por sua vez, foi acompanhado de seu filho, também chamado Josep Maria e também caçador. Ao final de nossa conversa na casa de Artur, combinamos que ao longo da semana iríamos buscar rastros de javalis pela região. Eles enfatizaram que essa era uma prática comum que faziam por volta da quinta-feira, pois a caça era realizada no final de semana, então já tratavam de mapear previamente a região para definir o local da caça e que eu poderia ir sem qualquer problema.

Assim se sucedeu. Na quinta-feira fui com Josep Maria filho à procura dos rastros. Já no caminho de volta para a casa de Artur, Josep Maria perguntou-me um tanto empolgado se eu já havia comido carne de caça, e quase automaticamente esboçou uma reação como quem comete um ato falho. Tentando se corrigir, complementou a pergunta com uma frase como “bom, não perguntei se você come carne...” – sugerindo que eu pudesse ser vegetariana ou vegana. Enquanto ele tentava se corrigir de maneira acanhada, respondi sobrepondo-o – e talvez o confortando da situação embaraçosa em que se encontrava – que eu nunca havia provado e exclamando que “claro que como carne!” – demonstrando meu interesse pela carne de caça. Esse simples diálogo dizia muita coisa. O fato de minha resposta ser afirmativa para comer carne atestava minha confiabilidade, se é

que posso assim dizer. Entendi que essa correção de súbito em sua pergunta significou um momento de suspeição. Eu poderia estar ali para fazer um estudo depreciando a caça e os caçadores. Isso ficou evidente para mim após outra situação que vim saber depois.

Após esse diálogo, Josep Maria me convidou para comer em um restaurante de caça que havia na região, fazendo menção, ainda, à decoração que contava com cabeças taxidermizadas e patas de javalis como cabides. Aceitei o convite e combinamos que iríamos no sábado à noite. A caça aconteceria no sábado pela manhã, mas Josep Maria, que era meu principal contato até então, não iria caçar, pois faria uma prova em Barcelona naquela manhã. Assim, se eu quisesse acompanhar uma caça deveria procurar outro caçador disponível para acompanhá-lo. Tanto Josep Maria quanto Artur e Mateu recomendaram-me Dani, que também vive no *pueblo* e tem cães de caça. Passei os dias seguintes tentando contatá-lo sem sucesso, e apenas na sexta-feira à noite, véspera da caça, Dani foi à casa de Artur para me conhecer e combinar que poderia, sim, acompanhá-lo na caça.

Sábado pela manhã fui à caça; à noite, ao restaurante com Josep Maria. Durante o jantar, contava-lhe de minha experiência na caça e como tudo havia se resolvido justo em tempo, pois havia conhecido Dani na noite anterior. Nesse momento Josep Maria me revelou que, antes de ir à casa de Artur para me conhecer, Dani lhe telefonou a fim de saber sobre mim, sobre quais eram meus interesses pela caça, se eu era algum tipo de ativista animal ou algo do gênero. Dani demonstrava desconfiança perante mim, afinal, o que uma pesquisadora brasileira fazia em Vilanova de Meià e queria saber sobre caça de javalis? Josep Maria lhe disse que podia confiar em mim. Ou seja, apenas após a aprovação de Josep Maria, Dani aceitou conhecer-me e que eu o acompanhasse na caça.

\*

Após expor minhas principais portas de entrada a campo, vemos que um tema que perpassa todas elas – talvez com exceção da terceira porta – é a relação de confiança estabelecida entre a pesquisadora e seus interlocutores. Gostaria de trazer algumas reflexões sobre esse tema inserindo um segundo fator que suponho ter influenciado na construção das relações que é o marcador de gênero. Meu primeiro questionamento, nesse sentido, é pensar como teria sido meu acesso a essas mesmas portas se eu fosse um homem. Talvez fosse percebido como mais um interessado em exercer a atividade da caça,

muito atribuída aos homens – embora me tenham dito haver mulheres caçadoras, eu sequer conheci alguma, sendo em sua totalidade homens. Além disso, também é muito associada às mulheres a figura de protetora e cuidadora (OSÓRIO, 2018; 2017; 2016; PINTO, 2016; LEWGOY; SORDI; PINTO, 2015). Presumo, portanto, que a primeira desconfiança sentida pelos interlocutores perante mim estava vinculada ao fato de eu ser mulher.

Os arquétipos clássicos da dualidade feminino e masculino são utilizados em diversas representações por todo o mundo que, no limite, remetem ao par natureza e cultura (ORTNER, 1979; SCOTT, 1995). O primeiro sempre atrelado ao emocional, à delicadeza, ao cuidado, à família, enquanto que o segundo está atrelado à racionalidade, à força, à virilidade, ao poder. Ainda que se problematizem esses arquétipos, não se pode negar que essas características ainda são, e muito, acionadas pelas pessoas. O exemplo mais claro disso está evidente em minha exposição sobre a segunda porta de entrada a campo, em que pessoas de meu núcleo social atribuíram um arquétipo masculino ao caçador Armando, e ele um feminino a mim – ainda que não limitado a questões de gênero, já que outras variáveis, sobretudo relacionadas à identificação política, também se faziam presente. E é nesse ponto que entendo que os arquétipos vão se somando para construir um perfil pessoal.

Uma vez que o perfil pessoal que meus interlocutores pré-concebiam sobre mim – e sobre eles mesmos – não combinavam ou divergiam, uma possibilidade de conflito e desconfiança também o acompanhava. Para desenvolver esse ponto, trago à discussão a reflexão de Diego Zenobi (2010) sobre o antropólogo como espião. Em seu artigo, Zenobi descreve como gerou suspeição a seus interlocutores ao frequentar as reuniões de familiares das vítimas de um incêndio ocorrido na cidade de Buenos Aires, Argentina, ao não se enquadrar nem como sobrevivente, nem familiar e tampouco como acompanhante (categoria atribuída a militantes políticos e psicólogos). Sua posição enquanto pesquisador e antropólogo dava margem para a desconfiança, uma vez que se tratava de um lugar indeterminado para seus interlocutores. É fato, como bem pontuado por ele, que “para a etnografia, a construção de relações sociais com os membros dos grupos que pretendemos conhecer torna-se central no momento de produzir conhecimento antropológico sobre a vida social” (ZENOBÍ, 2010:473). Ou seja, a construção de uma relação social é necessária. Em meu caso, uma relação de confiança.

Outro ponto fundamental trazido por Zenobi (2010) é o de que o lugar em que o antropólogo é posto ou entendido por seus interlocutores está diretamente relacionado a uma dinâmica de sentidos e tensões já existentes naquele grupo. É porque dentro das relações constituídas dos caçadores existem conflitos que perpassam em questões de defesa animal, posse e porte de armas, entre outras, que eu fui inserida numa posição que se alinhasse a esses temas como opostos à caça. Por outro lado, ao ser uma mulher pesquisadora não interessada em levantar tais questionamentos, mas demonstrar interesse pela atividade da caça, pelos danos causados pelos javalis e pelo que meus interlocutores tinham para me contar, isso me colocou em um lugar indeterminado, tal qual Zenobi. Em suas palavras (ZENOBI, 2010:489) “a relação que o etnógrafo estabelece com os sujeitos com o objetivo de conhecer seu mundo social torna-se problemática pelo fato de que estes se encontrem inscritos em redes de relações prévias à sua chegada, que contam com suas próprias tensões”.

A respeito dessas concepções, ainda, gostaria de prover uma breve descrição sobre o perfil dos caçadores que pude acessar no Brasil e na Espanha, a fim de situar o leitor e, quiçá, romper com seus possíveis ideais – tal como eu também os rompi. Gostaria de iniciar apresentando Àngel, um caçador catalão que talvez tenha sido quem mais rompeu com qualquer estereótipo que eu pudesse ter sobre os caçadores. Embora eu não tenha tantas informações sobre ele, o que posso relatar é que se trata de um homem, talvez por volta dos 35 anos, e que é professor de *primària* – o que no Brasil seria o equivalente ao ensino infantil. Também pude notar que os caçadores catalães eram de faixas etárias diversas: havia alguns mais idosos, outros na faixa dos 30 a 40 anos, e outros ainda mais jovens, aparentando ter, como máximo, 20 anos – como era o caso de dois irmãos, filhos de Dídac. Percebi que é muito comum que a prática cinegética seja passada de pai para filho. Tive o exemplo de Dídac com seus dois filhos, Josep Maria e seu filho, além de Dani e outro caçador da *colla de caçadors de Santa Maria de Meià*, que levaram seus filhos, ainda crianças, para acompanhar a caça. A respeito dos caçadores com quem mais tive contato na Catalunha, posso dizer que Dani e Josep Maria (pai), são homens casados com filhos, moradores de Santa Maria de Meià e que se dedicam às atividades agropecuárias, sobretudo a granja de porcos. Cada um possui sua própria granja.

Os caçadores brasileiros que contatei, por sua vez, são todos homens casados. Valdomiro possui uma construtora e relata que um de seus companheiros de caça trabalha

numa metalúrgica em Caxias do Sul – RS. Pedro, outro companheiro de caça com quem contatei, é topógrafo. Rogério é servidor público, motorista de ambulância além de se dedicar às atividades agrícolas. Por fim, Armando, me relatou ser formado em Direito, ter atuado nessa profissão e atualmente ser produtor rural. Ao longo do texto veremos que entre os próprios caçadores existem muitas diferenças e questões de afinidade entre uns e outros, portanto, essa primeira descrição não tem intenção de generalizar um perfil, mas dar uma breve dimensão ao leitor de quem são meus interlocutores.

### **Estrutura do texto**

A presente tese está possui três capítulos, cada qual composto de duas seções, e um interlúdio. Nos Capítulos I e II estão concentrados os dados referentes aos javalis, bem como minhas incursões etnográficas, ao passo que o Capítulo III apresenta um aspecto mais teórico, explorando conceitos associados ao tema da praga. O Interlúdio, por sua vez, tem por objetivo ilustrar as incursões etnográficas apresentadas nos primeiros capítulos. Por isso, está situado entre os capítulos II e III.

No primeiro capítulo apresento o contexto da caça de javalis que acessei no Brasil e na Espanha, explorando as questões regulamentárias e prática da atividade nos dois países. As práticas adotadas se mostram muito similares, utilizando-se majoritariamente de cães e armas, ao passo que a principal divergência encontra-se nas regulamentações. A principal diferença é que na Espanha a caça é regulamentada enquanto tal. No Brasil, por sua vez, a legislação sequer menciona o termo caça. Trata-se de uma normativa de controle de javalis. Embora eu não explore os desdobramentos dessa diferença, considero como uma importante constatação para investigações futuras, uma vez que existe uma tensão na produção de dados sobre caça no Brasil. Há queixa por parte dos órgãos estatais sobre a falta de dados do *controle* de javalis que é realizado no país. No entanto, parece não haver um envolvimento direto, isto é, a normativa apenas “dita as regras do jogo”. Na Espanha, a diferença que mais me saltou aos olhos foi a existência de pontos de coleta dos javalis abatidos, com a finalidade de comercialização da carne de caça. Não investiguei a fundo esse procedimento, centrando-me mais na atividade cinegética enquanto o controle de uma praga, mas essa parece ser uma forma de obtenção de dados, uma vez que os caçadores são remunerados, ainda que minimamente, pelos animais abatidos.

Após compreendermos como se dá a caça de javalis na perspectiva de controle, passamos ao segundo capítulo onde apresento dois recortes de paisagem com a presença dos javalis na condição de praga no Brasil e Espanha. Proponho a compreensão de paisagem dentro da perspectiva teórica de Tim Ingold (2000), como um processo em constante transformação pelos modos de habitar dos distintos seres humanos e não humanos ali presentes. A paisagem brasileira apresentada é a Floresta Nacional de São Francisco de Paula, uma Unidade de Conservação no Rio Grande do Sul, e seus entornos. A Floresta foi mencionada por um de meus interlocutores como um refúgio dos javalis. A partir dessa sugestão, conversei com a gestora da Unidade de Conservação que me apresentou com muitos detalhes de que forma os javalis se faziam presentes ali, com e como interagiam com os demais seres, e quais eram as medidas de controle adotadas. Na Espanha a paisagem apresentada é a região do Montsec, a partir de minha incursão etnográfica ali e uma busca por rastros de javalis. Nas duas paisagens meus interlocutores associam o aumento na população de javalis à transformação dessa paisagem, um movimento que exploro dentro dos debates sobre o Antropoceno e as paisagens arruinadas (TSING, 2018; 2019).

Por fim, no último capítulo serão abordados conceitos frequentemente associados ao de praga, em especial o de espécies exóticas invasoras. De maneira geral, as ciências biológicas utilizam as classificações de espécies nativas, exóticas, exóticas invasoras – que são as que aqui nos interessam. No entanto, tais classificações só fazem sentido dentro de uma lógica territorial onde espaços são delimitados por fronteiras, o que faz com que, conseqüentemente, os trânsitos e fluxos entre territórios sejam classificados como desejados e indesejados. Ao longo do capítulo exponho a condição de praga de caturritas e gafanhotos, outros animais que desafiam esses conceitos teóricos transitando entre as fronteiras que não lhe fazem sentido. Ao final, veremos que a instabilidade desses conceitos também nos leva à instabilidade do próprio conceito de espécie, pois são mais as práticas e relações que significam os agentes, em vez de um conceito pré-estabelecido. Assim, por fim, podemos compreender não *o que*, mas *quando* é praga.

## CAPÍTULO I: Caçando javalis no Brasil e na Espanha

*A caça não se pode definir por suas finalidades transitivas - utilidade ou esporte. Essas ficam foram dela, mais além dela e a supõem. Caçamos para nos divertir e para nos alimentar.*

(José Ortega y Gasset)

*Mas não se entende a caça se não se penetra no sujeito desejoso do caçador exposto a emoções e estados de transe que conformam todo um erotismo que tem sido comumente utilizado como modelo para outras situações e atividades. É uma atividade tipificada pela ausência e espera, desejo e posse, amor e morte, risco e emoção, temor e prazer.*

(Joseba Zulaika)

Do alto da *parada*<sup>6</sup> a vista era quase panorâmica e podia ver “a caça acontecer”. Minha percepção agora era muito diferente. Era como se eu pudesse ver de fora aquilo que vivera com Dani e os cães. O som dos sinos dos cães e dos caçadores gritando para eles estava muito longínquo, sendo uma experiência ímpar depois de haver estado do outro lado. Eu apenas via pontos laranja ao longe e alguns pontos brancos mesclados, de quatro patas, movimentando-se rapidamente pelas montanhas. Parecia muito fácil movimentar-se por ali desde minha perspectiva. Dídac não falava muito, exceto por suas comunicações via rádio com os caçadores, e eu tampouco tinha o que dizer. Estava bastante atenta observando tudo acontecendo à minha frente.

Sentia certa ânsia por pensar quando chegasse o momento em que Dídac dispararia, já que da primeira vez em que escutei um tiro tão próximo de mim foi quase ensurdecedor<sup>7</sup>. Pensava na ocasião e recordava-me de que havia comentado esse fato com

---

<sup>6</sup> Parada – também chamada de espera, posto ou *posteira* por meus diversos interlocutores catalães e brasileiros – se trata de um local estratégico onde os caçadores se posicionam a fim de esperar que os javalis apareçam em seu campo de visão para atirar nos animais.

<sup>7</sup> Na primeira vez que acompanhei uma caça com Dani, enquanto subíamos a montanha com os cães, ele gritou e disparou, repentinamente, pois um javali cruzava nosso caminho. Em minha percepção, tudo aconteceu de forma muito rápida e só pude ver o vulto do javali, que escapou, e sentir o tiro ecoando em meus ouvidos ao mesmo tempo em que me ensurdecia e tudo ao meu redor paralisava por um breve instante.



Josep Maria à época, que me dissera que a isso logo me acostumaria. Não acreditava. Até o momento em que Dídac virou para mim dizendo que eu olhasse: um javali correndo no bosque abaixo. Muito calmamente, Dídac se posicionou sentando-se e apoiando-se em uma pedra. Mirou e disparou duas ou três vezes. Não pude distinguir, já que o som ecoava ao dispersar-se pelas montanhas parecendo duplicar-se. O javali havia sido atingido em meio a alguns arbustos. Tal como Josep Maria me havia dito, eu acostumaria com os tiros. Já não senti a paralisia do momento e a surdez momentânea.

Assim se passaram as horas, entre observar a comunicação pelo rádio entre os caçadores, avistar os cachorros e os outros caçadores, escutar os sinos e os tiros ao longe, até o momento em que a busca passava a ser pelos javalis já mortos para serem retirados. Era em torno de meio-dia. Sentei numa pedra ao lado, mas um tanto distante, de Dídac para comer uma *bocata* que Dani me havia dado enquanto observava a retirada dos javalis. Dídac conversava com os caçadores pelo rádio, dando-lhes instruções sobre a localização exata dos javalis. Tínhamos uma visão muito privilegiada da parada em que estávamos.

Notei que para a função de retirar os corpos dos javalis se responsabilizavam os mais jovens. Dídac me disse para descermos ao encontro dos outros caçadores. Tratava-se de um vale, ou seja, desceríamos para, em seguida, subir até a estrada em que avistávamos os carros estacionados. Encontramos com um caçador pelo caminho e seguimos, agora subindo, o trajeto final até chegarmos à estrada. Os caçadores iam se reunindo ali, e também trazendo os três javalis abatidos. Dirigimo-nos para outro ponto, onde rapidamente os caçadores começaram a montar mesas, bancos, um pequeno fogareiro e organizar uma refeição com *paella*, carnes, ovos, sobremesas, tudo regado a vinho e cerveja. “*É por isso que caçamos*” – diziam-me alguns. E, enfim, confraternizávamos.

\*

Neste capítulo veremos como funciona a caça de javalis na Espanha e seus comparativos com o Brasil, nos recortes específicos de meus campos de investigação. É preciso aclarar, de antemão, que darei ênfase à caça enquanto método de controle da praga, mas que é praticamente impossível isolar a prática cinegética a esse único fim. A conversão do javali em praga parece assumir uma grande motivação para a caça, mas veremos que se trata de uma prática muito mais complexa, podendo envolver diversos outros marcadores, como questões culturais, sociais e de gênero, bem como motivações

lúdicas e alimentícias. Abordarei, principalmente, as regulamentações em cada um dos locais pesquisados, bem como os processos e técnicas utilizados na caça de javalis.

Na primeira seção tratarei de aspectos regulatórios em relação à caça, comparando os contextos que investiguei na Espanha e no Brasil. Situo o contexto espanhol antes que o brasileiro não por atribuir maior importância, mas por tratar-se de uma regulamentação da atividade cinegética enquanto tal. Isto é, ainda que se fale muito em caça de javalis no Brasil, essa nomenclatura não existe legalmente, conforme veremos. Desdobrarei sobre os processos legais e burocráticos necessários para a regularização da atividade destacando a relação entre caçadores, controladores e Estado, como uma forma de se obter dados. Já na segunda seção, a atenção será voltada à caça na prática, isto é, às modalidades e técnicas utilizadas como as diversas posições ocupadas por caçadores e cães de caça, os tipos de armas e armadilhas utilizados, bem como os usos e consumo dos javalis após a morte.

### **Para além da perseguição e da morte animal: as regulamentações da caça**

A caça na Espanha é dividida entre caça maior e menor, e pode ser exercida em período específico do ano, geralmente entre os meses de setembro e fevereiro, podendo variar conforme a comunidade autônoma. A caça maior compreende mamíferos de grande porte como os javalis, corços, cervos, enquanto que a menor compreende, em sua maioria, aves, mas também pequenos mamíferos como coelhos e lebres<sup>8</sup>. Aqui me centrarei apenas na caça de javalis, de interesse a essa pesquisa, na Catalunha. Gostaria de iniciar essa seção com uma contextualização da população de javalis na região do Montsec e da caça, abordando alguns aspectos mais legais e burocráticos que estão aí atrelados.

Josep Maria, pai e filho, estimam que na região do Montsec que abrange Vilanova de Meià e Santa Maria de Meià havia por volta de mil javalis, mas que essa informação era difícil de ser estimada pela grande capacidade de deslocamento dos javalis que, em uma noite, podem se deslocar por até cinco quilômetros para buscar alimento e retornarem para

---

<sup>8</sup> A lista completa de espécies cinegéticas pode ser visualizada nos meios oficiais da Generalitat de Catalunya: <https://portaljuridic.gencat.cat/ca/document-del-pjur/?documentId=199856>. Também é importante frisar que, a cada ano, o órgão publica uma normativa específica a respeito da temporada de caça, podendo não autorizar a caça de algumas espécies cinegéticas. A Resolução ACC/821/2022 referente à temporada que acompanhei, de 2022-2023, pode ser acessada em: <https://portaljuridic.gencat.cat/ca/document-del-pjur/?documentId=923845>.

suas camas. Eles também destacam que, por ano, em toda a Catalunha, são caçados por volta de cinquenta ou 60.000 javalis<sup>9</sup>, e que isso significa que os caçadores “*apenas aguentam a população*”. Nesse sentido, Josep Maria pai também me explicou que no ano de 2022 os caçadores catalães fizeram greve: “*passamos um mês sem caçar e, bom, havia muitos acidentes de trânsito, de carros. E dano à agricultura também. Mas quero dizer que se passasse um ano sem caçá-los... Haveria um problema muito grande, muitos acidentes, muito dano à agricultura*”.

Segundo a imprensa espanhola<sup>10</sup>, a greve de caçadores se deveu em função da obrigatoriedade por lei de se informar com antecedência o local exato em que se ocorreriam as “batidas de caça” por meio de coordenadas UTM, um sistema de coordenadas geográficas. As notícias explicam que os caçadores não se opõem quanto à obrigatoriedade de informar previamente a localidade, mas que isso deveria ser feito utilizando um sistema mais simples, uma vez que muitos caçadores são mais velhos e não dominam ferramentas tecnológicas. Por trás dessa obrigatoriedade é mencionado um episódio ocorrido no ano de 2021 em que um ciclista adentrou uma área privada de caça e foi atingido por um tiro que o deixou paraplégico. A partir do ocorrido, a *Generalitat de Catalunya*<sup>11</sup> passou a solicitar a informação referente à localidade aos caçadores. Esses, por sua vez, pedem que a *Generalitat* também estabeleça quais sanções serão aplicadas às pessoas que não respeitarem a zona de caça. Os caçadores ainda argumentam que é muito difícil definir a área de caça com tanta antecedência, já que isso é algo que, praticamente, se decide no momento, a partir dos rastros dos javalis, e que essa medida não é capaz de garantir segurança, como propõe a *Generalitat*. Nesse sentido fica evidente que Estado e caçadores pensam tais questões de formas diferentes.

Do ponto de vista dos caçadores, conforme texto de opinião<sup>12</sup>, seria mais eficiente que as pessoas “usuárias do meio natural”, como nomeiam, não adentrassem as zonas de caça que são sinalizadas por meio de uma placa e que, em caso de adentrar, que estejam

---

<sup>9</sup> De acordo com o Instituto de Estatística de Catalunha, no ano de 2021 foram caçados 60.384 javalis. Os dados são fornecidos pelo Departamento de Ação Climática, Alimentação e Agenda Rural e podem ser acessados em: <https://www.idescat.cat/indicadors/?id=aec&n=15201&t=202100&lang=es>.

<sup>10</sup> Cf. <https://www.elperiodico.com/es/sociedad/20220904/cazadores-catalunya-huelga-contra-normativa-localizacion-batidas-14419017>; <https://elpais.com/espana/catalunya/2022-09-05/la-huelga-de-cazadores-agrava-la-amenaza-por-el-exceso-de-jabalies.html>; <https://revistajaraysedal.es/cazadores-catalanes-huelga-2022/>.

<sup>11</sup> Órgão público da Catalunha.

<sup>12</sup> Cf. <https://trofeocaza.com/opinion/el-porque-de-la-huelga-de-caza-de-jabali-en-cataluna/>.

vestidas com roupas de cores bastante nítidas – como a cor laranja dos caçadores – e que sejam respeitadas, inclusive podendo conversar com algum caçador que encontre pelo caminho sobre os locais que não apresentam riscos para que possam ir. Além disso, os caçadores também questionam se, de fato, esses usuários do meio natural olhariam uma página na internet a fim de saber se está ocorrendo uma caça no dia e local em que se pretende ir e, assim, alterar seu destino em função disso. Por último, argumentam que a caça deveria ser tratada como um tema sem tabus e explicada à população em geral sua necessidade, e previam como consequências da greve o aumento de acidentes de trânsito com javalis, de danos à agricultura e a possibilidade da entrada da peste suína africana.

Em minha pesquisa não investiguei as inúmeras tensões entre os mais diversos coletivos sociais e os caçadores, mas sabemos dos embates existentes, sobretudo, com coletivos animalistas. No Uruguai, por exemplo, os pesquisadores Juan Martín Dabezies (2019) e Letícia Poliak (2021) abordam o tema conflitivo entre esses grupos. Ambas as pesquisas apontam para uma grande preocupação dos animalistas em relação aos cães de caça, tanto no que se refere ao seu bem estar, quanto à sua possível ameaça a espécies nativas. Aos javalis, parece valer seu estatuto de praga nacional, conforme Decreto Nº 463/1982, pois, como observa Dabezies (2019:22 – tradução minha), “no caso do Uruguai, o animal cuja morte tem uma maior exposição pública, não é objeto de reivindicação concreta”. E prossegue explicando que “os coletivos animalistas no Uruguai têm operado com o trabalho em relação a animais específicos (cavalos e cachorros). No entanto, não existem, até agora, reivindicações claras sobre os direitos a vida do javali”.

No Brasil, por sua vez, Caetano Sordi (2017) relata uma manifestação animalista ocorrida em Porto Alegre – RS por um grupo de pessoas em frente ao prédio do IBAMA com cartazes contendo dizeres em favor dos javalis como “javalí não é uma praga, é uma vida” e “o javali é nosso amigo”, para destacar alguns. Também compunha o cenário uma representação do animal por meio de um porquinho de pelúcia, sugerindo uma ideia de pureza e inocência, como pontua Sordi (2017:51). Vemos, portanto, três cenários distintos de conflito entre caçadores e animalistas – ainda que cada qual com suas particularidades e reivindicações. Também percebemos como a condição de praga dos javalis movimenta discursos e práticas das pessoas: no caso catalão, argumenta-se sobre o aumento de danos e acidentes; no Uruguai, javalis parecem não protagonizar tanto os discursos em relação às

manifestações; e no caso brasileiro, manifestantes retiram essa condição dos animais colocando-os como amigos das pessoas.

À parte de toda essa tensão entre caçadores, animalistas e javalis, voltemos à greve dos caçadores catalães. Um ponto que Josep Maria pai frisou durante toda nossa conversa, fazendo menção em todos os assuntos que atravessam a caça – como a utilização de cães, de armas, as licenças e cadastros necessários para exercer a atividade, bem como as socializações entre caçadores nos dias em que se caçam –, e que interessa às prefeituras e aos bares, é a movimentação de dinheiro. Isto é, a atividade cinegética move dinheiro, e a greve impacta diretamente nisso. Provavelmente por isso foi de interesse à *Generalitat* encontrar uma solução – ainda que, talvez, temporária<sup>13</sup> – para que a atividade fosse retomada rapidamente.

O procedimento legal para exercer a atividade cinegética, conforme me explica Josep Maria, consiste em, primeiramente, a pessoa interessada buscar e formar parte de um grupo de caçadores, ao que chamam *collas*. Uma vez vinculado a uma *colla*, deve-se pagar uma taxa à Prefeitura. Cada município possui uma taxa distinta, a qual varia de acordo com a quantidade populacional de javalis, ou seja, quanto maior o número de javalis, mais cara será a taxa. Os caçadores que possuem terras no âmbito da prefeitura recebem um desconto simbólico no valor dessa taxa. Segundo ele, “*se você tem terra aqui, então... pagará vinte euros menos, um preço simbólico. Pois então, cada um aqui paga, no mínimo, uns seiscentos euros*”. Esse valor é válido por toda a temporada de caça e pela modalidade escolhida – caça maior ou menor. Também existe a possibilidade de caçar apenas um dia, exclusivamente, e pagar uma taxa ao redor de vinte euros. Ele exemplifica que isso pode ser interessante quando o caçador quer conhecer um local previamente a fim de saber se há muitos javalis e lhe seria interessante pagar por toda a temporada.

Em seguida, explica que esse dinheiro pago à prefeitura, retorna em benfeitorias aos cidadãos, além de a prefeitura também ter que pagar uma taxa à *Generalitat*. Além disso, destaca outros setores envolvidos onde também se movimenta dinheiro. É o caso de bares – onde os caçadores se reúnem para comer –, de veterinários para os cães de caça que venham a se ferir, e de armas. Sobre os veterinários Josep Maria conta que é comum que a

---

<sup>13</sup> Na atual temporada de caça 2023-2024, caçadores catalães realizam nova greve em decorrência de novas resoluções publicadas pela *Generalitat*.

cada semana um cachorro seja ferido por javali durante a caça, então é preciso levá-lo ao veterinário. Cada consulta custa algo em torno de cem euros. Ou seja, exemplifica com valores para ilustrar a quantidade de dinheiro envolvida em todas as etapas da caça.

Os javalis abatidos, por sua vez, geram um lucro aos caçadores de trinta cêntimos de euro por quilo. Se cada javali pesar cem quilos, o lucro obtido é de trinta euros por javali, algo ínfimo se comparado a todos os gastos envolvidos. Esse dinheiro obtido por meio da caça é destinado para os gastos com os cães, seja com alimentação ou veterinário – não sendo suficiente, como se pode supor. Aqui também entendemos que qualquer possibilidade de lucro obtido por meio da caça não é nenhum atrativo para a prática da atividade, inclusive podemos destacar que, na verdade, se gasta para caçar. Já com relação às armas, explica-me que *“a cada cinco anos tem que pagar para fazer uma revisão. Depois tem que levá-la ao quartel”*. Seu filho complementa: *“também tem que ter um armeiro homologado em casa para que não possam te roubar”*. E o pai retoma a palavra constatando que *“vale também quatrocentos ou quinhentos euros. E depois também precisa tirar a licença de caça e o seguro obrigatório”*. Um estudo conduzido pela Federação Catalã de Caça estimou que, na temporada de caça de 2014-2015, foi movimentada uma quantia aproximada de 64 milhões de euros no que se refere à caça de javalis<sup>14</sup>. Dentro do montante incluem-se os gastos relativos aos cães, aos caçadores individualmente e aos grupos.

No Brasil, o procedimento pode ser considerado bastante similar. Embora muito se diga que o javali é o único animal que pode ser caçado no país, o termo caça não é utilizado, legalmente, para referir-se ao controle de javalis, que é descrito como perseguição, abate ou captura seguida de eliminação direta pela IN 03/13 do IBAMA. Não distingo precisamente caça e controle por entender que a caça é e significa muitas coisas (SÁNCHEZ GARRIDO, 2009; MARVIN, 2010; MARVIN; DABEZIES, 2021), e meu foco é justamente abordar a caça na condição de controle de uma praga – mas não deixo de reconhecer que há muita controvérsia em relação às nomenclaturas. Diferentemente da Espanha que possui uma temporada de caça e uma lista de espécies cinegéticas, o Brasil não dispõe de uma regulamentação sobre a caça. O mais próximo disso talvez tenha sido o Decreto-Lei 5.894/43, mais conhecido como Código de Caça, revogado no ano de 1967 pela Lei 5.197/67 de proteção à fauna. Com a revogação, o que se estimulou foi a criação

---

<sup>14</sup> Cf. La Geneta, n.20, 2017 e <https://revistajaraysedal.es/caza-jabalies-cataluna-genera-64-millones-euros/>.

de clubes e sociedades amadoristas de caça e tiro, configurando os chamados CACs (Colecionadores, Atiradores e Caçadores), o que implica diversos debates e recentes polêmicas em relação à posse e ao porte de armas de fogo. Centremo-nos, por enquanto, na parte mais burocrática da caça-controle de javalis.

Para esta pesquisa foram entrevistados três caçadores da região de São Francisco de Paula – RS, aos quais atribuí os pseudônimos de Valdomiro, Pedro e Rogério<sup>15</sup>. Pedro foi quem mais me explicou a respeito dos registros e documentações necessários para exercer a atividade cinegética de forma legal. É válido destacar que Pedro é o mais jovem dos três, com 29 anos quando entrevistado. Ele explicou que é necessário que o caçador se registre no SIMAF (Sistema de Manejo de Fauna), uma plataforma online do IBAMA. A cada três meses<sup>16</sup> o caçador deve informar a propriedade onde irá caçar – em caso de uma propriedade de terceiro deve anexar uma autorização –, os nomes dos outros caçadores do grupo, entre outros dados. Isso lhe gerará uma autorização válida por três meses que deverá ser renovada. Passado esse tempo, deverá ser preenchido um relatório informando quantos javalis foram abatidos, seus pesos e idades médios, os números das anilhas ou lacres utilizados, bem como os números das amostras de sangue. Pedro explica que esses últimos dados são preenchidos no caso de caçadores que possuam um curso de capacitação, onde são fornecidos os lacres e frascos. Como a oferta desses cursos ainda é muito pequena para atender a todos os caçadores, não há problema em deixar os dados em branco, prosseguindo normalmente com o relatório.

Pedro reconhece que existem muitos grupos de caçadores que não o preenchem, seja pelo fato de alguns serem caçadores informais, seja, no caso dos caçadores formais, por se tratar de um procedimento “*chatinho, e se tu não domina um pouquinho esse sistema informatizado tu não faz*”. Um exemplo concreto disso pode ser o caso de Armando, caçador e proprietário rural da cidade de Bagé – RS, que tive a oportunidade de conhecer já em meados do ano de 2023 para acompanhá-lo numa caça. Armando me relatou que, no último ano, caçou por volta de 400 javalis dentro de sua propriedade, a qual

---

<sup>15</sup> Todos se conhecem, sendo que Valdomiro e Pedro costumam caçar juntos. Rogério relata já ter caçado algumas vezes com Valdomiro, mas, à época da entrevista, optava por caçar mais sozinho utilizando-se de gaiolas.

<sup>16</sup> À época da entrevista, em 2021, a normativa valia por períodos trimestrais. A partir do ano de 2022, com a publicação da IN 03/22, passa a valer o período de seis meses, alargando o prazo de validade do cadastro e do preenchimento dos relatórios. Mantenho a referência a três meses no texto por considerar um fator relevante no que se refere à burocracia envolvida na caça.

corresponde a uma área de 1.850 hectares. No entanto, afirmou não preencher corretamente os relatórios do SIMAF por considerar um sistema muito burocrático, então acaba preenchendo “*de qualquer jeito*”.

Além do registro no SIMAF, que garante a autorização para caçar em determinada propriedade rural, os caçadores também precisam do cadastro de caçador no IBAMA, da documentação referente à arma – CRAF (Certificado de Registro de Arma de Fogo), guia de trânsito da arma, e CR (Certificado de Regularidade) –, da documentação referente aos cães – carteirinha de vacinação, guia de trânsito e kit de primeiros socorros – e do acondicionamento da carne do javali. A documentação gerada pelo SIMAF – com registro do local em que se realizará a caça – é o que garante a legalidade, ou não, da caça em caso de o caçador ser fiscalizado.

Pedro conta que já foi fiscalizado duas vezes e não teve nenhum tipo de problema com a documentação. Também destaca que muitos fiscais não sabem quais os documentos necessários para a caça, mas que os fiscais da PATRAM (Patrulha Ambiental da Brigada Militar), sim, têm conhecimento dos documentos e podem autuar em caso de o caçador não possuir algum desses documentos. Geralmente a PATRAM atua em casos de denúncias, o que nunca aconteceu com o grupo de Pedro. Contudo, outros órgãos de fiscalização também operam, como a POE (Polícia de Operações Especiais) e a Polícia Rodoviária Estadual – pelas quais Pedro já foi abordado –, ou ainda a Polícia Civil, a Brigada Militar e a Secretaria de Meio Ambiente.

Valdomiro é um dos caçadores que possui o curso de capacitação mencionado, que é oferecido pela Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. Trata-se de um curso em monitoramento e vigilância sanitária de suídeos asselvajados<sup>17</sup> onde é fornecido um kit constituído de frascos para a coleta de sangue do javali e anilhas – também chamadas pelos caçadores de *lacres*. Essas devem ser colocadas na pata do javali para realizar o transporte do local de abate até a propriedade do caçador, onde será realizada a carneação. Pedro destaca que o transporte do javali deve ser feito com a permanência das patas e anilha para fins de identificação do animal em possíveis

---

<sup>17</sup> Algumas informações sobre uma das ofertas desse curso podem ser conferidas em <https://escoladegoverno.rs.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/INFORMA%C3%87%C3%95ES-DO-CURSO-SUIDEOS.pdf>.



fiscalizações<sup>18</sup>. Os animais devem ser abertos ao meio, ter suas vísceras retiradas e ser acondicionado em gelo. Se possível, também deve ser coletada uma amostra de sangue para realização de exames posteriores. Todo esse procedimento, nas palavras de Pedro, serve para “*o Estado ter dados*”, os quais só podem ser fornecidos pelos caçadores.

A relação entre caçadores e Estado se mostra como um potencial muito rico de investigações. Em sua pesquisa, Caetano Sordi (2020:229) destaca a fala de uma veterinária da Embrapa que sugere que por meio da regulação da caça e da conversão de caçadores em controladores foi possível ao Estado “colocar a mão no bicho” – referindo-se ao javali. Também no Uruguai, Juan Martín Dabezies (2019:20-21) menciona uma aliança entre Estado e caçadores, uma vez que é preciso monitorar os javalis por suas ameaças sanitárias. Dabezies também relata que essa aliança beneficia a imagem dos caçadores como controladores de uma espécie invasora e como vigilantes sanitários. Esse é o mesmo argumento produzido por Edenice, gestora da FLONA de São Francisco de Paula – RS, com quem conversei para esta pesquisa. Em nossa conversa, relata:

*Eu nunca pensei, na minha vida – vou ser sincera – de ter que lidar com caçador. Para mim, caçador era sempre aquela visão negativa. Até o momento em que apareceu o javali e eu [tive] que me aliar aos caçadores, que a gente busca transformar eles em controladores, e não simplesmente pessoas que vão matar qualquer bicho que passar na frente.*

Aqui se faz mais evidente a relação entre caçadores e controladores do ponto de vista do Estado. Lembremos que Edenice é servidora pública do ICMBio, gestora de uma Unidade de Conservação, o que pode ser lida como uma representante do Estado. Quando o Estado converte o caçador em controlador parece haver um benefício mútuo, pois o caçador passa a ser mais aceito pela sociedade e o Estado passa a ter acesso aos dados que, antes, apenas os caçadores tinham. Nesse sentido, Edenice também destaca a importância desse acesso aos dados questionando:

*Como é que o Governo do Estado vai tomar uma decisão de liberar ou fazer uma ação, fazer um programa, de maior vulto com recurso de pessoal, de financeiro, se ele não enxerga o problema ou não tem a informação? Ele tem que ter a informação. Ah, é chato fazer relatório trimestral? É chato, mas se tu não der a informação, como é que os governos vão tomar decisão e subsidiar alguma coisa?*

---

<sup>18</sup> Pedro explica que os órgãos de fiscalização não dominam os tipos de carne, por isso é importante que a pata do javali seja mantida durante o transporte para que os fiscais reconheçam que se trata de um javali e não de uma capivara, por exemplo, o que seria ilegal.

Transformar caçadores em controladores também diz respeito a um controle desses agentes por parte do Estado. De acordo com o sociólogo clássico Max Weber (2001) a burocracia configura um tipo de dominação legítima – e, por sua vez, produz uma relação entre dominantes e dominados. Talvez exatamente por isso que o Estado enfatize tanto a necessidade de dados, enquanto que os caçadores pedem por desburocratização. Paralelamente a isso, a própria narrativa dos caçadores em relação à iniciação na caça e sua motivação parece se coincidir, ou confundir, com a legalização da caça às vezes. Valdomiro conta que começou a caçar por volta de 2001, quando “*começou a aparecer essa praga [o javali] aqui, até não tinha documentação nessa época, foi uma novidade, não tinha licença nem pra arma, nem nada, foi tudo novidade*”. E complementa que caça apenas javalis, pois, “*somos credenciados só no javali*”.

Já Pedro relata que a caça vem de berço. Seu pai e outros membros da família são caçadores, o que faz com que, automaticamente, cresça nesse meio e faça amizade com outros caçadores. Ele explica que ao longo da vida vai conhecendo pessoas formando grupos por afinidade, o que se espelha na caça “*porque a caça do javali hoje tem diversas maneiras de fazer o controle: uns usam cães, outros não usam, alguns fazem uso de farolete, então a gente vai criando um grupo com as pessoas que a gente tem mais proximidade*”. Antes de completar 25 anos – idade mínima para fazer o apostilamento de armas – ele relata que já acompanhava seu pai e irmãos na caça e, ao completar a idade, iniciou o processo relativo à arma. Ao longo de toda sua fala, Pedro faz menções quase que literais da legislação referente ao controle de javalis, demonstrando ter conhecimento pleno da mesma. Ao mesmo tempo em que se mostra bastante alinhado à regulamentação, recupera sua origem rural como iniciação na caça, explicando que:

*Meu pai, por ser do sítio, então, é uma pessoa que fez o uso de caça de outros animais ao longo da vida dele [...]. No meu caso, eu praticamente não fiz o manejo de outros animais, o meu pai sim. [...] [Em] 2010, 2011, eu já acompanhava meu pai na caça de outros animais, mas de 2013 pra frente que a gente focou no javali, a gente caça o javali mesmo. Até por uma questão legal. A caça hoje, legalizada mesmo, é de animais invasores, então seria o javali, mas eu tenho que te dizer a verdade né... A gente está aqui pra ti ter um conhecimento. 90% dos caçadores que hoje caçam javali, com certeza, em algum momento, já caçaram outros animais. A maioria deles, os que realmente são caçadores, que vêm de berço, como é o meu caso, eles vêm de outras caças, de outros animais e migram para a caça do javali quando, de fato, a caça do javali é liberada.*

Pedro conta que as caças de seu pai, anteriormente, serviam apenas para o consumo próprio, nunca para comércio, e que esses “outros animais” a que ele se refere são, principalmente, lebres. Ainda acrescenta que no interior – e diz poder falar sobre isso com propriedade por ser do interior (Bom Jesus – RS) – é muito comum que as pessoas cacem outros animais, e que sejam utilizados sempre, e apenas, para o consumo. Além disso, menciona que as lebres, embora populosas e causadoras de danos, sobretudo em lavouras de milho e feijão da região, nunca foram consideradas pragas para os pequenos produtores, mas que as pessoas costumam caçá-las tanto por conta desses danos, quanto pelo apreço do consumo da carne – similar a de coelho.

O terceiro caçador entrevistado, Rogério, também faz menção à sua iniciação na caça atrelada à vivência rural, uma vez que sempre morou no interior e sua família tinha o hábito de caçar. Por volta do ano de 2004 ou 2005, ele relata que os javalis começaram a aparecer pela região e foi quando “*fiquei legalizado como o pessoal fala, né*” – referindo-se à obtenção do CR. Rogério também faz uma distinção entre caçador e controlador que se relaciona com essa legalidade da caça. Ele se denomina um “caçador raiz”, sugerindo uma autenticidade da prática e frisando que suas principais motivações são o consumo da carne e a proteção de suas lavouras de milho. Os elementos que ele destaca como uma oposição à caça que ele pratica é o entendimento da prática como esporte, a procura por taxidermia de cabeças de javalis e o controle num sentido mais amplo. Ainda que Rogério não deixe claro essa distinção entre dois tipos de controle – já que a proteção de sua lavoura também pode ser lida como tal –, o que parece valer é uma noção quantitativa, isto é, a distinção entre controlar sua própria propriedade e controlar diversas outras. Além disso, ele também enfatiza que “*hoje a população de caçador, eu acho que é quase a mesma de javali. Não sei se eu estou errado ou não, mas é muito caçador, então a gente meio que foi se afastando um pouco disso*”.

Certamente há uma multiplicidade ontológica da caça. O campo da antropologia tem se dedicado em grande parte a investigar, sobretudo, a caça em contextos em que a atividade é tida para a subsistência de um grupo e, mais recentemente, passa a mirar também na chamada caça recreativa ou desportiva (MARVIN; DABEZIES, 2021; SÁNCHEZ GARRIDO, 2009). Entre os próprios caçadores existem certas divergências, seja pela origem rural ou urbana, seja pelos métodos adotados ou motivações. Nos exemplos brasileiros que trouxe percebemos uma tensão que ora engloba, ora diverge, as

categorias de caçador e controlador. Alguns justificam suas motivações por uma origem rural, por conceber o animal caçado como causador de danos, ou mesmo coincidindo com a chamada legalização da caça. E reforço que a legislação não menciona a palavra caça, mas sim decreta a nocividade do javali autorizando seu controle. No exemplo catalão, talvez pelo fato de que a caça é regulamentada enquanto tal, essa distinção entre caça e controle não se faz evidente da mesma maneira que no Brasil. No entanto, também se apresentam algumas divergências entre os caçadores.

Josep Maria pai relata o exemplo de caçadores que vão à África caçar elefantes ou leões, mencionando um caso concreto que soube de um caçador que pagou 30 mil euros para ir à África caçar elefante. Ele se posiciona dizendo que vê isso como algo péssimo, e enfatiza que *“nem que me pagassem eu não iria”*. Em seguida, estabelece um paralelo comentando certa diferença entre caçar javalis e corços – mesmo que ambos sejam espécies cinegéticas. Josep Maria aprecia muito a carne de corço, portanto, quando tem vontade de comê-la, caça um corço e armazena parte da carne no congelador. Enquanto tiver carne de corço não caçará outro, ao passo que javalis, sim, ele seguirá caçando. Além disso, ressalta que há muitos caçadores como ele, mencionando, por exemplo, seu filho que não atira em corços. Com isso, ele quer dizer que existe uma visão de que caçadores querem matar tudo, e que embora haja aqueles que, de fato, sejam assim, essa não é a realidade de uma grande parte de caçadores. Também o caçador brasileiro Rogério enfatiza esse aspecto de que aprecia a carne de javali, e enquanto tiver carne congelada não caçará outro animal, *“a não ser que esteja muito fácil”*.

As tensões implicadas entre os vários tipos de caçadores podem ser consideradas como mais um dos temas que demandariam um aprofundamento de investigação futura, devido à sua alta complexidade. Vejamos, a seguir, as principais técnicas utilizadas na caça e funcionamento dessa atividade.

### **De cães, armas e consumo: a caça de javalis na prática**

Nesta seção gostaria de descrever com mais detalhes as modalidades e técnicas mais utilizadas na atividade cinegética. Ao longo de minhas incursões etnográficas, pude acompanhar a caça diurna de javalis que é realizada com cães na Espanha, chamada de

*batidas* de caça, tanto na posição dos caçadores que acompanham os cães, quanto daqueles que ficam em *paradas* esperando avistar algum javali para atirar. Já no Brasil, pode acompanhar a caça noturna realizada com caminhonete e um farolete. Outros métodos também serão explorados, como os relatados a mim por caçadores e pela gestora da Floresta Nacional de São Francisco de Paula que se utiliza de gaiolas e/ou ceva para capturar os javalis. Em todos os métodos são utilizadas facas e/ou armas de fogo, como escopetas, espingardas, rifles. A utilização de armas e de cães abre muitos debates e reflexões, alguns certamente mais polêmicos que outros envolvendo a posse e porte de armas e os cuidados animais. Veremos um pouco desses pontos ao longo do que for exposto.

Início, portanto, recuperando relatos dos caçadores brasileiros Pedro e Valdomiro que explicam um pouco da sazonalidade e dos métodos utilizados por eles, pois um fator determinante para o tipo de caça são as lavouras, em especial de milho. Eles explicam que quando a colheita ainda não foi realizada e as plantações estão altas, a caça é realizada com cães, uma vez que são esses animais que adentrarão na lavoura em busca do javali. Por sua vez, quando a colheita é realizada fica o que eles chamam de *resteva*, isto é, restos de milhos e palhas derramados da colheita. No período de *resteva*, portanto, a caça é realizada sem os cães, com caminhonete, farolete e armas, uma vez que a lavoura está visivelmente limpa facilitando que os javalis sejam avistados pelos caçadores. Por último, quando não é época de produção nas lavouras e, portanto, não há oferta de alimento em abundância aos javalis, os caçadores utilizam-se do método da *ceva*. Trata-se de cevar o javali, dispondo de alimento constante num mesmo local a fim de atrair o javali que será pego numa armadilha utilizando-se de gaiolas ou jaulas.

Além das lavouras, os javalis também se alimentam de pinhão, fruto da araucária que é abundante na região de São Francisco de Paula – RS, conforme veremos em detalhes no capítulo seguinte. No momento da entrevista<sup>19</sup>, em abril, Pedro definiu como o momento de colheita do milho e entrada do ciclo em que os pinhões estão caindo das araucárias. É válido mencionar que no Rio Grande do Sul a colheita e comercialização do pinhão só são permitidas a partir do dia 15 de abril de cada ano, conforme a Portaria Normativa DC-20/1976 do IBAMA. É nessa época, segundo Pedro, que os javalis estão

---

<sup>19</sup> As entrevistas com Valdomiro e Pedro foram realizadas no mês de abril de 2021, nos dias 16 e 22, respectivamente.

focados em comer resteva de milho e saem das lavouras para comer pinhão no mato – uma vez que o milho já está mais seco e o javali, por preferir o milho mais verde, troca-o por pinhão. Também a esse respeito Valdomiro menciona que os alimentos prediletos dos javalis são pinhão e milho, mas que na falta destes irá “*arrancar carqueja, xaxim, essas coisas. Ele come tudo o que tiver de bichinho ali nas raízes. Por isso que ele é um bicho que prejudica a flora, né*”. A caça, então, também pode ser definida em função do momento do javali: estando num momento em que prefere comer pinhão, a caça ocorre no mato em período diurno com os cães; na resteva do milho, a caça é noturna com farolete e caminhonete.

No Brasil a caça pode ser realizada em qualquer época do ano sem quaisquer restrições de período ou quantidade de animais abatidos, conforme Artigo 4º da IN 03/13, diferentemente do que ocorre na Espanha, onde a atividade só pode ser realizada dentro do período hábil de caça. No caso catalão<sup>20</sup>, existe uma exceção no que se refere a caçar javalis fora da temporada hábil. Explicam-me Josep Maria pai e filho que, no caso de produtores rurais que têm suas lavouras danadas por javalis, uma autorização pode ser solicitada à *Generalitat*. Para obtê-la, agentes rurais do governo devem ir até o local para constatar o dano ocasionado na propriedade. Uma vez com a autorização, o caçador deve esperar pelo javali, o que significa que não se pode realizar uma *batida* com cães ou sair à procura dos animais, mas esperar que o javali apareça na propriedade para então atirar e realizar o abate.

Vejamos os detalhes de cada modalidade de caça, a começar pela caça com cães. Os relatos dos caçadores brasileiros coincidem bastante com as *batidas* que acompanhei na Catalunha, portanto, os considerarei como iguais, apenas pontuando pequenas diferenças quando ocorram. No Brasil, a caça com cães é realizada, geralmente, quando as lavouras ainda não foram colhidas e estão altas, ou em “banhados” e locais “sujos”, nas palavras de Pedro, que são locais caracterizados por muito mato em que a vegetação ultrapassa a altura das pessoas. Na Catalunha, e mais especificamente no Montsec, não presenciei uma vegetação assim tão alta, mas Dani mencionou empecilhos com relação à vegetação. Na ocasião, por conta do frio, eu vestia uma calça composta de lã, ao que Dani indicou não ser apropriada por poder sofrer arranhões da vegetação. Como eu o acompanharia com os

---

<sup>20</sup> Faço menção ao caso catalão considerando que cada Comunidade Autônoma da Espanha possui sua legislação específica, e apenas investiguei a da Catalunha.

cães, nós deveríamos caminhar bastante, subindo a montanha, diferentemente dos caçadores que ficariam posicionados nas *paradas*.

Antes da caça, encontrei com Dani no bar de Vilanova de Meià, que já estava com a *perrera*<sup>21</sup> engatada em seu carro. Passamos em sua casa para buscar seu filho, Biel, de aproximadamente oito anos, e seguimos para o local onde estava o restante dos caçadores. Ali se reúne toda a *colla* e o presidente decide a localização e o posicionamento exato dos caçadores. Talvez houvesse por volta de quarenta pessoas: todos homens. Além de definir local e posições, também é onde os caçadores preparam os cães, comem, conversam. Todos os caçadores vestiam roupas laranja, que além de ser uma exigência por lei<sup>22</sup>, se tratava de um uniforme do grupo – muito diferente das vestes utilizadas pelos caçadores brasileiros que, sem qualquer exigência legal, utilizam, preferencialmente, cores camufladas em tons de verde. Alguns contavam com o logotipo da *colla*, outros tinham o respectivo nome do caçador inscrito. Os tecidos dos abrigos e das calças eram lisos e planos, contrapondo-se à lã de minha calça.

Nesse espaço de socialização conversei pouco com outros caçadores. Além de Dani, outros dois caçadores, pelo menos, levavam *perreras*, sendo que em cada uma cabia em torno de doze cães. Acompanhei o processo de identificação dos animais, no qual notei como o filho de Dani já era iniciado. Ele ajudava seu pai perfeitamente. Os cães levam uma coleira com um sino e GPS. Deste modo, Biel se encarregava de anotar os números das coleiras e os nomes dos cães que as recebiam. Durante todo esse momento os cães permaneciam no carro, apenas saindo brevemente para vestirem as coleiras e/ou coletes. Apenas os cães de agarre utilizam coletes, e só presenciei dois deles, de outros caçadores. Após todo esse procedimento e das instruções do presidente da *colla*, dirigimo-nos ao local da caça. Havia muita neblina e era praticamente impossível avistar a montanha à nossa frente. De tempos em tempos podíamos avistar pequenos pontos laranja no horizonte: caçadores nas paradas. Quando a neblina finalmente se dissipou, Dani e Wily, outro caçador que levava cachorros, soltaram os animais e entendi que a caça havia começado.

---

<sup>21</sup> Carro de transporte de cães.

<sup>22</sup> De acordo com o item 8.2 da Resolução ACC/821/2022, como medida de segurança, as pessoas caçadoras e acompanhantes devem utilizar uma roupa de cor de alta visibilidade, que cubra todo o torso, dentro da escala de cores do amarelo ao vermelho.

Nesse momento os cães urinam, defecam e correm campo afora em busca de javalis. Escuta-se o som dos sinos que levam em seus pescoços e os gritos de Dani e Wily a fim de instigar os cães. Wily e Biel seguiram por um lado e Dani e eu por outro, subindo a montanha à nossa frente, agora visível. Alguns cães acompanhavam-nos, enquanto outros sumiam pelos bosques da montanha. Escutava alguns tiros ao longe, mas sequer via qualquer vestígio de javalis. Ao contrário de minha segunda experiência na caça em que observava tudo acontecer, relatada na abertura deste capítulo, desta vez eu apenas me ocupasse de subir a montanha, atentando-me a onde eu iria pisar, ou a qual arbusto<sup>23</sup> agarrar para ajudar-me com equilíbrio e impulso ao próximo passo. Com exceção de um vulto fugaz, não vi qualquer javali, era como se eu não me inteirasse de nada além do percurso até o topo.

Dentro da modalidade de caça com cães existem, basicamente, três funções para os cães, embora as nomenclaturas variem: (1) os cães de rastro (farejadores) ou toque, (2) os cães *conejeros* ou achadores<sup>24</sup> e, (3) os cães de agarre. Os primeiros são responsáveis por buscar os javalis por meio do faro dos rastros. Segundo Josep Maria pai, “*são os que têm as orelhas bem grandes e são baixinhos*”, e os mais utilizados pelos caçadores da região. Embora não mencionem raça, provavelmente trata-se de *Beagles* e outros similares. Ele e seu filho explicam que a diferença dos de rastro para os *conejeros* é que os primeiros, uma vez que “pegam” o rastro do javali, ainda que seja da noite anterior, começam a latir e não param até encontrar. Por esse motivo, eles dizem que os caçadores desfrutam mais, pois sempre os escutam. Já os *conejeros* trabalham mais com a visão, isto é, não captam rastro olfativo do javali, e apenas latem quando o avista. No relato dos brasileiros Pedro e Valdomiro, o achador é quem vai encontrar o javali e latir para avisar que encontrou – sem especificar se isso é feito pelo faro, pela visão, ou ambos –, e os cães de toque são responsáveis por *tocar* os javalis, espantá-los para uma rota de fuga onde um caçador possa atirar. Por último, os cães de agarre são os que agarram o javali, e por isso são mais fortes. As raças mencionadas pelos brasileiros são “*Pitbull, Dogo Argentino, a cruza entre eles, Dogal*”, e pelos catalães “*Dogo ou algum cruzado com Mastim*”.

---

<sup>23</sup> Dani indicou-me um tipo de arbusto que era seguro utilizar para agarrar-se, pois havia outro tipo que era repleto de espinhos.

<sup>24</sup> Caçadores catalães referem-se às nomenclaturas rastro e *conejeros*, enquanto os brasileiros dizem toque e achadores. Embora a nomenclatura varie, as funções parecem ser bastante similares, conforme veremos. Os cães *conejeros* são assim chamados por serem utilizados nas caças de coelhos (*conejos*, em espanhol), mas esses, em questão, estão treinados para o javali.



Como Dani não possui cães de agarre, não presenciei o agarre de nenhum javali. No entanto, Pedro explica que esses cães ficam junto dos caçadores e, quando escutam o *acuo* dos cães achadores, atendem à acuação. Isto é, os cães achadores latem para avisar que encontraram um javali e os cães de agarre vão ao encontro desses para fazer o agarre do javali. Nesse caso, o caçador deve ir prontamente com uma faca para finalizar o abate. Pedro e Valdomiro frisam que o abate deve ser realizado da forma mais rápida possível para que o javali não sofra. Por isso, além da faca, podem utilizar um revólver ou alguma arma de cano curto, visando a segurança dos cães. Nas palavras de Valdomiro, “*ou tu sangra, ou tu dá um tiro na cabeça para o bicho morrer na hora*”. Esses cães passam por uma série de treinamento além de utilizarem equipamentos e possuírem documentações específicas para poderem ser utilizados na caça. Além da coleira com GPS e dos coletes de proteção para os cães de agarre – equipamentos comuns tanto no Brasil quanto na Espanha –, Pedro explica um pouco sobre a questão dos treinamentos, características e documentação, comparando que um bom cão achador deve ser como um bom cavalo de rodeio. Isto é, enquanto um bom cavalo de rodeio pode custar de 20 a 30 mil reais, um bom cão achador, por sua vez, pode custar entre 3 a 8 mil, devido ao treinamento recebido. Ele diz que, normalmente, se tem “*dois, três cachorros melhores e o resto são cachorros que acompanham os melhores*”, para que uns aprendam com os outros – algo que também foi mencionado por Dani.

O grupo de Pedro e Valdomiro possui seis cachorros. A quantidade de cães depende muito do poder aquisitivo de cada grupo e de qual maneira cada grupo quer fazer o abate. Pedro comenta que seu grupo não utiliza cães de agarre, sobretudo, por conta das fiscalizações de caça, pois há alta probabilidade dos cães serem feridos pelos javalis, e a fiscalização “*aperta muito em cima de maus tratos animais*”. Grupos que utilizam cães de agarre, ele menciona, terão por volta de cinco cães dessa modalidade e dois ou três achadores. Nesse mesmo sentido, os caçadores catalães destacam o valor monetário dos cães, sem mencionarem números precisamente, mas que “*vale dinheiro*”. Além disso, também mencionam que aqueles que possuem cães de caça o fazem “*como se fosse uma granja*”. Isso significa que para criar cães de caça é preciso atender a uma série de normas, como local e espaço adequado, fornecimento de água corrente e comida, não deixar os cães presos com correntes. Isso tudo é comparado por Josep Maria como ter uma granja, pois há fiscalizações no local em que medem os espaços e verificam essas condições.

Pedro conta que seu grupo compra os cães *prontos*, isto é, já treinados – tendo em vista que treinar um cão é uma tarefa muito trabalhosa. Isso porque, segundo ele, um cão filhote demandaria muito tempo de treinamento. Também demandaria disponibilidade de caçar nos melhores horários, isto é, no momento exato em que um produtor avisa ter avistado um javali na lavoura. Outro fator que contribui para essa opção de “pegar os cachorros prontos” é o fato de que todos os membros do grupo residem na cidade, em área urbana e, para isso, o cão também precisa ser mais bem treinado. Para exemplificar esse argumento, Pedro menciona que ele possui três cães em sua casa, e que esses cães escutam outros cães *acuarem* (latirem) nas ruas o dia todo. “*Então tu imagina se eles acham que isso é um javali e resolvem sair correndo, atender essa acuação*”. Existem pessoas, segundo ele, que vivem apenas de treinar e vender cachorros para a caça de javalis, ou seja, o treinamento de cães acaba sendo uma profissão e o cão é entendido como um atleta. Ele explica:

*O cão tem que ser bem treinado. [...] Cachorro novo acaba fazendo mais alarme, mais barulho, e isso dá problema com vizinho. O cão de caça, naturalmente, é um cão que tu tem que manter ele num porte quase como um atleta, e outras pessoas não entendem isso. Claro, tem diferença entre você ter um cão magro, mal cuidado, e um cão realmente como um atleta – a gente entende o cão de caça como um atleta –, ele tem que estar num porte físico bom, ele tem que ter músculo, mas ele não pode estar gordo porque ele tem que se movimentar rápido, ele tem que caminhar, às vezes, o dia todo. Em média os nossos cães fazem, pelo GPS, 26 a 30 km numa caçada.*

Algumas pesquisas antropológicas a respeito da relação entre caçadores e seus cães de caça apontam para um mutualismo entre ambos, onde caçador e cão aprendem uns com os outros a caçar, estando muito associados e ocorrendo uma espécie de “casamento de personalidades transespécies”. Esse é o caso das relações estabelecidas entre caçadores e cães no contexto de caça em Segura León, na província de Badajoz, Espanha, investigadas por Santiago Cruzada (2019) em sua tese doutoral, e também da relação entre caçadores e cães truficultores no Chile, investigada por Luisa Fanaro (2022). O casamento de que fala Cruzada (2019:256) sintetiza características dos cães em função de seus processos de domesticação, bem como de iniciação na caça com seu par humano.

No caso exposto de Pedro, adquirir um cão já *pronto* não parece se apresentar como um empecilho, e tampouco impedir que haja um forte vínculo entre os caçadores humanos e animais. Para ele, bons cães achadores são aqueles que conseguem, de certo

modo, hipnotizar o javali, circulando ao redor dele sem deixar que saia em fuga e fique parado no local. É aquele que *“chega calmamente, não sinaliza no rastro, não vai acuando em rastro, só acua realmente quando enxerga o porco pra dizer “olha”... como se ele quisesse dizer “olha, enxerguei o porco, tá na minha frente”, e aí fica acuando ao redor pra não deixar o porco sair”*. Ele explica que, dessa forma, é possível haver tempo suficiente de cães de agarre, se utilizados, ou os próprios caçadores conseguirem chegar a tempo. Se o javali sai correndo em fuga – ou *estoura*, em suas palavras – dificilmente será alcançado, pois a região *“é muito dobrada, bem suja, os cachorros não alcançam”*.

Por outro lado, existem outros caçadores que não caçam com cães, como é o caso de Rogério e Armando, interlocutores das regiões de São Francisco de Paula e Bagé, respectivamente. Ambos me relataram haver utilizado cães para caçar, mas já não preferirem esse método. Armando caça com mais um ou dois companheiros, com caminhonete, farolete e armas, e diz ser uma caça mais *limpa*. Veremos seu caso na sequência. Já Rogério diz que não considera a caça com cães eficaz, sendo que um dos motivos é o de que os javalis podem matar os cães. Quando começou a caçar, por volta dos anos de 2004 e 2005, menciona que *“tudo era muito novidade”* e, portanto, não havia coletes de proteção para os cães. Com o passar do tempo, raças de cães maiores, como as já mencionadas Pitbull e Dogo argentino foram introduzidas na caça, mas Rogério diz não ver a mesma eficácia que caçando com as gaiolas, por exemplo. Em suas palavras, *“além de não ser tão eficaz, tem aquele negócio dos maus tratos também, por que às vezes tu cria um cachorro dois anos, três anos, e aí o javali vai lá e termina com ele num segundo. Então eu passei dessa fase do cachorro”*.

Rogério também menciona que muitos dos acidentes entre cães e javalis são um tanto camuflados e não são registrados, pois os caçadores temem sofrer algum tipo de represália no que diz respeito à proteção animal. Na Catalunha, Josep Maria pai e filho relatam um episódio de um caçador que, acidentalmente, atirou num cachorro pensando ser um javali. O cachorro em questão era preto. Segundo eles, preferivelmente os cães de caça devem ser brancos, justamente para evitar esse tipo de confusão. Rogério, por sua vez, relata já ter perdido alguns cães para o javali e, em sua visão, *“o cachorro é uma extensão do caçador, é um braço do caçador. Tanto que eu tenho uma cachorra hoje que ela tem 18... vai fazer 19 anos, e ela é vovó, tem dois dentes só e... bah! Aquela sobrou das minhas andanças de caçada”*.

Esse atributo do cachorro como uma extensão do caçador também pode ser lido dentro da perspectiva colocada por Cruzada (2019:261) de que o animal consegue acessar um mundo que é inacessível ao caçador humano. Deste modo, o caçador não percebe o cão em si mesmo, mas sim por meio dele. Além de os cães serem uma extensão dos caçadores, a utilização dos mesmos na caça pode configurar o que é chamado por Garry Marvin (2006) de caça por distúrbio, no sentido em que os cães são responsáveis por causarem perturbações aos javalis, seja por meio de latidos ou ataques, que resultam na movimentação e incômodo por parte dos javalis.

Para além dos cães, as armas utilizadas na caça também são de extrema importância. Segundo Pedro e Valdomiro, cada caçador tem seu perfil. Pedro gosta de ir junto com os cães e não usa fuzil. Já a pessoa que vai para a espera, ou parada, e tem poder aquisitivo para adquirir um fuzil (com custo de 10 mil reais em diante), assim o deve fazer. Dois integrantes do grupo utilizam fuzil 762 calibre 308. No entanto, Pedro destaca que a arma mais tradicional e utilizada ainda é a calibre 12, provavelmente também devido a seu baixo custo, por volta de 3 mil a 3.400 reais. Para Pedro, a liberação do calibre 308 para a caça, por meio do Decreto nº 9.846/2019, foi uma conquista importante para os caçadores, pois o calibre 12 tem um poder de letalidade baixo para o javali, isto é, se o tiro não atingir um local fatal para o javali, ele irá correr podendo causar algum dano aos caçadores ou aos cães, além de sofrimento a si mesmo. Pedro considera o fuzil a melhor arma para se usar, mas entende que depende das condições, pois se trata de uma arma pesada, de quatro a cinco quilos, com alcance efetivo muito grande e, por isso, deve estar nas mãos de pessoas certas, que só atirem no momento em que tem certeza que a bala não ficará dispersa no ambiente.

Geralmente, os caçadores que ficam nas esperas utilizam fuzil devido ao alcance que a arma possui, enquanto que aqueles que vão com os cães utilizam revólver ou arma calibre 12, além da faca que vem a ser muito importante, sobretudo, quando se utiliza o calibre 12, que não é capaz de levar o javali a óbito instantaneamente e, portanto, ainda é preciso utilizar a faca para “fazer o sangramento e eliminá-lo de vez”. Valdomiro explica que as armas precisam ter uma quantidade de joules específicos para conseguir abater o javali de forma rápida<sup>25</sup>. Nesse mesmo sentido, Armando, quem acompanhei numa caça

---

<sup>25</sup> Valdomiro explica que com uma arma fraca, isto é, com poucos joules, até é possível abater um javali, mas ele irá morrer muito longe e, provavelmente, o caçador nem irá saber onde o javali morreu.

em Bagé, ressaltou sobre a precisão do tiro. Sem especificar calibres, ele falou da importância de dar um tiro certo no javali, tanto para evitar o sofrimento do animal, quanto pela preservação da carne. Caso o tiro perfure o intestino, a carne se torna totalmente imprópria para o consumo.

A caça que acompanhei com Armando era na modalidade noturna, sem cães, com caminhonete, farolete e arma. Por vezes, Armando também recorria a uma espécie de monóculo de visão noturna. Encontramo-nos por volta de 20h em frente à pousada onde fiquei em Bagé. Armando estava com seu companheiro de caça, de apelido Alemão, na caminhonete. Sentei-me no banco do passageiro, ao lado de Armando, e seguimos conversando ao longo do trajeto até sua propriedade rural. Ao passarmos pela porteira, Armando parou a caminhonete e desceu junto com Alemão para fazerem a instalação do farolete, provavelmente na bateria do veículo. Era uma espécie de holofote, a julgar pela potência da luz. Alemão, que antes estava no banco de trás da caminhonete, agora se posicionava na carroceria segurando o holofote e iluminando todos os lados em busca de javalis. Armando explicou-me que a partir dali andariam com a caminhonete por toda a propriedade e, quando Alemão avistasse javalis, focaria a luz neles e bateria na lateral da caminhonete, como um informativo a Armando que, por sua vez, atiraria. Talvez tenham passado umas duas horas até que encontrássemos algum javali. A propriedade de Armando possui 1.850 hectares e o cominho por onde passávamos é de terra. Portanto, trata-se de grandes distâncias percorridas dentro da propriedade numa velocidade consideravelmente baixa, já que o solo era de terra e Alemão encontrava-se em pé na carroceria.

Ao longo do percurso avistávamos diversos outros animais, principalmente capivaras, veados e emas, os quais pareciam não se importar com a presença da caminhonete. Armando enfatizava, desde o momento que nos encontramos na cidade, que veríamos muitos tipos de animais e que eles apenas caçam javalis, reforçando um contraponto à ideia já apresentada de que caçadores matam qualquer animal que cruze seu caminho. Passamos por trechos em que ele explicou tratar-se de mata nativa e outros trechos em que as plantações já haviam sido colhidas. Em determinado ponto também se apresentavam alguns tocos de eucaliptos, ao que Armando explicou-me que houve uma época em que a produção dessas árvores se mostrou interessante economicamente, mas que já havia se arrependido do plantio e agora precisava resolver esse problema – assumindo que as árvores haviam prejudicado o terreno e o solo. De maneira geral, Armando dirigia a

caminhonete enquanto conversávamos sobre assuntos diversos, mas principalmente sobre o que íamos avistando ao longo do percurso. Ele levava uma garrafa de vinho a que bebíamos moderadamente durante a caça. Diferentemente da caça que acompanhei na Catalunha com Dani e os cães, subindo a montanha, sentia-me extremamente confortável sentada na caminhonete, conversando e bebendo vinho.

Quando do primeiro javali abatido, primeiramente escutei as batidas de Alemão na lateral da caminhonete e logo olhei para onde apontava a luz. Armando rapidamente posicionava a caminhonete em um ângulo que sua janela ficasse de frente para os animais – geralmente os javalis estavam em grupo –, mirava a arma e disparava. De forma mais ou menos similar aos cães que fazem os javalis aparecerem, esse é o objetivo do farolete que emite luz na escuridão da noite (SORDI; MORENO, 2021:73). Não são, contudo, extensões do caçador, tal como os cães, mas possibilitam a acessibilidade do que antes era inacessível ao caçador. A utilização de tecnologias, como a caminhonete e o monóculo que, às vezes, Armando utilizava, pode ser compreendida por alguns caçadores como uma caça não justa, conforme é exposto por Garry Marvin (2010) a respeito de seus interlocutores caçadores. Em colaboração com Caetano Sordi (SORDI; MORENO, 2021), comparamos nossos dados de pesquisas provenientes dos relatos de nossos interlocutores no Rio Grande do Sul, tanto na região dos Campos de Cima da Serra, quanto da Campanha Gaúcha. Nenhum deles demonstrou possuir uma vantagem sobre os javalis em função do uso da caminhonete, o que talvez não configure uma desvantagem, no sentido em que todos eles ressaltaram o quanto javalis são inteligentes, velozes, entre outros atributos.

Ao total foram quatro javalis abatidos em momentos distintos. Em alguns, os animais corriam em disparada e logo Armando retomava o volante perseguindo-os com a caminhonete. Não havia horário específico para terminar a caça. Talvez tivéssemos caçado dois ou três javalis quando decidimos dar mais uma volta e, então, o quarto foi caçado. Esses javalis abatidos foram recolhidos e levados até um local da propriedade em que havia um riacho. Ali, Alemão cortou com uma faca bastante afiada a barriga dos javalis retirando as vísceras e descartando-os no riacho. Dentre os quatro javalis estavam duas fêmeas prenhas, ao que também visualizamos seus fetos serem retirados. Armando perguntou-me se eu queria ver esse procedimento antes de ser iniciado. Como eu nunca havia presenciado algo similar, disse que sim, mas que se não aguentasse voltaria para a

caminhonete. Assim, acompanhei todo o procedimento e, talvez, o mais desagradável para mim tenha sido o odor dos javalis machos, especificamente, ao serem cortados.

Após retirarem as vísceras dos javalis, colocaram as carcaças na carroceria da caminhonete e voltamos para a cidade. Talvez já fosse por volta de meia-noite. As carcaças foram deixadas na casa da sogra de Alemão, pois, no dia seguinte, ele iria limpar e carnear. Aqui também é válido complementar com o relato de Valdomiro sobre os procedimentos realizados após o abate. Ele conta que primeiro deve coletar o sangue, pois tem que enviar ao IBAMA “*para eles controlar como está a doença desse bicho, porque às vezes tem bicho que aparece doença né*”. Em seguida, reúnem os javalis e tentam “*fazer a limpeza deles o mais rápido possível, pra não estar com o sol quente e não perder a carne, até por higiene*”. Algumas vezes assam a carne dos javalis logo após a caça, mas, ultimamente, relata que levam um lanche mais rápido e a carne é congelada e compartilhada posteriormente entre os caçadores. Já Armando e Alemão me explicam que raramente consomem a carne, exceto quando conseguem caçar alguma fêmea melhor. Isso porque, de modo geral, consideram a carne de javali muito dura. Armando me relata que doa essa carne para algumas pessoas extremamente pobres, que não têm condição de comprar carne, e que para essas pessoas, que nunca tem carne, não se importam se é dura ou não. A respeito da preferência pela carne das fêmeas, gostaria de trazer uma consideração que faz Rogério durante a entrevista realizada. Segundo ele, é preciso fazer uma distinção entre os caçadores:

*Eu me considero um caçador que caça dentro da propriedade. Faço o controle e caço pra comer. Aí tem uma grande maioria de caçadores que caçam pra vender – de algum lugar também eles tem que se manter, e não estão errados, porque custa caro. Então o que acontece: se tu tiver a oportunidade de matar um grande javali macho, de repente tu consegue empalhar uma cabeça e vender por três mil reais. Mas daqui um pouco tu consegue matar uma porca, ou duas porcas, e tu consegue fazer os mesmos três mil reais muito mais fácil vendendo a carne.*

No Brasil o comércio da carne é legalmente proibido, no entanto, como apontado por Rogério, muitos caçadores vendem essa carne ilegalmente. Pedro foi o único caçador que me relatou vender a carne por um preço simbólico para pessoas conhecidas, mencionando que, inclusive, algumas o procuravam para obter a carne. Alguns cuidados são tomados pelos caçadores em relação ao consumo da carne, conforme me relataram Pedro e Valdomiro, que observam a situação dos pulmões e fígado. Se não estiverem

perfeitos, eles não consomem a carne. Valdomiro também destaca que a recomendação legal é não consumir a carne, sendo isso um risco próprio de quem consome. Por vezes, ainda, os consumidores dessas carnes são os cães, que comem a carne cozida com polenta. “*Eles [os cães] adoram! Se tu dá o pezinho [do javali] pra eles, eles adoram!*”.

Na Catalunha, os cuidados tomados são relativamente similares. Durante as caças que acompanhei ali, os caçadores não cortavam os javalis para retirar suas vísceras nem coletavam amostras de sangue, como no caso brasileiro. Embora não tenha presenciado essas práticas, Josep Maria pai e filho me explicaram sobre algumas medidas preventivas que são tomadas em função do avanço da peste suína pela Europa. Josep Maria pai relata que em todos os grupos de caçadores deve ter um responsável por olhar os javalis caçados e avaliar, a simples vista, se o javali tem “*cara de doente*”. No caso, ele diz que seu filho, por ter um curso específico, é o responsável por fazer essa análise visual. Caso tenham cara de doente, são acionados os guardas florestais para levar o javali a Barcelona onde será analisado. Os javalis que não aparentam enfermidades são vendidos. Existem alguns centros de coleta onde os animais são levados, e transportados por um caminhão frigorífico até uma empresa responsável que analisará a carne dos javalis e comercializará posteriormente. Conforme já mencionado, os caçadores relatam receber algo em torno de trinta cêntimos de euro por quilo.

Por último, ainda cabem algumas considerações sobre o último tipo de caça, que é realizado com gaiolas que funcionam como uma armadilha, dispondo de alimento ali dentro. Deste modo, quando o javali entrar para comer o alimento, a tampa cairá e ele ficará trancado. Esse método é bastante utilizado pelo caçador Rogério. Ele a considera como a técnica mais eficaz, pois, ao armar uma gaiola é “*quase 100% de certeza que a gente vai pegar o javali. Já com arma, ou com cachorro, de repente a gente vai e não acha*”. Utilizar gaiolas é uma forma de ser mais inteligente que os javalis. Isso porque Rogério menciona que se trata de animais muito espertos, e é preciso que o caçador seja mais esperto, que esteja “*um passo a frente dele*”. Por isso, considera que “*o cachorro não seria tão eficaz quanto tu dar o que ele precisa – que é a comida. [...] é mais fácil tu tratar ele atrás da tua casa e tu pegar ele numa gaiola*”. E complementa que utiliza, principalmente, bolacha recheada, pois os javalis adoram doces.



Esse método, no entanto, exige mais tempo do caçador, uma vez que é preciso que se vá todos os dias até a gaiola, seja para colocar comida para atrair o javali, seja para averiguar se “caiu”, isto é, se algum animal foi pego. Ele relata que algumas dessas gaiolas possuem câmeras que podem ser acessadas a partir do celular. Por fim, também comenta que “*não é a mesma coisa que tu caçar com arma de fogo*”, e que há comentários entre os caçadores a respeito do método, quase como se deslegitimassem o uso da gaiola. Nas palavras dele, os comentários podem ser do tipo “*mas teu porco tu pegou na gaiola, quero ver tu pegar no mato, na lavoura*”. Isso diz respeito a uma crítica apresentada por Garry Marvin (2010:151) de que, a depender das circunstâncias, o caçador pode entender que o animal parece selvagem, mas, na verdade é domesticado. Isso é sugerido no caso de estâncias de caça, pois não se tratam de espaços verdadeiramente selvagens e, conseqüentemente, não apresentariam um desafio ao caçador. Em suma, Rogério diz que “*o caçador que caça com gaiola seria assim, controle mesmo*”.

Vimos, portanto, que a caça engloba uma série de temas que podem ser mais bem explorados no futuro, tanto no que diz respeito às regulamentações da atividade e suas extensões – como localidades, armas, cães, vestimentas – quanto na prática em si que gera controvérsias entre os próprios praticantes, seja por suas motivações, origens ou técnicas. A caça é, em alguns casos, justificada como um método de controle de javalis na condição de praga – ainda que possa ser tantas outras coisas. No capítulo seguinte veremos como os javalis habitam e se relacionam com as paisagens onde são considerados pragas.

## CAPÍTULO II: Habitando paisagens: movimentos e temporalidades

*O meio ambiente, as paisagens, os mundos, são produto das intenções e ações coordenadas de infinitas criaturas de todos os tipos, formas, estatutos, naturezas: humanos, animais, plantas, micróbios, fungos, objetos, máquinas, pedras, rios, lagos, ventos, chuva, montanhas, raios solares.*

*(Felipe Vander Velden)*

*Um lugar deve o seu caráter às experiências que ele proporciona àqueles que passam um tempo ali - às vistas, sons, inclusive cheiros que constituem seu ambiente específico. E isso, por sua vez, depende do tipo de atividades em que seus habitantes estão envolvidos. É desse contexto relacional do envolvimento das pessoas com o mundo, no habitar, que cada lugar desenha seu significado único.*

*(Tim Ingold)*

Neste capítulo meu interesse é abordar um pouco da situação dos javalis num recorte bastante específico do Rio Grande do Sul, no Brasil, e da Catalunha, na Espanha. Listado entre as cem espécies exóticas invasoras mais nocivas do mundo, os javalis já habitam por muitas partes do mundo (LOWE et al., 2004). São nativos da região da Eurásia e, por sua vez, exóticos invasores no Brasil e demais países da América do Sul aos quais venho fazendo menção neste texto, como Argentina e Uruguai – não se limitando a esses. Veremos como os javalis habitam nesses locais e interagem com outros seres. Para tanto, o conceito de paisagem nos termos de Tim Ingold (2000) é fundamental para compreender as relações entretecidas e a condição de praga. Também ficará evidente a percepção de meus interlocutores sobre o aumento populacional de javalis atrelado a mudanças nessas paisagens, e aqui gostaria de me ater na proposta de Anna Tsing (2019) de que pragas são aqueles seres que florescem após uma perturbação.

Na primeira seção me centrarei no contexto de São Francisco de Paula, no Rio Grande do Sul, especialmente nas zonas que compreendem a Floresta Nacional e seus

entornos, que contam com propriedades rurais e plantios de soja e milho. Os dados apresentados são provenientes de uma conversa que tive com a gestora da Floresta Nacional, que relata sua percepção do ambiente ao longo de seus quase 20 anos trabalhando ali e das reações a partir da chegada dos javalis. Já na segunda seção o foco está no contexto de Vilanova de Meià, na Catalunha, com breves comparativos com o de Barcelona, a fim de mostrar uma particularidade no que diz respeito à relação entre rural e urbano, considerando a montanha como um marcador importante no contexto. Para além de relatos de conversas com moradores-caçadores do pueblo, e de dados das investigações de Aníbal Arregui (2020; 2022; 2023) sobre os javalis em Barcelona, também será explorada minha própria percepção do ambiente guiada pela busca por rastros de javalis. Nas duas paisagens, meus interlocutores sugerem uma alteração na paisagem, que remete aos movimentos e temporalidades das mesmas e que abre para a possibilidade de se pensar o Antropoceno e as paisagens arruinadas de que fala Ana Tsing (2019), importantes conceitos no debate sobre pragas.

### **Os javalis na Floresta Nacional de São Francisco de Paula**

Parte de minha pesquisa se centra na região de São Francisco de Paula – RS, uma vez que a professora Márcia Berreta possibilitou o contato com caçadores dessa localidade. Após realizar entrevistas com eles, se fez de interesse também investigar como se dá o controle em áreas de preservação e conservação ambiental, bem como outras questões pertinentes. Um dos caçadores, Rogério, apontou um suposto embate com uma dessas áreas, tendo em vista que os javalis fogem da caça e se abrigam na área protegida. Ao menos três Unidades de Conservação estão localizadas no município de São Francisco de Paula, dentre as quais destaco a Floresta Nacional (FLONA), apontada por Rogério como “refúgio dos javalis”.

A FLONA é uma Unidade de Conservação cuja área corresponde a 1.615,59 hectares. Aproximadamente 56% da área são constituídos por mata nativa enquanto que os 34% restante conta com a presença de árvores nativas e exóticas como a araucária, o pinus e o eucalipto destinados como recursos, além de campos nativos, banhados, entre outros (BONATTI et al., 2006; KANIESKI et al., 2017). Já a propriedade de Rogério tem uma área de 20 hectares com plantio de milho e soja. Quando ele me explicava sobre as rotas de

fuga e trajetos percorridos pelos javalis, menciona que é como se os animais tivessem um GPS em suas cabeças e criam rotas para circular numa determinada região, e detalha a rota do javali que *“sai do Potreiro Velho, vem até um pedaço perto de Tainhas e volta por dentro da FLONA e, por minha sorte, ele passa bem pertinho da minha casa, e desce de novo. A área é muito grande!”*.

Esse mapeamento é feito por meio da comunicação entre os próprios moradores e caçadores, ao relatarem quando avistam um javali e suas características. Assim, podem assumir que se trata do mesmo animal. Além disso, Rogério também explica que a rota dos javalis é feita em função dos alimentos disponíveis. Portanto, quando o pinhão se esgota na região de São Francisco de Paula, por volta do mês de junho ou julho, os javalis não encontram nenhuma outra plantação, como milho e soja, e devem descer em direção ao município de Maquiné. Segundo Rogério, os javalis devem permanecer nessa região até final do mês de setembro, aproximadamente, porque lá terão muitas frutas, como bergamota e uva pau, além de se sentirem protegidos.

Para esta seção, relatarei os principais pontos de uma conversa que tive por videoconferência com a gestora da FLONA relacionados à presença dos javalis na Unidade de Conservação, suas interações e impactos ali causados. Diferentemente das entrevistas com os caçadores, não elaborei nenhum roteiro de questões à gestora, apenas deixei à mão alguns tópicos de interesse anotados para que eu não me esquecesse. Essa conversa não contou com a presença de Márcia, mas cabe a menção de que ela quem me cedeu o contato da gestora, a quem escrevi me apresentando e agendando a conversa.

Exporei três tópicos de interesse para este capítulo que configuram a presença de javalis na FLONA: (1) os atributos atrativos aos animais, (2) os impactos que a presença desses animais ocasiona ali e, (3) a realização do controle dentro da FLONA. Edenice explica que a Unidade de Conservação dispõe de um sistema de armadilha fotográfica. Basicamente isso consiste em uma câmera fotográfica que é posicionada em algum local estratégico da área e é acionada a partir de um sensor de movimento. Assim, se um animal se aproxima o sensor reconhecerá e passará a registrar a gravação. Por meio desse dispositivo, Edenice conta que observava as atividades dos javalis em uma área de divisa entre a FLONA e uma lavoura na propriedade vizinha, constatando que, no final da tarde, os animais iam para a lavoura se alimentar, retornando à FLONA pela manhã para dormir,

onde permaneciam ao longo de todo o dia. “Agora eles são tão inteligentes, tão sabidos, que eles nem precisam vir mais dormir na FLONA, eles ficam lá no meio do milharal, já serve de abrigo também pra eles”.

Ela conta que o primeiro registro de um javali por meio de armadilha fotográfica se deu no ano de 2005 como um registro isolado. O próximo se deu no ano seguinte, e a partir do ano de 2011 é que os registros aumentaram. Ela sugere que o aumento da população de javalis se deve à expansão das atividades agrícolas na região, pois “se tu olhar e fizer um trabalho junto de imagens de satélite, o que aumentou... O que tinha de lavoura em 2005 e 2006 e o que tinha de lavoura em 2011 e 2012”. Edenice explica que, ao dispor de mais alimento, consequentemente a fêmea irá se reproduzir mais cedo e sua ninhada será maior, podendo ocorrer até duas vezes ao ano.

A região conta com uma ampla presença de araucárias, as quais produzem o pinhão. Na percepção da gestora, naquele ano em que conversamos, a saber, 2021, a produção da semente foi abundante. Assim, excepcionalmente à época, ela observava que os javalis já não se faziam tão presentes dentro da Unidade, pois “ele não precisa ir pra dentro da FLONA. Eles estão já se escondendo onde estavam perto da lavoura”. Edenice ressalta que isso se trata de sua percepção sobre o momento, e que seria necessário uma pesquisa mais ampliada a respeito do comportamento dos javalis ali na região. Em suma, os animais buscam alimento e abrigo, o que conseguem obter a partir das lavouras, das araucárias e da Floresta Nacional.

A presença de javalis gera uma relação de tensão entre os produtores rurais e a Unidade de Conservação. Os primeiros apontam a FLONA como *ninho* e refúgio dos javalis. Edenice, por sua vez, argumenta que se assim o é, então as lavouras se tratam de um *fast food* aos animais. Essa percepção conflitiva não é positiva do ponto de vista da gestora, que entende ser necessário haver uma aliança entre todos os prejudicados pelos animais para realizar o controle. Replico sua fala:

*Qualquer trabalho de controle tem que ser feito na região. Eu faço o controle dentro da FLONA, mas é enxugar água com gelo. E o trabalho que o pessoal faz do lado de fora também. Estão enxugando água com gelo, porque tu vai ver lá um grupo de quinze, vinte javalis, faz uma correria de porco e pegam dois, três. Quando pegam muito pegam oito, então nunca pegam nem metade daquele grupo. Ninguém me provou até hoje que o controle como é feito está tendo resultado. E não vai me*

*provar. E não é pra mim que tem que provar, é só ver os dados de que a população só aumenta e isso aí não vai ter como acabar com esse animal. O que a gente pode tentar é controlar.*

A partir dessa fala de Edenice remetemos diretamente aos estágios da invasão biológica de que fala Blackburn e colaboradores (2011), que veremos no Capítulo III, e das transformações na paisagem que argumentam os antropólogos Caetano Sordi e Bernardo Lewgoy (2017). Do ponto de vista da biologia, podemos compreender que os javalis superaram todas as barreiras impostas e avançaram até o último estágio da invasão biológica, seu estabelecimento e dispersão. No entanto, quando analisamos os diversos fatores que estão implicados no favorecimento do estabelecimento dos animais, percebemos uma série de agentes envolvidos, bem como transformações de relevância na paisagem.

Sordi e Lewgoy (2017) tratam em seu artigo especificamente dos javalis no pampa, trazendo diversos dados referentes à história ambiental do mesmo, além dos primeiros registros que se tem conhecimento sobre a introdução de javalis no Brasil, por meio de migrações espontâneas e contrabando (DEBERT, A; SCHERER, S, 2007). Outro importante argumento nesse caso é o de que “o javali não adentra e produz efeitos negativos em um ecossistema “nativo” prístino e intocável, mas sim em um ambiente marcado por sucessivos projetos de domesticação da paisagem e aproveitamento socioeconômico de seu potencial produtivo” (SORDI; LEWGOY, 2017:81).

Em minha pesquisa não me atenho a uma única região ou bioma, e compreendo que a introdução de espécies não é restrita a uma ideia de bioma. Se analisássemos a fundo, talvez percebêssemos “sucessivos projetos de domesticação da paisagem” em todo o mundo. Ainda que trabalhemos com biomas distintos – uma vez que a região onde se situa a FLONA é mata atlântica e não pampa –, trata-se de regiões do mesmo estado brasileiro, o Rio Grande do Sul, considerado como a porta de entrada dos javalis no país originariamente introduzidos no Uruguai. Em ambos os casos, o aumento da população de javalis está atrelado à expansão de monocultivos, sejam eles agrícolas ou florestais, conforme também demonstramos em outro trabalho (SORDI; MORENO, 2021).

Em vez de propor aqui um levantamento histórico sobre as transformações ambientais, o que demandaria uma árdua e profunda investigação considerando a multisitucionalidade da pesquisa e as extensões do Rio Grande do Sul – e também da

Catalunha, conforme veremos adiante –, assumo que as transformações são recorrentes e questiono em que medida elas propiciam excelentes condições aos animais e demais espécies considerados invasores ou pragas. Afinal, se do ponto de vista de alguns humanos as *pragas* são ruins para suas lavouras, pode-se indagar que, do ponto de vista delas, a expansão dos monocultivos agrícolas e florestais seja muito favorável. Levantar essa indagação não corresponde a uma defesa dos monocultivos muito próprios do agronegócio, mas aclarar o que a antropologia faz desde sempre (nomeado de diversas maneiras): mostrar o ponto de vista do *outro* – no caso, a praga.

Avançando nos tópicos conversados com Edenice, ainda a respeito da sugestão dos caçadores de que a FLONA funciona como um refúgio aos javalis e passa a ser responsável pelo aumento populacional do mesmo, a gestora se defende explicando que esse aumento se deve às lavouras, à alimentação, e não apenas ao abrigo: “*se fosse só pelo abrigo a gente teria o aumento de população dos animais silvestres, pensa bem, mas os animais silvestres não vão comer milho, [...] não aumentam a população enormemente*”. E ressalta novamente a importância de pesquisas que tratem dessas questões, de avaliar as alterações na paisagem ao longo dos anos e quantificar a população de javalis, uma vez que isso é perceptível a ela que trabalha ali e conhece a região. Segundo ela, por volta do ano de 2005 havia muitos campos nativos que, ano a ano, foram cedendo espaço a cada vez mais lavouras. A pesquisa de Inaiara Motta (2019) pode ser considerada um primeiro passo nessa avaliação de alterações na paisagem e ocorrências de javalis no estado do Rio Grande do Sul de forma mais ampla.

Após me explicar sobre esses atributos que atraem os javalis para a FLONA, passamos para o segundo tópico referente aos principais impactos e prejuízos causados pelos animais na Unidade de Conservação. A gestora relata que javalis gostam de se alimentar, sobretudo, dos pinhões, e na falta deste se alimentam das lavouras. São considerados onívoros, e nesse sentido Edenice aponta que se alimentam de tudo que pode ser oferecido pela paisagem: brotos de raiz, plantas, cogumelos, anfíbios, serpentes, ovos de aves – principalmente daquelas que fazem a postura dos ovos no solo, como inhambus, perdizes, perdigões e galináceos nativos. Javalis também revolvem o solo prejudicando a floresta, sua regeneração e manutenção, sendo ainda capazes de prejudicar os mananciais ao *chafurdar* nas águas. Além de consumirem a fauna nativa, também competem com ela

disputando por abrigo e alimentos, ou mesmo espantando outros animais. Desse modo, Edenice entende que todas as espécies da FLONA se veem ameaçadas pelos javalis.

Dado o fato de ser uma espécie exótica invasora e com grande impacto na Unidade de Conservação, a FLONA dispõe do controle interno de javalis. Veremos na sequência como ele funciona, contudo, um ponto que compõe a questão dos danos e do controle é o que Edenice chama à atenção ao longo da conversa: os argumentos de defesa animal que são contrários ao controle e abate de javalis. A gestora explica que utiliza como exemplo todos os impactos causados pelos javalis dentro da FLONA como argumento para a realização do controle, pois, a seu ver, se trata de uma escolha: “*não quer que abata javali, mas saiba que ele estará comendo, consumindo, animais silvestres – se é pela questão dos animais. Ou competindo com os animais silvestres por alimentação e abrigo*”. Ainda sobre escolhas, ela diz:

*Fizeram uma escolha errada em trazer um animal para cá e agora – a culpa não é do animal, como é o argumento – a gente tem que fazer escolhas de tentar proteger as espécies nativas porque esse animal, com certeza, não vai estar ameaçado de extinção. A gente até gostaria de extinguir o javali do Brasil, mas isso não vai acontecer. Lá nos países de origem dele, ele é protegido. E mesmo lá, como espécie nativa em alguns países (Portugal, Espanha, Polônia, Rússia, Europa em geral), tem manejo também, tem controle porque ele causa prejuízos também.*

Justamente a esse respeito veremos, ao longo da pesquisa, um pouco da situação dos javalis em uma região específica da Espanha, de onde pode ser considerado nativo e tem sua caça autorizada. Edenice enfatiza que em relação ao controle dos javalis na FLONA o que se busca é proporcionar o menor sofrimento possível ao animal, com um tiro certo e uma arma adequada, para que o animal não sofra. Aqui a ideia de sofrimento está implicada em casos em que o animal não morre de imediato e permanece agonizando. Antes de avançar na explicação sobre a forma como ocorre o controle dentro da FLONA, gostaria de prosseguir com as diversas presenças que compõem a paisagem, uma vez que esse é o principal objetivo deste capítulo para demonstrar como se dão as distintas interações multiespécies nas paisagens de interesse à pesquisa.

Ao longo de nossa conversa falamos sobre as ideias de praga e exótica invasora, ao que Edenice se mostrou um tanto avessa à nomenclatura praga. Explicou-me que dentro da FLONA e em seu entorno existem outras espécies exóticas invasoras, porém não de fauna. Ela menciona a existência de três espécies: madressilva, tojo e hera. Dentre essas



destaco o tojo que apresenta uma relação direta com os javalis, pois se trata de um arbusto espinhoso onde, sobretudo, as fêmeas de javalis se acomodam para ter suas crias. O fato de possuir espinhos acaba funcionando como uma proteção a possíveis predadores dos filhotes. Essa relação pode configurar o que Anna Tsing (2019) entende por ecologias ferais, isto é, organismos que se combinam bem com outros e se fortalecem. Edenice explica que, dentro da FLONA, é realizado o controle dessas espécies vegetais, mas que devido à escassa mão de obra ainda não foi possível acabar, definitivamente, com elas. O tojo também foi citado pelo caçador Rogério sugerindo como um refúgio dos javalis, por seu acesso ser muito difícil devido aos espinhos e que, cães, por exemplo, não o adentram. Segundo ele, “*nada fica dentro dele, só o javali. As porcas dão cria dentro*”.

Além do tojo e das outras espécies mencionadas, a gestora também menciona os pinus como uma exótica invasora, mas com um caráter diferencial que é o de recurso. Ela explica que logo na entrada da FLONA é possível avistar uma plantação da árvore que é destinada à atividade econômica e que já deveria ter sido colhida: “*esse plantio não está sustentável hoje porque já deveria ter sido retirado, inclusive tem árvore caída. Com as mudanças de gestão parou de vender madeira*”. Acrescenta à explicação que, como a Unidade de Conservação é de uso sustentável, isso permite destinar uma pequena porcentagem da área à atividade econômica. Assim, 14% da área contam com o plantio de pinus, enquanto que aproximadamente 80% da área são destinados à conservação ambiental. Ela contrasta esses dados com a informação de que uma propriedade agrícola, por sua vez, pode destinar 20% da área, como mínimo, à conservação – já que o foco é a atividade econômica. Além disso, também destaca que o pinus dentro da FLONA está controlado, uma vez que as novas mudas que começam a brotar são sempre retiradas.

Com relação à ideia de praga, Edenice entende o conceito como um *desequilíbrio ecológico*. Menciono o caso das caturritas que me interessavam, justamente, por serem espécies nativas e lidas como praga em muitos cenários, ao que ela sugere que, de fato, trata-se de uma espécie nativa que se “*descontrolou por um desequilíbrio ecológico*”, então pode ser entendida como praga. A ideia de equilíbrio e desequilíbrio no que diz respeito a pragas parecem ser essenciais para sua compreensão. Quando uma espécie desvia de um suposto equilíbrio harmônico multiespécie, passa a ser compreendida como praga, ou como uma praga em potencial, e acende um alerta. Na maioria das vezes esse desequilíbrio é provocado pela ação humana, direta ou indireta, como a introdução de espécies. No

limite, esse desequilíbrio diz respeito a uma dicotomia bastante conhecida dos antropólogos: natureza e cultura. Voltarei a isso em momento oportuno, após também expor os relatos referentes à minha investigação na Catalunha, pois minha proposta será demonstrar as correlações não apenas entre praga e desequilíbrio, mas em conjunto com a caça e com aqueles que sofrem as ações das pragas.

Um bom exemplo para ilustrar a questão de praga em potencial é o caso dos estorninhos, aves nativas da Europa avistadas, recentemente, no Rio Grande do Sul. Sua presença no estado passou a gerar preocupação pela possibilidade de se alimentar nas lavouras e, conseqüentemente, trazer prejuízos aos produtores rurais<sup>26</sup>. Em uma ocasião, por intermédio de Dennis Patrocínio, contatei com o ornitólogo Glayson Bencke que tem acompanhado o caso dessas aves, ao que me explicou que, embora não haja relatos sobre danos causados pelas mesmas, nota-se sua dispersão pelo estado gaúcho, o que faz com que biólogos e diversos outros agentes acompanhem a situação por se tratar de uma possível “espécie problema”, tal como se sucedeu com o caso do avanço do cervo-axis pelo estado. Ou seja, na não ocorrência de danos, a mobilidade e o aumento populacional acendem alertas para o que pode vir a ser uma *praga* – ou espécie problema.

A respeito de outras espécies consideradas exóticas invasoras como a lebre, o cervo-axis e o búfalo, as quais têm em pauta a liberação de sua caça no estado, a gestora Edenice observa: “*não são daqui, quer dizer, as coisas fora do lugar dão problema*”. Para além do debate já exposto anteriormente sobre os conceitos de exótico e nativo, gostaria de abrir outra reflexão a partir dessa fala de Edenice, que nos permite pensar, justamente, que cada coisa tem seu lugar. Recorro, para isso, ao clássico “*Pureza e Perigo*” de Mary Douglas (1976:117), partindo de que se “a desordem estraga o padrão, ela também fornece os materiais do padrão”. Ou seja, a desordem é tudo aquilo que foge a um ideal de ordem muito bem delimitado e estruturado. Por desafiar esses limites preestabelecidos, a desordem pode simbolizar, simultaneamente, perigo e poder. É nesse sentido que gostaria de aproximar *perigo* e *problema*, como uma potencialidade de desestabilizar uma ordem.

---

<sup>26</sup> Cf. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/ambiente/noticia/2021/12/ibama-confirma-invasao-de-estorninhos-em-cinco-cidades-do-rio-grande-do-sul-ckxahmfod003j0188r8zwckkg.html> e <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/12/08/ambiente-economia-e-saude-em-risco-estorninho-se-propaga-no-sul-do-brasil.htm>.

Quando uma espécie é introduzida a um local do qual não faz parte originariamente, ela configura uma potencialidade invasora geradora de problemas e porá em risco as espécies nativas que fazem parte de uma ordem prévia. Nesse sentido, podemos conceber o exótico como “fora do lugar” e, por sua vez, perigoso. Os perigos, como vimos, podem ser concretos e presentes, no caso dos impactos e ameaças já constatados em lavouras e a espécies nativas, mas também especulativos e futuros, no caso do estorninho, ou mesmo no próprio caso dos javalis no que diz respeito a enfermidades e questões sanitárias. Sabendo que javalis podem estar relacionados a doenças como a Peste Suína Clássica e a Peste Suína Africana, a vigilância e o controle se fazem presentes, entrando numa lógica de biossegurança, isto é, assumir a possibilidade de um risco futuro e adotara medidas preventivas de controle (COLLIER; LAKOFF; RABINOW, 2004; FORTANÉ & KECK, 2015; SEBACH, 2016).

Avançando para o terceiro ponto, vejamos agora como se dá o controle de javalis dentro da FLONA. Primeiramente, Edenice explica que são poucos os controladores autorizados para exercer a atividade ali, tendo em vista que também é necessário haver um “controle dos controladores”. Na visão da gestora, *“eu não vou abrir vinte vagas para ter vinte pessoas andando armadas lá dentro, vai dar conflito [...] vira uma bagunça, daqui a pouco vai ter um tiroteio”*. Portanto, oito controladores atuam na Unidade de Conservação, divididos em dois grupos, e trata-se de um trabalho voluntário, uma vez que não recebem nenhum tipo de remuneração para exercê-lo. Os métodos utilizados para a realização do controle combinam três modalidades: a busca ativa, a caça em espera com ceva, e as gaiolas.

A busca ativa, como o próprio nome sugere, trata-se de buscar pelo javali ativamente e, ao encontrá-lo realizar o abate com armas. Como se trata de uma Unidade de Conservação, não é permitido realizar a busca com o auxílio de cães. Edenice explica que, na maioria das vezes, essa busca se dá pelos rastros e vestígios dos javalis, isto é, pegadas, *fuçado* no solo ou banhado, e ainda pelos registros das armadilhas fotográficas. Esses rastros são avistados pelos próprios funcionários da FLONA durante seu trabalho. A gestora relata que costuma percorrer as trilhas semanalmente e, no momento de nossa conversa, já havia avistado rastros por duas semanas consecutivas. Além disso, ela também menciona que o brigadista e o servidor operador de roçadeira *“estão sempre andando pela Unidade fazendo serviço, tem que consertar uma ponte, tem que roçar aqui ou lá, e eles*

*também quando tem rastro avisam. Então faz parte, a gente não sai só pra procurar javali, a gente sai pra fazer as outras coisas que tem que fazer na Unidade e identifica os vestígios”.*

A caça em espera com ceva, por sua vez, trata-se de fornecer alimento – em geral, milho –, em uma localidade específica, com o intuito de atrair o javali até o local. Ali, um controlador deve ficar esperando que o javali apareça para comer o milho e, então, realizar o abate. Edenice explica que são posicionados alguns alimentadores pela FLONA para liberar o milho de tempos em tempos. Esses alimentadores se tratam de um mecanismo que se armazena o milho e o libera com alguma periodicidade, podendo ser eletrônico ou mecânico. A partir das armadilhas fotográficas posicionadas próximas à ceva, os funcionários da FLONA monitoram se os javalis estão frequentando aquela ceva. Em alguns locais a gestora comenta que já não haveria mais a necessidade de dispor de armadilha fotográfica, pois não há o consumo de milho por nenhum animal e o grão começa a brotar, então *“nem precisaria de armadilha fotográfica pra saber que não passou nenhum javali ali”*. Já nos casos positivos, os controladores são acionados para irem ao local à espera dos javalis. Segundo a gestora, nessa modalidade *“o cara fica parado lá, morrendo de frio, passa a noite às vezes, esperando o animal chegar na ceva e ele fazer o abate. É uma caça, digamos, mais emocionante, e é isso que eles gostam, mas não quer dizer que é mais efetiva”*.

A modalidade com gaiolas tem se mostrado como a mais eficiente para a gestora, embora essa eficiência também dependa de uma série de fatores, como a sazonalidade, a combinação de técnicas, a aliança entre diversos agentes. As gaiolas funcionam de forma muito similar à ceva, uma vez que se coloca milho dentro da gaiola para atrair o javali que, com seu peso, irá desarmar a gaiola e ficará ali preso. Esse método, Edenice explica, necessita de uma verificação frequente, pois qualquer animal pode adentrar à gaiola e desarmá-la – ou não desarmá-la, mas retirar o alimento<sup>27</sup>. A esse respeito, ela menciona uma ocasião em que um veado ficou preso na gaiola durante uma noite, o que lhe gerou muito estresse. A armadilha fotográfica registrou por volta de 700 fotos naquela noite, uma vez que o disparo é feito pelo sensor de movimento, demonstrando a inquietude do animal.

---

<sup>27</sup> A gestora conta sobre uma ocasião em que um graxaim (uma espécie de canídeo) entrou numa das gaiolas, não a desarmou por ser leve e retirou a espiga de milho do local para comer, o que fez com que, momentos após, houvesse javalis comendo do lado de fora da gaiola. Ou seja, estavam atrapalhando, conforme relatou Edenice.

Quando um javali é capturado na gaiola, os controladores são acionados para fazer o abate. E sempre é feito o controle e registro de entrada e saída de veículos na FLONA com nomes e placas pelo vigilante. Isso funciona como uma identificação de que só estão saindo javalis, e não outros animais silvestres, evitando assim comentários maldosos e fofocas.

Com relação à efetividade do controle de javalis, Edenice deixa clara e necessidade de um conjunto de ações, começando, por exemplo, com a não criação de porcos soltos, pois há o risco de um javali cruzar com uma porca e procriar. Além disso, ela também ressalta a colaboração dos produtores rurais, exemplificando que alguns produtores vizinhos a avisam quando vão caçar, pois às vezes ocorre de seus cães se perderem pela FLONA. Também aqueles que caçam com o método de gaiola a informam quando iniciarão com o método, assim ela também pode ativar as gaiolas da Unidade de Conservação que, durante a época de pinhão, permanecem fechadas. Isso porque, explica, se há pinhão, os javalis não vão à FLONA, mas na época de escassez das sementes eles buscam por outros alimentos, e então sim é o momento de ativar as gaiolas. Para a gestora, *“tem que ter essa integração com as pessoas, tem que trabalhar em conjunto, porque o bicho anda, não adianta eu trabalhar só aqui e o cara do lado não fazer nada”* e ainda destaca a necessidade de comunicação e confiança, pois *“é meio difícil, mas tem que ter, para ser uma efetividade de ação. Então não tem um método melhor, conforme a região e a época”*.

A partir dos relatos de Edenice sobre a FLONA, seu entorno e as diversas presenças que fazem parte dessa paisagem, quero chamar a atenção, justamente, para esse último conceito, a paisagem. Minha proposta é de o entendermos da mesma forma que propõe Tim Ingold (2000:195), como um “arranjo de atividades em relação”. Essa definição se faz complexa, sendo necessária a mobilização de diversos outros termos como terra, espaço, tempo, cronologia, natureza, cultura, entre outros. Não pensemos, no entanto, em pares dicotômicos e oposições para compreender a paisagem. Tomemos em mente uma ideia de *continuum* em que todos os seres (árvores, sementes, aves, javalis, humanos, gaiolas, câmeras, rios, lavouras, campos) habitam e interatuam uns com os outros. Essas interatuações e formas de habitar são a paisagem em si mesma, que não se trata de uma forma concreta pré-estabelecida e tampouco finalizada, mas em um constante processo de movimento.

Vejamos a seguir a situação dos javalis em uma localidade da Catalunha, na Espanha, e os aspectos que muito se assemelham com o caso brasileiro da região de São Francisco de Paula para então retomarmos essa reflexão com Ingold. Veremos como se configura a paisagem do caso catalão, como se dão as interações multiespécies e os principais impactos causados pelos javalis.

### **Os javalis na Catalunha**

A Espanha é dividida em dezessete comunidades autônomas, dentre as quais está a Catalunha. Esta, por sua vez, é composta pelas províncias de Barcelona, Girona, Lleida e Tarragona. Conforme o Artigo 141 da Constituição Espanhola, “província é uma entidade local com personalidade jurídica própria, determinada pela agrupação de municípios e divisão territorial para o cumprimento das atividades do Estado”. As províncias também constituem os distritos eleitorais. Neste texto, interessam-nos as províncias de Lleida e Barcelona, que possuem suas respectivas capitais homônimas. Na Catalunha, os idiomas oficiais são o catalão e o espanhol.

Para além da divisão territorial em comunidades autônomas e províncias, ainda há as subdivisões em comarcas e municípios. Vilanova de Meià é um município pertencente à comarca de Nogueira, ambos localizados na província de Lleida. Como minha pesquisa de campo se deu na província de Lleida, e minha residência e vínculo acadêmico na província de Barcelona, algumas diferenças entre elas foram rapidamente percebidas por mim. Gostaria, portanto, de pontuar algumas características mais genéricas sobre a situação de javalis em Barcelona antes de avançar nas descrições mais específicas de Vilanova de Meià. Isso porque um de meus interlocutores sugeriu que os javalis são uma praga em Barcelona, pois ali não se pode caçar. Essa sugestão capturou minha atenção fazendo-me refletir como a tríade praga, caça (ou controle) e um suposto equilíbrio fazem parte de uma mesma linha, no sentido ingoldiano do termo. Vejamos no mapa a seguir as áreas de caça na Catalunha, reforçando a atenção para a proibição que existe em Barcelona<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> Ainda que, de acordo com o mapa, há zonas de caça proibida em Barcelona, o Parc Collserola possui um calendário de realização de caça de javalis em suas dependências que pode ser verificado por meio de sua página na internet. Além da caça, outras práticas de controle como a eutanásia também são utilizadas na região. Cf. <https://parcnaturalcollserola.cat/caza-zonas-y-calendario/>.

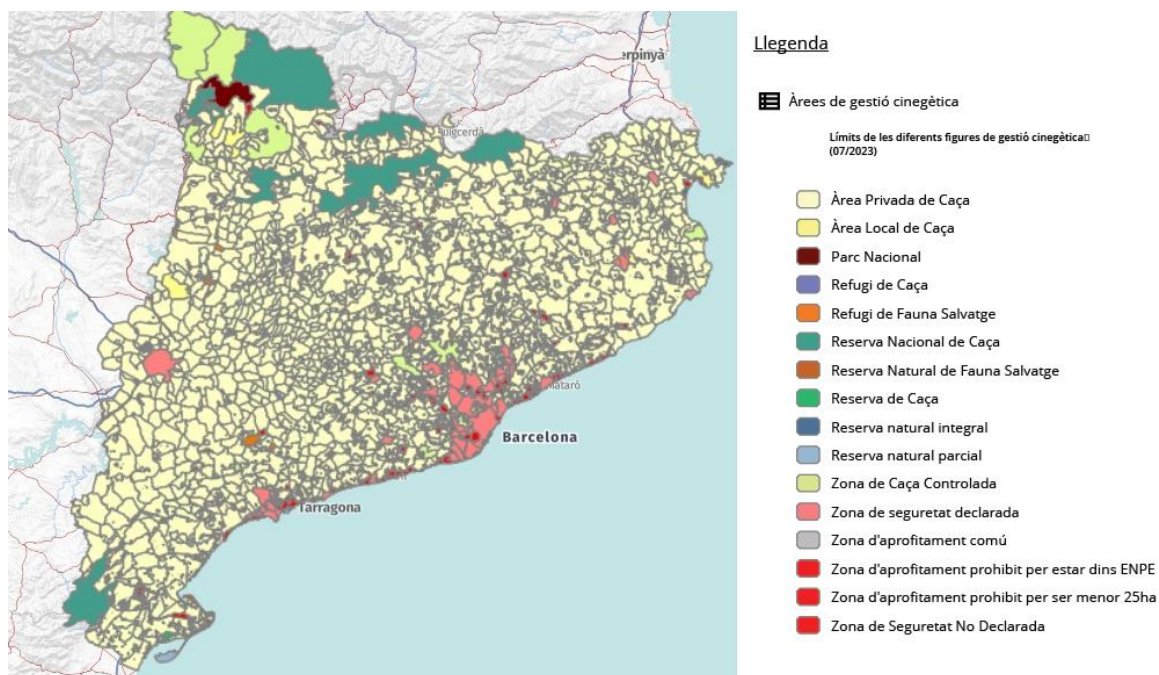


Figura 3 - Mapa da Catalunha com as demarcações de áreas de gestão cinegética. Em vermelho, correspondendo à Barcelona, zonas de proibição de caça. Fonte: Generalitat de Catalunya, 2023.

A presença de javalis nas zonas periurbanas de Barcelona já eram de meu conhecimento, pois, ao longo da pandemia, muito se noticiou sobre a presença dos animais na cidade. Entretanto, a partir da pesquisa de Aníbal Arregui (2023)<sup>29</sup> tomei nota de que o Parc Collserola, em Barcelona, e seus entornos são regiões com grande presença de javalis. Ao longo de minha estância na cidade fui ao parque a fim de conhecê-lo e, por ventura, visualizar os animais – que até então nunca os havia visto pessoalmente. Meu primeiro encontro com um javali foi, mais ou menos, inesperado. Claro que eu esperava encontrar no parque, mas não imaginava que isso aconteceria de forma tão imediata em uma escadaria entre a estação de trem, o parque e um restaurante. Tudo que eu sabia sobre javalis, até então, me indicavam o quanto era difícil ver esses animais – sendo mais fácil avistar seus rastros e vestígios; mas as relações estabelecidas em Barcelona eram distintas. Como pontua Arregui (2022:242 – tradução minha), trata-se de uma habituação mútua, “um processo cultural de transformação socioecológica da interface humano-javali”.

A dinâmica urbana de Barcelona se apresenta de forma muito distinta da que presenciei em Vilanova de Meià. Em Barcelona, conforme relata Arregui (2022; 2023), javalis estabelecem relações e são reconhecidos pelos *vizinhos* enquanto indivíduos, e não enquanto espécie. Cada javali possui seu comportamento próprio e que pode ser reversível,

<sup>29</sup> Agradeço a Aníbal por ter compartilhado comigo seu artigo, à época ainda no prelo, para que eu tomasse nota de sua pesquisa.

alternando facilmente entre selvagens e amansados, urbanos e rurais, pragas e vizinhos, não sendo generalizados pelo viés da espécie. Encontram um “paraíso ecológico” repleto de florestas de *bellotas*<sup>30</sup>, lixos domésticos, gramados, recursos hídricos e pessoas que alimentam os animais (ARREGUI, 2023:118), e podem gerar impactos negativos nos encontros com humanos e outros seres. Esses encontros podem resultar em danos ao ambiente, acidentes de trânsito e ferimentos por ataques dos animais aos humanos. Durante minha visita ao Parc Collserola escutei uma breve conversa entre algumas pessoas relatando que os javalis já associaram o som de sacolas e embalagens plásticas a alimento, portanto passam a atacar pessoas que estejam portando esses itens na expectativa de obter comida.

A presença dos animais na cidade, ainda que numa concepção periurbana, semiurbana, ou qualquer outra nomenclatura que sugira um caráter “menos urbano” por distar do centro – e talvez mais tolerável à presença de animais – abre infinitas possibilidades de abordagens, como vem investigando Aníbal Arregui (2022; 2023) – e como também investiguei no caso das presenças dos pombos em ambientes urbanos ou liminares, como um porto (MORENO, 2019b; 2021). Podemos abordar as próprias concepções dos ambientes, a quem se destina e se autoriza a presença em determinados espaços, quais seres chegaram antes e quais são os invasores, o que caracteriza um meio urbano, rural e suas derivações, entre outras possibilidades.

Uma vez na Catalunha, passei a entender que um terceiro elemento compunha o que até então era uma dualidade entre rural e urbano: a montanha. Nesse sentido, referir-se à montanha parece estar mais próximo do que se entende por rural do que por urbano<sup>31</sup>. O Parc Collserola em Barcelona está situado numa região de montanha, mais precisamente na Serra de Collserola, e possui ao redor de 8.000 hectares – 5 vezes maior que a Floresta Nacional de São Francisco de Paula no Rio Grande do Sul. Situado “atrás” da cidade de Barcelona, é considerado por muitos o pulmão da cidade e da região metropolitana<sup>32</sup> (PRIETO-MANZANARES; DIÉGUEZ-FERNÁNDEZ; HERRMANN, 2018; BLANCH, 2011). Enquanto montanha, zona periférica da cidade e parque natural, configura-se como

---

<sup>30</sup> Opto por manter o termo em espanhol que se refere, de forma genérica, a diversos tipos de nozes.

<sup>31</sup> Em livro sobre o despovoamento das montanhas na Espanha, o autor Fernando Collantes Gutiérrez (2004:09 – tradução minha) trata montanha como sinônimo de rural: “A montanha é paradigma de ruralidade, mas para sua infelicidade também tem sido de crise demográfica”.

<sup>32</sup> Cf. <https://www.lavanguardia.com/local/barcelona/20181221/453674138998/collserola-el-pulmon-verde-del-area-metropolitana.html>.



uma espécie de fronteira entre o rural e o urbano e, nesse sentido, gostaria de destacar a fala de um dos interlocutores de Aníbal Arregui (2023:124 – tradução minha) que menciona que “as pessoas julgam sem saber, mas nós vivemos aqui. Para as pessoas da cidade é tudo preto ou branco. Eles não entendem a lógica da montanha. Aqui é mais complexo”. A ênfase que trago é a de um suposto gradiente entre rural e urbano, sendo as mediações do Parc Collserola um estágio entre o rural de Vilanova de Meià (que veremos a seguir) e o urbano de Barcelona. Não é de meu intento debruçar-me profundamente sobre tais dicotomias, uma vez que seria necessário explorarmos cada um dos conceitos e contextos específicos. Por ora, fiquemos apenas com essa ideia de gradiente em que cada lugar se apresenta de forma mais rural ou urbana que outro.

A afirmação de meu interlocutor sugerindo que javalis são pragas em Barcelona porque não se pode caçar ali, remete a uma série de conflitos entre tantos agentes envolvidos – caçadores, administração pública, defesa animal, veterinários, civis – conforme ainda veremos. No tema da caça, conforme vimos no capítulo anterior, implicam-se movimentos de defesa animal e movimentos contrários à prática dessa atividade. E esses temas – bem como a afirmação de meu interlocutor, e também o de Aníbal – remetem a essa tensão entre o rural e urbano. Ora, as pessoas da cidade não entendem a lógica da montanha – ou do rural. Ainda menciono, brevemente, o contraste retratado por Caetano Sordi (2017) das representações de javalis em Porto Alegre (capital) e em Santana do Livramento (interior), respectivamente por um porquinho de pelúcia e uma cabeça taxidermizada. Poderíamos seguir listando exemplos que conflitam o material e o simbólico a respeito dos javalis, mas já podemos assumir que, a depender da conveniência, um determinado atributo é acionado.

Vejamos agora como se dão as relações num contexto rural, a partir de minha incursão etnográfica no *pueblo* de Vilanova de Meià, um município de, aproximadamente, 400 habitantes situado em um vale nas mediações da Serra del Montsec, uma serra do Prepirineu<sup>33</sup>. Alguns *pueblos* ainda menores fazem parte do município, como Lluçars, onde vivem Ana e Pei, amigos de Artur, e Santa Maria de Meià, que se trata de uma entidade municipal descentralizada e onde vivem os caçadores Josep Maria, pai e filho, e Dani, meus principais interlocutores. Na introdução desta tese relato como cheguei ao *pueblo*, a partir de uma teia de contatos que é tecida desde Aníbal, passando por Chrys, Lirca e

---

<sup>33</sup> As montanhas localizadas numa faixa abaixo dos Pirineus são chamadas de “Pré-pirineus”.

Artur. Logo que cheguei a Barcelona, Chrys e eu ficamos muito amigas a partir do contato de Aníbal, compartilhando parte de nossas rotinas na universidade e frequentando aulas de catalão. Trocamos muito a respeito de nossas pesquisas e, em determinada ocasião, ela mencionou que sua companheira de moradia possuía contatos na área rural e que já lhe havia comentado sobre a presença e a caça de javalis em Vilanova de Meià. Com o intermédio de Chrys e Lirca, contatei com Artur, que de forma muito acolhedora aceitou receber-me em sua casa no *pueblo*.

Quando cheguei a Vilanova de Meià, Artur me disse que já havia comentado sobre minha ida ao *pueblo* para um caçador que conhecia, e que este havia aceitado conversar comigo. Ao notar meu entusiasmo por sua disposição em me ajudar, Artur telefonou para o caçador avisando-lhe que eu já estava em Vilanova de Meià e que poderíamos combinar uma conversa. Assim, ele propôs ir à casa de Artur na manhã seguinte para conhecer-me. No dia seguinte, logo que Artur e eu terminamos o café da manhã já escutamos a movimentação de que alguém havia chegado. Era o caçador, um homem entre 50 e 60 anos, a julgar por sua fisionomia e pelos cabelos brancos, acompanhado de seu filho, também caçador, aparentando ter ao redor de 30 anos. Josep Maria, pai e filho com o mesmo nome<sup>34</sup>.

De imediato os caçadores se mostraram muito simpáticos e receptivos, o que me deixou bastante confortável. Entre eles, conversavam em catalão, mas não demonstravam nenhum impeditivo de falar comigo em espanhol, uma vez que eu não dominava o catalão. Sentamos os quatro à mesa, pedi autorização a eles se eu poderia gravar a conversa para ficar mais à vontade, tanto para não precisar tomar notas durante, quanto para poder retomar o áudio depois caso deixasse escapar alguma informação, ou mesmo caso não compreendesse algo do idioma. Nossa conversa se centrou, principalmente, em explicações sobre a caça e os javalis, estabelecendo comparativos sobre “antes” e “agora”, bem como comparativos com o Brasil. Josep Maria pai enfatizava informações sobre como era a situação de “antes”, de quando era pequeno, e atribuía alguns acontecimentos à mudança climática.

---

<sup>34</sup> Em contextos que necessitem a identificação, adotarei as nomenclaturas “Josep Maria pai” e “Josep Maria filho” para fazer tal distinção.

Observemos, no entanto, que mudança climática acaba funcionando como uma definição um tanto genérica das transformações na paisagem, tal qual vimos com o caso da FLONA de São Francisco de Paula – RS. É sobre esse tema que quero aqui debruçar-me. Para tanto, combinarei relatos das conversas que tive com os Josep Maria e com Dani, bem como minha expedição com Josep Maria filho para buscar por rastros de javalis, assim, posso complementar as informações obtidas com minha própria percepção do ambiente. Proponho, de antemão, pensar os aspectos relativo ao antes e agora de que fala Josep Maria pai nos termos da temporalidade da paisagem de Ingold (2000). Vejamos, primeiramente, como Josep Maria relata essas mudanças. Para ele, a quantidade de javalis na região não era abundante como agora. Segundo ele,

*Eu me lembro de quando era pequeno e ia caçar com meu pai – que não se caçava tanto; se caçava para comer. O primeiro javali que se caçou no pueblo... Bom, um dos primeiros. Foram sete, oito [pessoas] para caçar. Quando chegaram [de volta], fez-se uma comida para todo o pueblo. Isso se fazia porque não havia muitos [javalis]. Era excepcional. Via-se algum, algum, algum... Mas claro, entre ver algum e conseguir caçar algo... E o que eu queria te dizer antes? Ah, que eles mesmos [os javalis], então, tinham no máximo três crias. Agora cinco, quatro, seis. Elas [as crias] mesmas não prosperado. Seja porque têm mais boa comida, seja porque faz mais bom tempo.*

Em sua percepção, antes, as estações do ano eram mais bem marcadas. Filhotes de javalis morriam em decorrência do frio do inverno rigoroso e da presença de gelo. Atualmente, destaca que já não faz mais tanto frio como antes. Além disso, não há animais predadores de javalis na região<sup>35</sup>. Portanto, praticamente todos os filhotes que nascem, sobrevivem, pois não há predação – além do fato de que, agora, em vez de nascerem apenas três filhotes, podem nascer até seis. Essa mesma observação também foi feita por Dani, outro caçador do *pueblo*. Quando nos conhecemos, ele relatou que já caça há vinte anos – desde os quinze de idade – e que ao longo desses anos notou muitas mudanças em relação aos javalis, sendo uma delas, justamente, o tema das crias. Disse-me que antes os javalis procriavam apenas uma vez ao ano; agora, duas. Além disso, também confirmou a mesma informação de Josep Maria que, se antes nasciam três filhotes, agora nascem cinco ou seis.

---

<sup>35</sup> Destaca que se houvessem lobos, esses sim seriam capazes de predação os javalis. A esse respeito, em outro momento da conversa, quando também na presença de Mateu, todos manifestavam alguma preocupação com o possível avanço de lobos na região. A respeito do reaparecimento do lobo nos Pirineus, ver Beltran & Vaccaro (2015).

Dani também abordou a respeito da esperteza dos animais, que aprenderam que ao correrem para fugir dos caçadores seriam pegos pelos tiros. Para ele é uma via de mão dupla: caçadores e javalis aprendem uns com os outros a caçar e a fugir ou se esconder. Ele conta que os javalis passaram a correr pouco e se esconder mais, e que já pôde presenciar, pelo menos duas vezes, os javalis se esconderem junto dos corços. Explicou-me que quando um cão de caça encontra javalis e corços, cada qual se comporta de uma maneira perante o cão. Javalis costumam correr em linha reta, enquanto que os corços correm de forma mais circular ou espiralada, a fim de cansar os cães. O que ele presenciou, portanto, foi um javali escondido junto de um corço. Quando o cachorro encontrou ambos, o javali correu poucos metros, para junto de outro corço, algo como uma camuflagem. As fêmeas, por sua vez, também tentam despistar os cães e os caçadores correndo para um lado oposto ao de onde se encontram suas crias, a fim de protegê-las.

Outro fator que também contribui para o aumento da população de javalis, conforme apontado por Josep Maria pai, é a diminuição de outros animais na montanha, como ovelhas e cabras, que também se alimentavam de *bellotas*. Agora, toda a comida do monte está disponível para os javalis. Alimentam-se de tudo, como ovos de perdizes, filhotes de coelhos e lebres, raízes de cereais das plantações, se entram em alguma horta também se alimentam de alface e cenoura, podendo, inclusive, alimentarem-se de seus próprios cadáveres, como relatam os caçadores. Alimentando-se bem e não passando tanto frio, os javalis prosperaram e aumentaram sua população.

Para Josep Maria pai, os javalis causam danos nas plantações não por uma necessidade de fome, mas por gosto, como um desfrute. Ele estabelece uma comparação explicando-me que a principal comida dos javalis são as *bellotas* e os grãos, e outros alimentos, como trufas, minhocas e grãos germinados, são como sobremesa para eles. Isto é, se há muita *sobremesa*, já não irão querer o alimento principal. Ele também destaca as habilidades dos animais: “*quando vamos buscar rastros para caçá-los, vemos as patas ali debaixo de um nogal e todas as cascas, mas nenhuma noz. Partiram a casca e comeram a noz. Que língua e que focinho têm para poder [fazer isso]... Nem eu posso fazer!*” Nesse mesmo sentido, seu filho também fala dos danos que causam nas plantações de milho, explicando que “*para comerem uma, vão ali, fazem um círculo gigante e destroem vinte e cinco*”.

Em determinado momento da conversa, ao me explicaram que as caças ocorrem, geralmente, aos finais de semana<sup>36</sup> – que é quando mais caçadores têm disponibilidade –, também explicaram que os caçadores que são do *pueblo* tratam de buscar os rastros de javalis, ao longo da semana, para determinar a localidade em que irão caçar. Ao final da conversa, Josep Maria pai me disse em tom de brincadeira para convidá-los para caçar algum dia no Brasil. Um tanto sem reação, pois havia sido totalmente pega de surpresa, Artur foi mais ágil, tomou a palavra e lhe disse:

– Mas antes vocês é que têm que convidá-la! – Ao que responderam que se eu quisesse, já estava convidada. Concordei e disse-lhes que também me interessava buscar pelos rastros de javalis, já que haviam comentado que costumavam ir às quintas-feiras. Como ainda era terça-feira, acordamos que me avisariam na quinta-feira para ir com eles buscar os rastros. Na quinta-feira, já não esperava que os caçadores ligassem para me convidar para buscar os rastros, pois o tempo encontrava-se bastante nublado, fazendo parecer que não seria produtivo para realizar qualquer tipo de atividade fora de casa. Assim, tentava encontrar algo para fazer e ajudar a Artur, o que também me parecia gerar certo desconforto. Passado algum tempo a neblina começava a se dissipar a dar espaço ao sol, o que nos animava para sair de casa. Neste instante o telefone de Artur tocou e, antes de atender, disse-me:

– Olha, é seu caçador! – Josep Maria filho ligara a Artur para que nos encontrássemos dentro de quinze minutos para buscar os rastros de javalis. A expedição por busca de rastros se mostrou como uma potente incursão etnográfica para que eu compreendesse como javalis habitam e interagem com a paisagem. A partir dos relatos a seguir veremos alguns agentes – dentre os quais plantações de trigo, trufas, *encinas*, *bellotas*, solo revirado, cercas – que são fundamentais para a condição de praga dos javalis. Essas relações são bastante similares com as que vimos na seção anterior, no contexto gaúcho, envolvendo plantações de soja e milho, pinhão, tojo, entre outros. Assim sendo, sigamos com o relato etnográfico de minha percepção do ambiente.

Logo que nos encontramos, Josep Maria se mostrava bastante entusiasmado com minha presença e disse que havia trazido as balas das armas utilizadas na caça para eu vê-las. Entregou-me e explicou sobre cada uma. Ao final, disse-me rindo que só não me daria

---

<sup>36</sup> Os dias permitidos para caça são quinta-feira, sábado e domingo.

porque não poderia trazê-las ao Brasil<sup>37</sup>. Fiquei muito contente porque, se nós, antropólogos, costumeiramente temos a sensação de estarmos perturbando as pessoas, nesse caso parecia o contrário. A sensação que tive foi a de que, ao menos Josep Maria e seu pai, estavam contentes com minha presença no *pueblo* e meu interesse pela caça. Não posso dizer com precisão todos os locais pelos quais passamos durante o trajeto, que durou por volta de três horas, mas estimo que tenha sido uma rota circular, iniciando por uma saída de Vilanova de Meià e regressando por Santa Maria de Meià.

Ao iniciarmos o trajeto, ainda não estava tão atenta ao que se passava do lado de fora do carro. Conversava com Josep Maria que me explicava sobre a influência da chuva na busca por rastros de javalis. Havia chovido na noite anterior, então havia muito lameiro por onde passávamos. Enquanto conversávamos – e minha atenção se voltava toda para a conversa –, Josep Maria parou o carro repentinamente e desceu. Havia avistado uma pegada de javali. Questionava-me como seria possível, pois eu sequer teria visto. Abri a porta do carro e ele não deixou que eu descesse pela presença de barro. Apenas prestava atenção, de dentro do carro, à sua explicação de que se tratava de um javali grande, posicionando sua mão ao lado como comparativo. Pedi, então, que ele ficasse com a mão ali para que eu registrasse em foto. Seguimos trajeto e paramos em uma plantação de trigo.

As áreas de plantação são, relativamente, pequenas. Distanciam-se do formato dos monocultivos que se perdem de vista ao horizonte. Podíamos ver, claramente, os limites da plantação, e as montanhas que rodeavam o panorama. A plantação em questão estava em fase inicial, ao que chamam de *sembrado* e podemos traduzir como semeado, germinado, brotos. Nesse local, Josep Maria me mostrou partes dos brotos que estavam reviradas por javalis e as diferenças entre os rastros de antes e depois da chuva. Explicou-me que, como os javalis são animais noturnos, saem à noite para comer e voltam para suas camas<sup>38</sup> pela manhã. Se chover à noite, os rastros são, de certo modo, apagados pela chuva. Por isso – explicou-me –, para os caçadores, é mais interessante que chova pela tarde, antes dos javalis saírem para comer. Como havia chovido na noite anterior, distinguíamos claramente quais eram os rastros de antes e depois da chuva. Os de antes se apresentavam

---

<sup>37</sup> Essa fala de Josep Maria faz menção ao fato de que, no final de nossa conversa na casa de Artur, ele e seu pai me presentearam com dentes de javali, de um dos maiores que haviam caçado naquele ano; e que, assim, não poderia presentear-me também com as balas por conta de serem restringidas nas bagagens no aeroporto.

<sup>38</sup> O termo “cama” foi frequentemente utilizado por Josep Maria e seu pai durante nossa conversa para referir-se ao local de descanso e cria dos javalis, como suas moradas. Optei por mantê-lo, pois, além de ser o termo utilizado por eles, explica perfeitamente seu significado.

mais desfigurados, com a terra mais fofa na volta, enquanto que os de depois se apresentavam mais limpos e nítidos.

Ainda nesse campo de trigo, Josep Maria me mostrou outro tipo de rastro: as fezes dos javalis. Estavam frescas, o que indicava serem recentes, da noite anterior. Como demonstração, Josep Maria pegou uma pedra e pressionou-a contra uma das fezes que prontamente se amassou acompanhando a pressão da pedra. Isso indicava que estavam moles e, portanto, eram recentes. Do contrário estariam mais secas e endurecidas. Até aqui, então, observamos três vestígios de javalis: pegadas, solo revirado e fezes. Questionei sobre qual era o destino do trigo plantado, ao que Josep Maria me explicou que é vendido a uma empresa maior que produz alimento para porcos e os vende, posteriormente, com preços tabelados.

Josep Maria é produtor rural. Possui uma granja de porcos e algumas plantações de trigo, e explicou-me que não dava conta de produzir o próprio alimento dos animais. Ele vende o trigo enquanto matéria-prima e depois compra o alimento produzido a partir desse mesmo trigo para alimentar os porcos da granja. Além desse destino, ele também mencionou que, às vezes, consegue vender parte para o fabrico de farinha. Isso varia muito em decorrência das condições climáticas, uma vez que as plantações dependem exclusivamente da chuva para serem regadas, e o trigo precisa ser submetido a uma análise de proteínas para verificar se serve, ou não, para farinha. Em caso positivo, como havia conseguido naquele ano, ele conseguia obter um preço de venda melhor do que o destinado aos alimentos de porcos.

Ao redor da plantação de trigo, e por muitos pontos ao longo de nosso trajeto, havia muitas *encinas*, um dos tipos de árvores que produzem as *bellotas*. Esses frutos costumam ser utilizados na alimentação de porcos. Josep Maria me explicou que os javalis gostam muito de se alimentar desses frutos, além das trufas. Além dos campos de trigo também havia muitas *encinas* por toda essa região. Embora Josep Maria não tenha feito menção se as *bellotas* em questão eram também utilizadas para a alimentação dos porcos das granjas dali, ele explicou sua relação com a produção de trufas, isto é, que as trufas são fungos parasitas nas raízes das *encinas*. Avançamos por regiões em que essas árvores pareciam apenas compor a paisagem como parte da mata nativa, sem a necessidade de quaisquer cuidados e intervenções humanas diretamente, ao passo que também passamos

por regiões que configuravam os moldes tradicionais de uma plantação, com as *encinas* todas enfileiradas, algumas já crescidas e cercadas, outras pequenas sem cercas. Josep Maria explicou-me que esse terreno pelo qual passávamos era uma plantação de um homem muito rico que sequer vivia no *pueblo* e a mantinha como hobby, indo apenas aos finais de semana<sup>39</sup>. A presença de cerca na plantação se dava, justamente, para evitar a entrada de javalis, fato esse que me chamou a atenção quando passamos por uma plantação em que as *encinas* estavam ainda pequeninas e não havia nenhum tipo de cerca. Josep Maria explicou que não era necessário, pois as trufas ainda não estavam formadas e, portanto, não haveria problemas com os javalis.

Em determinado momento paramos o carro para ver as *encinas* de perto. Era um desses locais que não aparentavam ser uma plantação com as árvores enfileiradas. Não parecia haver um ordenamento específico. Conversávamos sobre as trufas, sobre como eram caras e como se desenvolviam muito bem naquelas terras que não eram tão compactas. Por ser uma região de montanha calcária, todo o solo por onde andávamos, era tomado por pequenas pedras, que faziam com que o aspecto da terra fosse bastante seco e drenado. Isso permitia que as trufas ficassem de tamanhos grandes, inclusive podendo inflar, ocasionalmente, a terra. Encontramos um local revirado por javalis. Josep Maria me assegurou que tinham revirado em busca de trufas, porque além de estar revirado com maior profundidade, ele conhecia bem aquele local e sabia da existência de trufas por ali. Ainda observou que alguém que não conhecesse a região muito bem poderia pensar que os javalis tinham revirado pelas *bellotas*, mas seguramente era pelas trufas. Complementou recuperando algo que seu pai havia dito em nossa conversa dias antes, de que, para os javalis, as trufas são como sobremesas. Ou seja, enquanto que as *bellotas* e o trigo, em abundância, seriam como a principal comida para os javalis, as trufas, mais raras, seriam de sua predileção como uma sobremesa. Comparamos, então, os javalis às pessoas ricas que supervalorizam as trufas.

---

<sup>39</sup> Aqui se faz implícita uma oposição entre a finalidade da agricultura entre aqueles que vivem no *pueblo* e fora dele. Ao produtor de trufas é possível manter a atividade apenas por hobby, ao passo que para Josep Maria, por exemplo, que vive no *pueblo*, a agricultura – além da pecuária suína – se trata de seu trabalho e sustento. Essa mesma oposição parece valer no que diz respeito à motivação da caça de javalis para os que são do *pueblo* e os de fora, uma vez que os moradores sofrem diretamente com os impactos econômicos causados pelos animais em suas plantações, enquanto que os de fora se motivam mais pelo caráter esportivo e de lazer (SOLÀ I MAS, 2003:37).



A partir de minha expedição com Josep Maria para buscar rastros de javalis, conheci um pouco mais da região de Vilanova de Meià na prática, percebendo todo o ambiente montanhoso. Para Ingold (2018:59), montanhas são dobras do solo, o que permite compreendê-las como um mesmo seguimento do próprio solo, e não como algo inserido e apartado. Esse entendimento, no entanto, parece limitar-se a uma característica física do ambiente, no sentido em que regiões de montanhas, se pensadas de uma forma mais ampla, costumeiramente são associadas a atraso, isolamento, limitação de movimentos em oposição ao progresso, à modernidade e à globalização, gerando, por sua vez, um movimento de gentrificação (BOSCOBOINIK; CRETTON; OFFENHENDEN, 2022). Assim, situam-se dois polos distintos: o da montanha, rural e atrasado, e o da cidade, urbano e moderno. Encarar os espaços sob essa perspectiva dicotômica colabora para que “as pessoas da cidade não entendam a lógica da montanha”.

A transformação da paisagem, tanto em São Francisco de Paula, quanto em Vilanova de Meià se fazem como uma influência direta no que diz respeito ao aumento populacional de javalis em ambas as localidades e sua conversão em praga. Proponho que essa transformação da paisagem de que falam meus interlocutores diz respeito ao conceito de paisagem de Ingold (2000). No original, em inglês, o autor difere *landscape* de *taskscape*. Aqui, utilizo paisagem como *taskscape*, considerando as atividades (*tasks*) realizadas por todos os agentes como forma de habitar o ambiente. Isso também implica uma temporalidade, no sentido em que os habitantes não percebem o tempo como espectadores, mas como próprios agentes agindo e interagindo. Isso fica muito evidente quando Edenice menciona que foram feitas escolhas que agora reverberam. Nas palavras de Ingold (2000:198 – tradução minha) “o presente não é demarcado a partir de um passado que foi substituído ou de um futuro que irá, por sua vez, substituí-lo; ele reúne em si mesmo passado e futuro como refrações numa bola de cristal”. Isso nos mostra que a temporalidade da paisagem não pode ser deslocada como um fragmento de tempo, mas é constituída pelas interações dos agentes que ali habitam. Mesmo quando Josep Maria menciona diferenças entre “antes” e “agora”, essa percepção se refere aos processos de adaptação dos javalis ao que ele atribui à mudança climática.

Mudança climática parece ser uma expressão que resulta do Antropoceno, uma era de extinção em massa (TSING, 2019; VAN DOOREN, 2011), marcada pela alteração do ambiente em decorrência, sobretudo, da industrialização e de interesses e práticas

capitalistas – às vezes também referido como Capitaloceno ou Chthuluceno (HARTLEY, 2016; HARAWAY, 2016) – e que é uma “expressão geoclimática de um projeto de domesticação global autodestrutivo” (ARREGUI, 2022:246 – tradução minha). São muitas as reflexões sobre o Antropoceno, mas quero centrar-me aqui, especialmente, no argumento de Ana Tsing (2019:265) de que o “Antropoceno é um convite a prestar atenção às pragas” e que podemos fazê-lo por meio das paisagens.

Neste capítulo vimos que o que está realmente posto por meus interlocutores, portanto, é uma perturbação na paisagem que faz florescer uma praga. As perturbações podem ser o aumento de plantações agrícolas em São Francisco de Paula, a disponibilidade de alimentos e a produção de lixo por moradores de Barcelona, ou a diminuição na população de outros animais no Montsec, condições que disponibilizam maior quantidade de alimento aos javalis que prosperam. A seguir, apresento ao leitor um interlúdio composto por fotografias etnográficas, algumas autorais e outras concedidas por meus interlocutores, exibindo os temas da caça e das paisagens até aqui trabalhados. No capítulo que se segue, a discussão se desdobra entre os conceitos de praga e de espécies exóticas invasoras, relacionando outros animais para além dos javalis, o que nos permite compreender ainda melhor a circunstância da praga e sua relação com as paisagens arruinadas.

## INTERLÚDIO

Exponho a seguir algumas fotos que remetem aos temas apresentados até o momento. Facilito uma breve legenda das fotografias que se seguem.

- 1 – Primeiro encontro da antropóloga com um javali nas imediações do Parc Collserola, em Barcelona. (Foto da autora, nov. 2022).
- 2 – Cartaz informativo recomendando que não se alimente os javalis no Parc Collserola, em Barcelona. (Foto da autora, nov. 2022).
- 3 – Seminário Regional de Espécies Exóticas Invasoras realizado em Porto Alegre – RS, em dezembro de 2019. Em destaque o logotipo do evento representado por uma cabeça de javali. (Foto da autora, dez. 2019).
- 4 – Fezes de javalis em meio à plantação de trigo na região do Montsec. (Foto da autora, dez. 2022).
- 5 – Danos de javalis por meio de revolvimento do solo em plantação de trigo na região do Montsec. (Foto da autora, dez. 2022).
- 6 – Pegadas de javalis após a chuva na região do Montsec em comparativo com a mão de Josep Maria. (Foto da autora, dez. 2022).
- 7 – Sinalização de área privada de caça no Montsec. (Foto da autora, mar. 2023).
- 8 – Cães de caça esperando o início da caçada no Montsec. (Foto da autora, dez. 2022).
- 9 – Cão de agarre vestindo colete de proteção antes da caça no Montsec. (Foto da autora, dez. 2022).
- 10 – Colares com GPS e sinos para os cães de caça. (Foto da autora, dez. 2022).
- 11 – Balas de armas de fogo utilizadas na caça maior e menor. (Foto da autora, dez. 2022).
- 12 – Esperando a dissipação da neblina para começar a caça no Montsec. (Foto da autora, dez. 2022).
- 13 – Biel e Wily soltando os cães de caça. (Foto da autora, dez. 2022).
- 14 – Dídac na parada em primeiro plano; ao fundo, o carro de Dani que soltara os cães. (Foto da autora, mar. 2023).
- 15 – Dani na companhia de um cão subindo a montanha durante a caça. (Foto da autora, dez. 2022).
- 16 – A antropóloga portando um rifle por sugestão de um dos caçadores. (Foto da autora, mar. 2023).

- 17 – Dani, Biel, Wily e cães retornando da caça. (Foto da autora, dez. 2022).
- 18 – Cães bebendo água após a caça. (Foto da autora, dez. 2022).
- 19 – Dois caçadores posicionando o javali caçado para fazer fotos. (Foto da autora, dez. 2022).
- 20 – Dani, acima da *perrera*, e outros caçadores levantando o javali para transportá-lo. (Foto da autora, dez. 2022).
- 21 – Javali caçado. (Foto da autora, dez. 2022).
- 22 – Uniforme da *colla de caçadors de Santa Maria de Meià* com um javali simbolizado. (Foto da autora, dez. 2022).
- 23 – A antropóloga descendo a montanha após a caça no Montsec. (Foto concedida por Dani, dez. 2022).
- 24 – A antropóloga posando com um javali caçado em Bagé. (Foto concedida por Armando, jun. 2023).
- 25 – Javalis caçados em caça noturna em Bagé. (Foto concedida por Armando, jun. 2023).
- 26 – A antropóloga observando um javali eviscerado em Bagé. (Foto concedida por Armando, jun. 2023).
- 27 – Alemão retirando as vísceras de um javali caçado na beira de um riacho em Bagé. (Foto da autora, jun. 2023).
- 28 – Javali eviscerado na beira de um riacho em Bagé. (Foto da autora, jun. 2023).
- 29 – Valdomiro posando com um javali caçado e uma faca – provavelmente na região de São Francisco de Paula. (Foto concedida por Valdomiro, mai. 2021).
- 30 – Josep Maria posando com um javali caçado na companhia de um cão no Montsec. (Foto concedida por Josep Maria, dez. 2022).



































































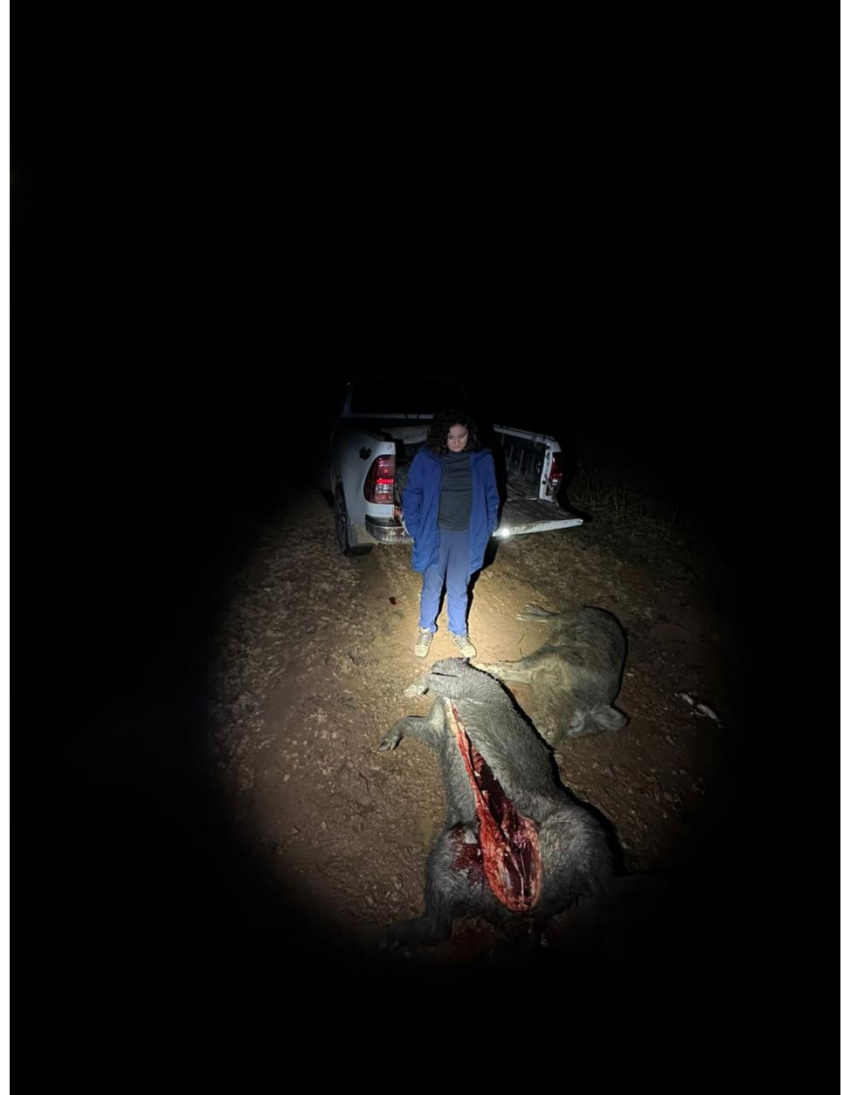


















### **CAPÍTULO III: Pragas nacionais e importadas: das distintas nomenclaturas ao problema**

*Observar os processos pelos quais distintas espécies se “encontram” e “interagem” nos permitiria construir o mundo em vez de descobri-lo.*

*(Santiago Cruzada)*

*Se "os amigos criam presentes", "os presentes também criam amigos", ou talvez como melhor diriam os esquimós, "dádivas criam escravos — como os chicotes criam cachorros".*

*(Marshall Sahlins)*

A presente pesquisa sofreu diversas modificações ao longo dos anos de seu desenvolvimento. Tratar de javalis certamente não era meu norte. Majestosos, os javalis já rodeavam, e muito, meus interesses e minhas redes – tal como rodeiam as lavouras se alimentando de tudo o que veem pela frente. Até então eu estava interessada em outro animal com menor visibilidade e repercussão: as caturritas. Caturritas são aves da ordem dos psitaciformes, nativas de regiões que vão desde os Andes na Bolívia, passando pelo Paraguai, Brasil, Uruguai, até a Patagônia na Argentina. Com a expansão de monocultivos de eucaliptos e cereais nessas regiões, as caturritas prosperaram ao disporem de abrigo e alimento. Com isso, também passaram a ser consideradas enquanto pragas por alguns. No ano de 2020 o mundo vivenciou a pandemia de Covid-19 – um período que o considero, também, como uma praga – impossibilitando-me de prosseguir minhas investigações sobre as caturritas. Por volta do mês de junho desse ano, gafanhotos ganharam grande repercussão entre o sul do Brasil e suas divisas com Argentina e Uruguai, devido à presença de uma nuvem desses animais e seus possíveis impactos e deslocamento.

Neste capítulo apresento uma visão teórica sobre os conceitos de praga e de espécies exóticas invasoras, tendo em vista que são frequentemente assimilados e confundidos. Trazer caturritas e gafanhotos dentro dessas reflexões nos permite ampliar a perspectiva sobre praga, uma vez que trazem consigo atributos alheios aos javalis, por exemplo, o fato de a caturrita ser uma espécie nativa e apreciada como animal de

estimação, ou o fato de gafanhotos serem facilmente lidos como praga pela narrativa bíblica das pragas do Egito (Êxodo 10). Na primeira seção exploro a condição de praga de caturritas e gafanhotos, demonstrando como tal condição se insere dentro de uma relação com tantos outros seres. Alguns desses seres são responsáveis por fazer a praga prosperar e florescer, enquanto outros são impactados por esse florescimento da praga. Na segunda seção, por sua vez, veremos como o conceito de praga se configura – ou se confunde – dentro do debate das invasões biológicas, relacionando-se com espécies exóticas invasoras, com noções de território e, por sua vez, invasão.

### **A condição de praga de caturritas e gafanhotos**

No sul do Brasil, Uruguai e Argentina, essa ave é considerada a pior das pragas agrícolas, pois ocasiona estragos consideráveis na produção de cítricos e de grãos, em particular o milho e o girassol, diminuindo o rendimento esperado em até 45%. (TEIXEIRA, 2017:108).

O excerto acima mostra que as caturritas causam danos às plantações de grãos e que isso faz com que sejam consideradas pragas. Além disso, outras aves similares, como papagaios e araras, também são vistas como pragas agrícolas e aves “demoníacas” desde o período colonial brasileiro, conforme o histórico levantado pelo biólogo Dante Teixeira (2017) em seu artigo sobre os papagaios no Brasil. Segundo ele, embora pragas, essas aves despertam o fascínio das pessoas, por suas vibrantes cores e capacidade de fala similar a dos humanos. Meu especial interesse era exatamente compreender como a caturrita transitava ora como praga, ora como animal de estimação, combinando as categorias de nativa e silvestre que contrapõem, à primeira vista, essas posições. Fossem classificadas como fossem, fato é que são capazes de causar danos econômicos e despertar o fascínio nas pessoas.

No contexto agrícola nativo da caturrita – que abrange o estado brasileiro do Rio Grande do Sul, regiões da Argentina, Uruguai e outras –, essa ave é considerada uma praga devido a sua grande população na região e aos danos que causa a plantações de grãos, como arroz, girassol, milho, sorgo (TEIXEIRA, 2017; AYRES-PEREZ; CAMARGO DA SILVA, 2017; VIANA, 2015; SICK, 2001). De acordo com o artigo de Enrique Bucher e Rosana Aramburú (2014), a chegada dos europeus na América do Sul, em especial nas áreas que compreendem o bioma pampa (e que coincide com parte da área nativa da

caturrita), produziu grandes alterações no uso da terra, destacando-se a introdução do eucalipto e a expansão da agricultura. Esses fatores estão fortemente atrelados ao aumento populacional das caturritas, conforme apontam os autores.

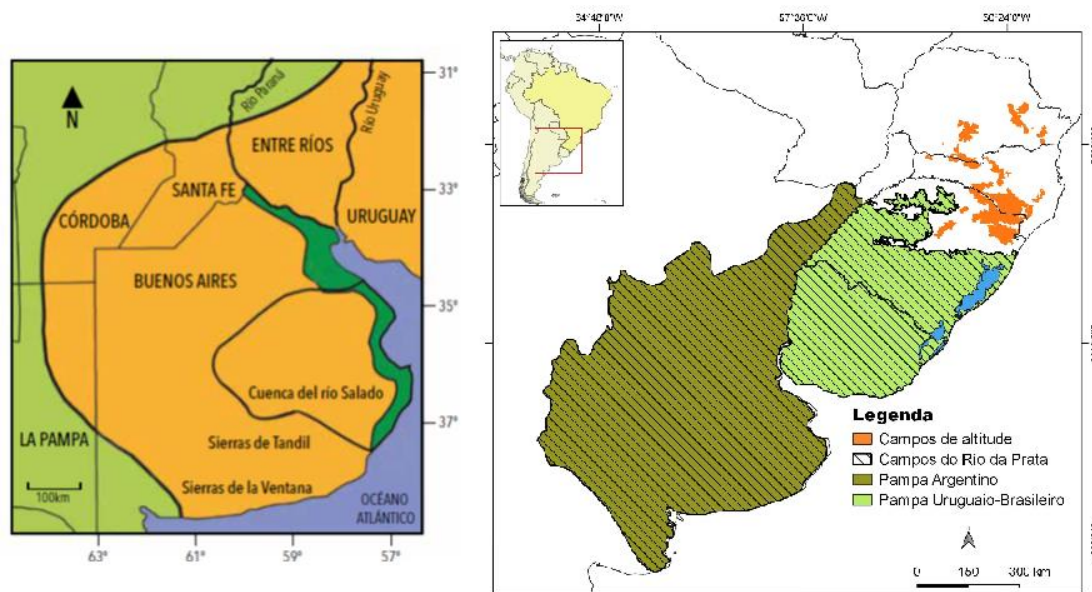


Figura 4 – Na imagem à esquerda apresentam-se três distintos ecossistemas. As áreas em verde claro e verde escuro são consideradas habitats naturais das caturritas, que logo se expandiram para a ecorregião pampeana, em laranja. À direita, a extensão completa do Pampa. Fontes: BUCHER; ARAMBURÚ; 2014; SANTOS, 2022.

Cabe destacar um dado por eles trazido referente à ocupação e expansão das caturritas. Em 110 anos (de 1900 a 2010) a caturrita ocupou cerca de 330 mil km<sup>2</sup>, e a taxa de expansão anual variou de 2,1 a 7,6 km<sup>2</sup> (BUCHER; ARAMBURÚ; 2014:46). Ou seja, com a disposição de eucaliptos para construir seus ninhos, e de vastos cultivos de grãos para se alimentarem, as caturritas encontraram ótimas condições para sua proliferação. Também a bióloga Sonia Canavelli comenta, em artigo da imprensa<sup>40</sup>, sobre o estudo acima mencionado e o aumento populacional das caturritas. Para ela, as caturritas não são “nem domésticas, nem pragas”, visto que depois que o ser humano as adotou como animais de estimação e realizou mudanças no ambiente expandindo os cultivos de plantações, as caturritas se proliferaram. Além disso, a bióloga também destaca que o conceito de praga é circunstancial e antropocêntrico, uma vez que para que as aves sejam consideradas pragas, isso dependerá a quem causam danos, onde e quando.

<sup>40</sup> Cf. <https://www.sanvicenteregion.com.ar/noticias/cotorras-las-causas-de-una-expansion-que-no-para-8122>.

Vejamos com mais detalhes a situação do estado do Rio Grande do Sul, local de principal interesse à pesquisa, ainda que com diversas particularidades em cada região. O estado gaúcho costuma ser dividido em Metade Norte e Metade Sul, sendo essa última definida a partir do Decreto 6.047/2007<sup>41</sup> que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) como uma Mesorregião Diferenciada. Essa divisão do estado entre Metade Norte e Sul nos auxilia a visualizar a divisão dos biomas Mata Atlântica e Pampa, respectivamente, bem como as transformações da paisagem ao longo dos anos. Aqui não nos interessa aprofundar nas particularidades de cada uma, mas assumir que há uma diferença de ordem geográfica, ambiental, social e econômica muito bem marcada no Rio Grande do Sul – inclusive sendo objeto dessa política de desenvolvimento regional. Considerando, então, a Metade Sul do estado gaúcho, me apoio em algumas produções acadêmicas que relacionam essa transformação da paisagem à monocultura de eucalipto. O leitor mais afim à antropologia pode estar se questionando a respeito da presunção de uma transformação da paisagem. Tal como Ingold (2000), assumo a paisagem como um conjunto de atividades humanas e não humanas em constante transformação. Assim, é importante deixar claro que essa transformação não se trata, apenas, de uma alteração ocasionada pelos seres humanos, mas por diversos agentes em relação envolvendo uma série de atividades.

Avancemos na temática da monocultura de eucalipto. Em relatório produzido por Sapiecinski et al. (2015), os autores fazem uma breve análise da história da introdução do eucalipto no Brasil, por assim dizer, e do termo “deserto verde” cunhado para descrever as vastas florestas da árvore. Nativo principalmente da Austrália, estima-se que os primeiros eucaliptos do Brasil tenham sido introduzidos no ano de 1886 no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro para fins ornamentais e com a função de “quebra-vento” próximo às casas. Os autores prosseguem explicando que as árvores passaram a ser de grande interesse econômico para a construção das estradas de ferro pelo país. Atualmente, eucaliptos, pinus e acácias são utilizados para a produção de celulose no ramo da silvicultura que vem avançando no estado gaúcho por meio de investimentos de grupos transnacionais na compra de terras e plantios de florestas (ETGES, 2010). Também a geógrafa Ana Maria Bertê (2012:73-74) discorre sobre uma série de problemas ambientais no Rio Grande do Sul, sendo a monocultura de eucaliptos um dos assuntos tratados. A autora destaca,

---

<sup>41</sup> Embora o Decreto em questão tenha sido revogado pelo Decreto 9.810/2019, opto por fazer menção a essa definição de mesorregião por abarcar especificidades distintas entre as metades norte e sul.

especialmente, a grande absorção de água e nutrientes do solo pelas florestas de eucalipto, e o fato de que poucos animais habitam esses locais, dentre os poucos as formigas e as caturritas.

A esse respeito, no ano de 2009, na cidade de Bagé, na Metade Sul do Rio Grande do Sul, por volta de 700 mulheres do Movimento Sem Terra (MST) realizaram uma marcha contra a monocultura do eucalipto na região. A motivação se deu em decorrência dos prejuízos que o eucalipto causa na região, como “o ressecamento de mananciais e a invasão das lavouras por animais como caturritas”<sup>42</sup>. Esse exemplo é muito ilustrativo no que se refere à questão da invasão por parte de duas espécies em concomitância – uma exótica (eucalipto) e outra nativa (caturrita) – e como consequência de grandes empreendimentos: a expansão de plantações de eucalipto no Rio Grande do Sul. As árvores estão diretamente atreladas à economia do estado enquanto matéria prima, tanto para produção de celulose quanto da madeira em tora, conforme dados de 2018 do IBGE. No entanto, do ponto de vista das mulheres do MST, eucaliptos facilitam a presença de caturritas, causando prejuízos de forma dobrada: pelo ressecamento de mananciais por parte dos eucaliptos e pelas perdas nas lavouras por parte das aves.

Considerando que boa parte do Rio Grande do Sul é destinada às atividades agropecuárias, e que as plantações de milho, soja e sorgo, sobretudo, são predominantemente para fins de alimentação de gado, poderíamos nos questionar se as caturritas estariam num embate direto com outros animais ou com o mercado financeiro: ao se alimentarem das e nas lavouras poderiam estar causando prejuízo ou, então, colocando em risco uma cadeia que envolve perdas financeiras de produtores rurais e perdas de alimentos, principalmente para os animais pecuários. O monocultivo de eucalipto na Metade Sul do Rio Grande do Sul, conforme vimos, contribui para que as aves se instalem mais facilmente na região, uma vez que possuem preferência por construir seus ninhos em altas árvores (SICK, 2001), dificultando o alcance de predadores naturais que fariam o seu controle natural. Não havendo o controle, a população dessas aves passa a aumentar consideravelmente a ponto de ser considerada uma praga. Esta situação é, de certo modo, semelhante ao caso dos pombos no Porto de Santos, onde desenvolvi minha pesquisa de mestrado (MORENO, 2019a; 2019b; 2021), que têm sua população aumentada à medida que as atividades portuárias se expandem.

---

<sup>42</sup> Cf. <https://mst.org.br/2009/03/11/mulheres-marcham-em-bage-contr-a-eucalipto-no-rs/>.



Uma vez na condição de animal nocivo à agricultura, no ano de 2004, o IBAMA autorizou a caça de caturritas em todo o Estado do Rio Grande do Sul, por meio da IN 24/2004. Já no Uruguai, onde a caturrita é considerada praga desde o ano de 1947 pelo Decreto de 08 de maio do mesmo ano, a caça de caturrita (*cotorra*) – bem como de outros animais considerados nocivos, como javalis, ratos, pombos, cobras corais, entre outros – é permitida desde, pelo menos, o ano de 1996 – de acordo com o Decreto nº 164/996. Ainda com relação à legislação uruguaia, o Decreto nº 343/002 regulamenta uma campanha de controle de caturritas no país por meio do “*Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca*”. Com relação à especificidade da lei uruguaia, trago o relato de que no ano de 2019, em Porto Alegre – RS, acompanhei o Seminário Regional de Espécies Exóticas Invasoras (EEI)<sup>43</sup>, promovido pela SEMA, em parceria com órgãos e instituições de Santa Catarina e Paraná. Em diversos momentos ao longo do evento, os palestrantes enfatizavam que o fato de uma espécie ser simplesmente exótica não significava um aspecto negativo, o que logo me remetia ao exemplo dos eucaliptos, árvores exóticas de interesse à silvicultura.

Em uma das mesas do Seminário estava um representante do Ministério de Habitação, Planejamento Territorial e Meio Ambiente do Uruguai, Marcelo Iturburu, que palestrou sobre a rã touro (*Lithobates catesbeianus*), espécie exótica invasora no país. Aproveitei a oportunidade para lhe perguntar como se negociava, por exemplo, a questão do controle de espécies exóticas invasoras *versus* espécies nativas, tendo em vista o caso das caturritas que são nativas, mas causam prejuízos. O representante, por sua vez, argumentou que, a respeito da legislação específica do Uruguai, não importa se as espécies são exóticas invasoras ou nativas, desde que sejam consideradas como “praga para a agricultura” – que vem a ser caso das caturritas. Segundo o Art. 2º do Decreto nº 343/002 do Ministério de Pecuária, Agricultura e Pesca do Uruguai (tradução minha), “inclui-se na lista de pragas da agricultura a que se refere o Art. 7º do decreto de 09 de março de 1912, regulatório da Lei nº 3.921, de 28 de outubro de 1911, a caturrita comum: (*Myiopsitta monachus monachus*)”<sup>44</sup>.

Embora a caturrita seja considerada uma praga agrícola, sobretudo pelos produtores rurais do Rio Grande do Sul e demais regiões do Uruguai, esta ave também

<sup>43</sup> <https://www.sema.rs.gov.br/s>.

<sup>44</sup> No original: Inclúyese en la nómina de plagas de la agricultura a que refiere el Art. 7º del decreto de 9 de marzo de 1912, reglamentario de la ley Nº 3.921, de 28 de octubre de 1911, a la cotorra común: (*Myiopsitta monachus monachus*).

habita ambientes urbanos, como é o caso de Porto Alegre – RS e de cidades espanholas, conforme se verá adiante. Na capital gaúcha as caturritas habitam alguns pontos da cidade, em especial aqueles próximos de parques e praças. No Parque da Redenção, uma das principais áreas verdes da cidade, é possível avistar diversos ninhos de caturritas nas árvores e, de tempos em tempos, bandos em revoada.

Duas notícias no site da Prefeitura de Porto Alegre chamam atenção pelo contraste de uma mesma situação: a retirada de ninhos de caturrita. A primeira<sup>45</sup>, datada de fevereiro de 2016, traz o relato da retirada de um ninho de caturrita de um pinheiro que corria risco de queda após um forte temporal que ocorreu na cidade. A situação é tida como um “resgate” das aves. Já a segunda<sup>46</sup>, datada de junho de 2016, alerta para os riscos dos ninhos de caturritas em torres de telefonia, divulgando, deste modo, uma palestra sobre o manejo de ninhos especificamente nestas torres. Ambas as situações tratam da retirada de ninhos de caturritas, no entanto, em locais e com justificativas distintas. Num primeiro momento, podemos questionar se, quando o ninho da caturrita está no pinheiro, uma árvore e, portanto, uma ideia de natureza, a retirada do ninho é tida como um resgate das caturritas; ao passo que, ao se localizar numa torre telefônica, uma construção humana e, portanto, uma ideia de cultura, a retirada do ninho se deve do ponto de vista de um risco ou prejuízo ao serviço de telefonia prestado.

Após algum tempo residindo no Rio Grande do Sul, notei que as caturritas também são muito apreciadas por algumas pessoas que as criam como animais de estimação. Quando nesta condição, o curioso é que as aves são chamadas de *cocotas* – e não de caturritas –, conforme me sugeriram alguns interlocutores. A princípio, parece haver uma distinção muito marcada entre as *cocotas* e as caturritas, em associação às categorias de doméstico e selvagem, o que vem a ser um tópico de muito interesse de investigação para esta pesquisa e para a antropologia das relações humano-animal. Muitas dessas criações de caturritas como *cocotas* ocorrem a partir da captura e comércio ilegal na

---

<sup>45</sup> Cf.

[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p\\_noticia=184661&SECRETARIA+DO+MEIO+AMBIENTE+RESGATA+NINHOS+DE+CATURRITAS](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p_noticia=184661&SECRETARIA+DO+MEIO+AMBIENTE+RESGATA+NINHOS+DE+CATURRITAS).

<sup>46</sup> Cf.

[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal\\_pmpa\\_novo/default.php?p\\_noticia=187330&SMAM+PROMOVE+PALESTRA+SOBRE+MANEJO+DE+NINHOS+DE+CATURRITA](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=187330&SMAM+PROMOVE+PALESTRA+SOBRE+MANEJO+DE+NINHOS+DE+CATURRITA).

fronteira uruguaia, como em Santana do Livramento – RS e Rivera (Uruguai)<sup>47</sup>. Segundo o Artigo 29 da Lei 9.605/98 (grifo meu) é crime contra a fauna:

Art. 29. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida: Pena - detenção de seis meses a um ano, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas:

I - quem impede a procriação da fauna, sem licença, autorização ou em desacordo com a obtida;

II - quem modifica, danifica ou destrói ninho, abrigo ou criadouro natural;

III - quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente.

§ 2º No caso de guarda doméstica de espécie silvestre não considerada ameaçada de extinção, pode o juiz, considerando as circunstâncias, deixar de aplicar a pena.

§ 3º São espécimes da fauna silvestre todos aqueles pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras.

Foi também a partir do comércio ilegal de caturritas como animal de estimação na Europa que esta ave se tornou também uma praga, sobretudo na Espanha onde são chamadas de *cotorras argentinas*. Os dois principais pontos de divergência entre os casos gaúcho e espanhol é que, enquanto no primeiro a caturrita se trata de uma ave nativa e praga agrícola, no segundo, ela é uma espécie exótica invasora e praga urbana (SICK, 2001; TEIXEIRA, 2017; MARTÍN PAJARES, 2005). Conforme um censo organizado pela ONG espanhola SEO/BirdLife (MOLINA et al., 2016), estima-se que entre os anos de 1981 e 2014 foram exportadas para a Espanha por volta de 258 mil caturritas, e que a população das aves no país ao redor de 20.000 exemplares. De acordo com este mesmo censo (MOLINA et al., 2016:12), as caturritas causam danos agrícolas em plantações de milho, em árvores frutíferas e silos de grãos, além de ter se estimado, só na Catalunha, uma população de 1.441 caturritas responsáveis por causar danos em plantações de tomates, estimando-se uma perda de 7.800 euros.

Além do aspecto agrícola, que se pontua como pequeno, o maior problema parece residir na zona urbana, onde estas aves podem trazer muitos prejuízos ao nidificarem em

<sup>47</sup> Cf. <http://solidariedadeanimal.blogspot.com/2008/10/caturritas-so-vendidas-livremmente-em.html>.

antenas telefônicas e na rede elétrica, o que pode ocasionar curtos circuitos e interrupção no sistema de distribuição destes serviços. Em Barcelona, foram contabilizados por volta de 1.500 ninhos e 5.000 exemplares de caturritas<sup>48</sup>. Na mesma cidade, em outubro de 2022, uma poda de árvores em caráter de urgência foi realizada pelo risco de queda devido à presença de ninhos de caturritas. Conforme noticiado na imprensa local<sup>49</sup>, os ninhos de caturritas podem pesar de 80 a 150kg. Outro impacto no ambiente urbano diz respeito à disputa com espécies autóctones e o potencial de transmissão de enfermidades ao ser humano, como a psitacose, gripe aviária e salmonela, além de enfermidades a outras aves como a doença de Newcastle – embora os autores afirmem que ainda são necessários mais estudos para se confirmar o risco real dessas infecções (MOLINA et al., 2016:13).

As cidades de Barcelona e Madrid detêm a maior população de caturritas, sendo que nesta última já existe um plano de extermínio das aves, de acordo com a imprensa espanhola, o que tem dividido opiniões entre especialistas e as pessoas de modo geral. Os jornais *ABC de Madrid*, *El País* e *La Nación*<sup>50</sup> reportam o extermínio de 12 mil caturritas, segundo os quais o custo total para a realização dessa ação estava estimado em 100 mil euros. No entanto, segundo um novo decreto madrilenho, esse custo se elevou para quase três milhões de euros, conforme reporta *El País*<sup>51</sup>. A justificativa dada pelos idealizadores do projeto para o aumento desse custo é a de que agora se optou por utilizar uma técnica de menor sofrimento às aves. Nesse sentido, algumas das polêmicas que envolvem o caso das caturritas na Espanha dizem respeito ao elevado custo econômico para a realização do controle por um lado e, por outro, aos prejuízos causados tanto na esfera agrícola quanto conservacionista, no sentido em que a caturrita pode ameaçar a manutenção de espécies autóctones.

Considerando o contexto latino-americano e europeu, o que se tem são situações de muita riqueza para analisar os conflitos e implicações entre espécies nativas e exóticas invasoras. Enquanto na Espanha as caturritas, exóticas invasoras, põem em ameaça

---

<sup>48</sup> Cf. <https://www.lavanguardia.com/participacion/las-fotos-de-los-lectores/20200525/481381318901/debate-cotorra-ave-invasora-plaga-barcelona-madrid.html>.

<sup>49</sup> Cf. <https://beteve.cat/medi-ambient/poda-urgencia-jardins-casa-bloc-risc-caiguda-nius-cotorres/>.

<sup>50</sup> Cf. [https://www.abc.es/espana/madrid/abci-ayuntamiento-exterminaras-12000-cotorras-argentinas-madrid-proximo-otono-201910071152\\_noticia.html](https://www.abc.es/espana/madrid/abci-ayuntamiento-exterminaras-12000-cotorras-argentinas-madrid-proximo-otono-201910071152_noticia.html);

[https://elpais.com/ccaa/2019/10/07/madrid/1570443327\\_282116.html](https://elpais.com/ccaa/2019/10/07/madrid/1570443327_282116.html);

<https://www.lanacion.com.ar/el-mundo/madrid-se-prepara-exterminar-12000-cotorras-argentinas-nid2294990>.

<sup>51</sup> Cf. [https://elpais.com/ccaa/2020/02/12/madrid/1581506063\\_297003.html](https://elpais.com/ccaa/2020/02/12/madrid/1581506063_297003.html).

espécies da fauna e flora nativa, no Rio Grande do Sul e no Uruguai são também as caturritas, mas agora nativas, que colocam em risco espécies exóticas, porém interessantes economicamente como a soja<sup>52</sup> e o eucalipto. Observemos que a condição de praga da caturrita só é atribuída quando inserida numa relação envolvendo outros seres que contribuem para sua prosperidade e/ou que são impactados por sua presença. Dentro de uma perspectiva de produtividade agropecuária, por exemplo, é a partir do momento em que as aves causam danos e prejuízos econômicos ao setor que são tidas como pragas.

Para além dos efeitos em ambientes urbanos, o que busco destacar é que determinados animais passam a ser considerados e compreendidos como praga na relação agropecuária, envolvendo produtores e monoculturas. Em artigo sobre as invasões biológicas de Mack e colaboradores (2000:11), os autores argumentam a respeito dos impactos econômicos causados por espécies invasoras e da falta de entendimento entre “natureza e economia”. Nesse sentido, os impactos econômicos podem ser compreendidos como de duas ordens: (1) uma perda direta na produção agropecuária e (2) o custo direto aplicado no combate à invasão, envolvendo quarentena, controle e erradicação. Os autores ainda apresentam uma estimativa levantada por um grupo sobre os custos anuais com espécies “não nativas”<sup>53</sup> nos Estados Unidos. Dentre os custos estão perdas diretas na produtividade agrícola e utilização de herbicidas contra ervas daninhas, o que totalizam 6 bilhões de dólares ao ano. No entanto, os autores ainda explicam que esses são os custos diretos, pois se somados os indiretos resultaria em 138 bilhões de dólares ao ano (MACK et al., 2000:11). Embora os autores não definam “pragas” (*pests*), o termo aparece sempre em referência ao contexto agrícola de prejuízo. Vejamos também a condição de praga dos gafanhotos, animais que ganharam bastante repercussão no sul do Brasil, na Argentina e no Uruguai no ano de 2020.

No final do mês de junho, os brasileiros – em especial os gaúchos – foram surpreendidos por uma nuvem de gafanhotos<sup>54</sup> identificada na região leste da Argentina, que deixou as fronteiras com o Uruguai e Brasil em alerta. A notícia logo me chamou a atenção por notar ali uma grande ameaça à agricultura e a necessidade de diálogo entre

---

<sup>52</sup> Aqui também se entende que a soja, nativa da Ásia, passou por uma série de processos de modificações (domesticação e melhoramentos, segundo site da EMBRAPA) ao longo dos anos. Cf. <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/historia>.

<sup>53</sup> No original, “non-indigenous species”.

<sup>54</sup> No espanhol, *manga de langostas*.

órgãos públicos gaúchos, argentinos e uruguaios, inclusive também se destacando o fato de que produtores rurais do Rio Grande do Sul deixaram 400 aviões à disposição para aplicação de inseticidas<sup>55</sup>. Condições climáticas como a direção dos ventos contribuíram para que a nuvem de gafanhotos não migrasse ao Brasil e permanecesse em território argentino.

O SENASA (*Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria*) da Argentina<sup>56</sup> é o órgão responsável pela realização do controle e monitoramento desses insetos no país. Para fins de dimensão dos impactos causados por gafanhotos, em um dos Seminários promovidos pelo órgão apresentou-se a estimativa de que uma das nuvens tinha a densidade de 40 milhões de indivíduos por km<sup>2</sup> e uma voracidade de 80 toneladas de matéria vegetal. O controle realizado pelo SENASA utiliza-se da aplicação de inseticidas que pode ser feita por meio de aviões e drones, ou de forma manual devido à dificuldade de acesso a alguns lugares. No segundo caso, uma pessoa (chamada *langostero*) se desloca a pé ou a cavalo e aplica o inseticida por meio de um pulverizador costal. Geralmente as aplicações ocorrem logo pela manhã, às vezes antes de o sol nascer, tendo em vista que é um horário em que a nuvem de gafanhotos está adormecida. Há, ainda, o cuidado de mapear a região para evitar que a aplicação ocorra próxima de apiários, pois abelhas e suas colmeias devem ser preservadas – diferentemente dos gafanhotos que destroem pastos e plantações.

Até novembro do mesmo ano de 2020, outras nuvens de gafanhotos preocupavam as autoridades argentinas – e deixavam gaúchos e uruguaios em alerta. O SENASA realizou, com certa periodicidade, alguns seminários *online* a fim de divulgar a situação das nuvens de gafanhotos e relatar como estavam ocorrendo os procedimentos de monitoramento e controle. Num destes seminários, o engenheiro de processos responsável pelo controle de gafanhotos, Hector Medina, relatou que, após uma parceria público-privada entre SENASA, Ministerio de Producción e produtores locais<sup>57</sup>, houve o controle de uma das nuvens de gafanhotos quase na fronteira com o Uruguai, por meio da aplicação de agrotóxicos de formas aérea e terrestre. Ao longo dos meses, outras nuvens se formaram

---

<sup>55</sup> Cf. <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/07/22/70-avioes-agricolas-com-inseticidas-estao-preparados-para-possivel-chegada-de-nuvem-de-gafanhotos-no-rs.ghtml>.

<sup>56</sup> Cf. <https://www.argentina.gob.ar/senasa/programas-sanitarios/cadena-vegetal/cereales-producci%C3%B3n-primaria/programas-fitosanitarios/langostas-y-tucuras>.

<sup>57</sup> Cf. <https://www.argentina.gob.ar/noticias/el-trabajo-publico-privado-logro-controlar-una-manga-de-langostas-en-santiago-del-estero>.

e algumas puderam ser controladas. Embora no Brasil o assunto dos gafanhotos tenha silenciado, na Argentina perdurou, inclusive com a realização de diversos seminários sobre o tema em parceria com outros países, como Paraguai e Bolívia. Esses diálogos têm enfatizado que, conforme pronunciado por Hector Medina, “*para se ganhar a luta contra os gafanhotos é preciso imitar o comportamento deles: atravessando as fronteiras geopolíticas e se organizando em grupo*”.

Gafanhotos podem ser considerados uma praga bíblica e histórica. Há diversas menções bíblicas aos insetos, sendo que a maioria remete a uma ideia de castigo e punição, no sentido em que gafanhotos devorarão plantações e causarão os piores danos à agricultura. Uma análise das passagens bíblicas remetidas aos gafanhotos é feita por Evaristo de Miranda (2003) que destaca o quanto os insetos estão associados ao desperdício e à desolação, mas isso também pode ser variável quando servem de alimento aos humanos. Com relação a alguns históricos dos insetos, há registros de danos causados a plantações de mandioca em Buenos Aires, na Argentina, desde o ano de 1538. O programa de controle dos insetos no país iniciou-se em 1891. No Rio Grande do Sul, há registros de gafanhotos nas décadas de 1930 e 1940, conforme relatado pela imprensa local<sup>58</sup>, e ainda mais distante no tempo, em 1896 (FERNANDES; PÁDUA, 2018:146). Contudo, o que poderia ser compreendido como uma praga por excelência ao considerarmos os registros históricos e a capacidade de voracidade, esse inseto também pode ser compreendido como uma forma de celebração para a população de Niamey, capital do Níger. Hugh Raffles (2010) narra sua experiência no local indagando-se como gafanhotos podem, simultaneamente, ser presságio de vida e morte, trazer celebração e fome, mostrando as tantas essências e significados dos animais.

Gafanhotos na condição de praga, entretanto, nos auxiliam a compreender que nessa condição está implicada uma noção de território que dialoga diretamente com o conceito de espécie exótica invasora e os estudos sobre invasões biológicas. “Além dos gafanhotos ignorarem os limites entre países”, escrevem Fernandes e Pádua (2018:159), “a forma de deslocamento desses acrídeos pelo céu acentuava ainda mais as limitações humanas frente ao que poderia ser considerada uma “calamidade natural” [...]. A própria natureza do problema [...] revela uma situação que não se detém nas fronteiras nacionais”.

---

<sup>58</sup> Cf. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2020/06/ameacado-por-nuvem-de-gafanhotos-rs-ja-teve-registro-de-invasao-nas-decadas-de-1930-e-1940-ckbtoknzt00cc0162ggo64hq7.html>.

Portanto, vejamos na seção que se segue um pouco mais do debate envolvendo pragas, exóticas invasoras e territórios.

### **De pragas e invasões territoriais**

A antropóloga Anna Tsing (2019:241) entende pragas como “organismos que assumem o controle após perturbações humanas”, isto é, que se proliferam em paisagens que ela chama de arruinadas. Considerar javalis, caturritas e gafanhotos enquanto pragas agrícolas abre a possibilidade de se pensar nas paisagens monoculturais como perturbações, ruínas. No entanto, não se trata de uma matemática simples implicada apenas em uma grande escala agropecuária. A ideia de praga também se apresenta em diferentes escalas e relações, e tampouco se trata de uma equação entre espécies nativas, exóticas e exóticas invasoras. Um dos principais *insights* que tive ao longo de minha pesquisa foi em uma conversa com o biólogo Luís Fernando Perelló que me aclarou que o conceito de praga é, sobretudo, um conceito da agronomia, uma vez que diz respeito a uma relação entre produção e prejuízo, do qual a biologia não se ocupa.

Estabelecendo conexão entre os eucaliptos e a introdução de espécies, o antropólogo Rune Flikke (2018), traz um ponto de importante relevância com relação à colonização e à domesticação que se atrela diretamente à invasão biológica. O autor argumenta que nem sempre o ato de introduzir espécimes (e espécies) num outro território teve o mesmo caráter negativo como atualmente. Conforme vimos na seção anterior, o eucalipto foi introduzido no Brasil com um fim ornamental. Muitas espécies foram introduzidas não apenas no Brasil, mas por todo o mundo, pelos colonizadores – ou invasores – europeus, que levavam consigo sua “biota portátil” (CROSBY, 2011). Atualmente, em termos legais brasileiros, o Artigo 04 da Lei 5.197/67 e o Artigo 31 da Lei 9.605/98 configuram como crime a introdução de espécies no país sem a devida autorização. É válido mencionar a distinção feita entre espécies exóticas e espécies exóticas invasoras e algumas de suas definições. A IN 141/06 do IBAMA define fauna exótica invasora como “animais introduzidos a um ecossistema do qual não fazem parte originalmente, mas onde se adaptam e passam a exercer dominância, prejudicando processos naturais e espécies nativas, além de causar prejuízos de ordem econômica e social”.



De maneira geral, o campo da biologia e ecologia reconhece que a dispersão de espécies para ambientes dos quais não são nativas se deve por uma diversidade de possibilidades, mas a ação humana é a que vem se destacando nas últimas décadas. Ainda que a ação humana não seja exclusiva na introdução de espécies em um local, é por meio dela que esse fenômeno se espalhou nos últimos 200 anos, sobretudo pelo transporte e comércio (MACK, R. et al., 2000; BUCKLEY, Y; CATFORD, J, 2016; BLACKBURN, T. et al., 2011). As definições de espécie exótica invasora são múltiplas, podendo ser compreendidas em oposição a nativas, ou como aquelas atreladas às ações humanas ou, ainda, associadas aos efeitos nocivos à economia, meio ambiente e saúde humana (PYSEK et al., 2020:03). Na tentativa de unificar uma estrutura de modelo conceitual do processo de invasão biológica, o biólogo Tim Blackburn e colaboradores (2011) elencam alguns estágios pelos quais uma espécie deve passar até que seja considerada invasora. São eles: transporte, introdução, estabelecimento e propagação. Dentro de cada estágio, por sua vez, existem barreiras pelas quais as espécies devem passar, e que determinarão seu êxito ou falha, bem como as medidas preventivas que podem ser tomadas em cada uma delas. A depender do estágio em que se encontra, sua terminologia poderá variar entre: casual ou introduzida, naturalizada ou estabilizada, invasora. Todas elas dentro da lógica de exóticas (*alien*). Reproduzo o esquema dos autores a seguir:

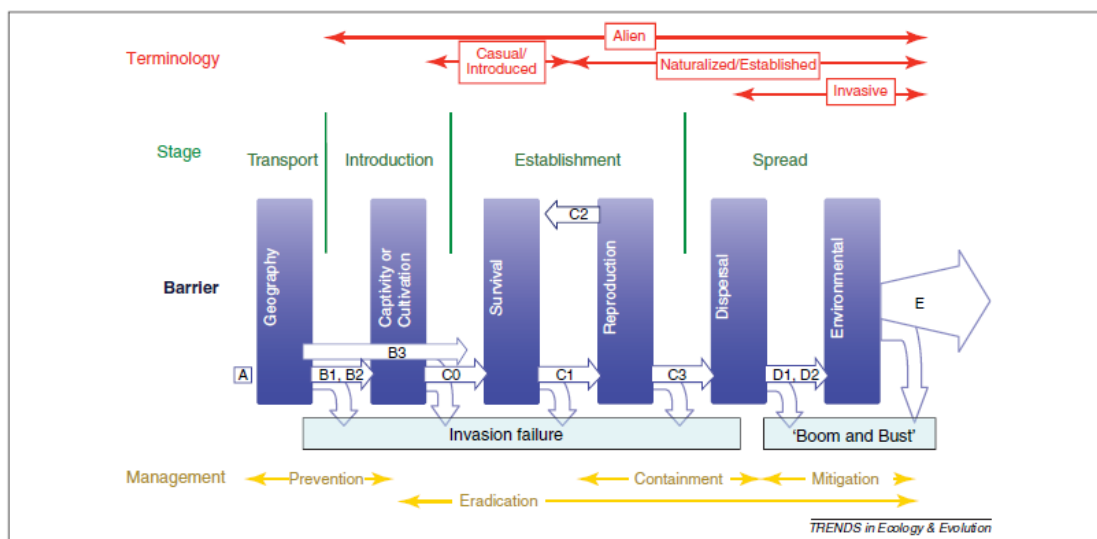


Figura 5 – Esquema elencando os estágios pelos quais uma espécie passa. Fonte: Blackburn et al., 2011.

Até aqui vemos a complexidade da ideia de espécies exóticas invasoras, tendo em vista que implica uma série de processos de inserção, adaptação, capacidade de se estabelecerem e de causarem danos, bem como questões referentes à sua origem e/ou

interesses manifestados – por exemplo, os embates entre natureza e economia de que fala Mack e colaboradores (2000) acima mencionados. Quando se trata de avaliar os impactos causados por espécies exóticas invasoras a compreensão parece ser mais fácil, como é o caso dos javalis no Brasil, ou das caturritas na Espanha. No entanto, vejamos algumas importantes considerações feitas pelo biólogo e ecologista Daniel Simberloff (2013:03 – tradução minha) sobre a não precisão de se utilizar o termo invasor para se referir a espécies introduzidas:

Uma espécie introduzida é qualquer espécie que chega a algum lugar com o auxílio humano (deliberado ou acidental), incluindo até mesmo aquelas que não estabelecem populações ou que estabelece, mas não se disseminam amplamente para além do ponto de sua chegada. Biólogos, de um modo geral, têm restringido o termo invasor a casos em que as espécies são encontradas para muito além de sua área de chegada.

Por outro lado, a classificação de invasor em termos jurídicos é utilizada para definir as espécies que impactam negativamente o ambiente, a economia e/ou a saúde humana e, por vezes, são simplesmente chamadas de pragas. No entanto, como bem observa, “nem toda invasora causa danos significativos, e nem todas as pragas são introduzidas.” (SIMBERLOFF, 2013:03 – tradução minha).

O termo invasor tem se mostrado de certo modo polêmico, uma vez que o campo dos estudos referentes às invasões biológicas se baseia em termo e conceitos próprios da estratégia militar, como muito bem pontuado pelo antropólogo Caetano Sordi (2020) a partir das reflexões de Fortané e Keck (2015) sobre biossegurança. Sordi explica que alguns biólogos, tal como Simberloff (2013) e outros (COLAUTTI; MACISAAC, 2004; LARSON, 2005) se propõem a utilizar termos mais neutros, sem remeter a “exotismo” e “invasão”, uma vez que possuem conotações xenófobas e racistas (SORDI, 2020:212). Em seu artigo, Sordi discorre sobre a guerra ao javali e as concepções de guerra que se fazem presentes na abordagem das espécies exóticas invasoras, proveniente de um contexto de Guerra Fria e preocupações com a segurança nacional. Portanto, é evidente que os conceitos de nativo e exótico só fazem sentido com a existência de território e fronteiras.

Noções de território e de nação estão diretamente atreladas às invasões biológicas, como bem vimos sobre a relação com o vocabulário militar apresentada por Caetano Sordi (2020). Também a antropóloga Ciméa Bevilaqua (2013) trata sobre a mobilidade de espécies exóticas invasoras para se pensar os limites territoriais, e não apenas do Estado.

Segundo a antropóloga, essa mobilidade se dá de forma indefinida, podendo ser simultaneamente “legal e ilegal, dependente e independente da ação humana, previsível e imprevisível, ocasional e permanente”, sendo o único caráter consensual o fato de ser “indesejada” (BEVILAQUA, 2013:108). Adiante, Bevilaqua também explicita um argumento que indica a insuficiência de uma ação isolada dos estados. No entanto, para além dessa insuficiência, um ponto chave para a compreensão de aspectos ligados ao território é a ambiguidade das regulamentações de circulação desejada de seres humanos e não humanos. Ou seja, ao regulamentar as circulações de caráter desejado, consequentemente haverá aquelas indesejadas passíveis de controle.

Esse pode ser considerado um caso similar ao das “cartografias proibitivas”. Em seu livro intitulado “*No dig, no fly, no go*”, o cartógrafo Mark Monmonier (2010) demonstra como mapas podem funcionar como o que ele chama de cartografias proibitivas, isto é, instrumentos de controle e restrição de acessos, circulação e mobilidade por meio da delimitação de fronteiras. No entanto, atenta ao fato de que “só porque uma fronteira está mapeada, não há razão para assumir sua aceitação pelos vizinhos que são por ela separados” (MONMONIER, 2010:03 – tradução minha). A seu ver, as linhas de fronteiras são barreiras ao movimento. É exatamente ao delimitar uma área e circunscrever uma linha de fronteira que se estabelece um “dentro” e “fora”, categorias que podem se desdobrar em tantas outras como desejado e indesejado, nativo e exótico, e assim sucessivamente.

Gostaria de retomar agora o artigo de Bevilaqua (2013), uma vez que a antropóloga também traz uma importante reflexão sobre os conceitos de praga, espécie exótica invasora e invasão biológica. Conforme vimos anteriormente, e também é mencionado por ela, existe uma tensão entre as políticas ambientais e comerciais e isso gera algumas ambiguidades, uma vez que “normas sanitárias estabelecidas no âmbito de acordos de comércio podem, paradoxalmente, oferecer maior proteção contra espécies e subespécies invasoras” (BEVILAQUA, 2013:115). É então quando se insere o termo praga para classificar aquelas espécies que causam danos às plantações. Contudo, como bem observa Bevilaqua, tal termo se refere mais a um atributo jurídico que de seus efeitos daninhos concretamente. Nesse sentido, espécies que são tidas como invasoras, mas não como pragas, ficam numa espécie de limbo no que diz respeito às normas e regulamentos de circulação. A antropóloga ainda elenca uma série de ambiguidades encontradas em

legislações que confundem medidas de proteção ambiental e disseminação de espécies invasoras, mas é sua reflexão final que mais nos interessa aqui:

Se a teoria política e o direito internacional sustentam que o território de um estado não pode ser simultaneamente o de outro, a circulação incessante dos seres vivos ditos invasores enuncia a possibilidade de existência simultânea de diferentes territórios no mesmo espaço, constituídos por uma multiplicidade de movimentos que se entrecruzam e se sobrepõem, sem nunca coincidirem inteiramente (BEVILAQUA, 2013:121).

Isto é, a própria delimitação de territórios é responsável por criar conceitos como os de nativos e exóticos, bem como de pragas, a partir de suas mobilidades que transcendem as fronteiras territoriais. E para além de fronteiras, territórios, nativos, exóticos e invasores, o próprio conceito de espécie se mostra de forma instável para as reflexões aqui propostas.

Em minha pesquisa sobre pombos urbanos (MORENO, 2019a; 2019b) argumento sobre a insuficiência de tal conceito baseando-me, principalmente, na proposta de Lien & Law (2011) de que são as práticas materiais-semióticas mais importantes para determinar uma relação, mas também no que diz Espinosa (1973) sobre as distintas produções de afetos quando dos encontros entre corpos. O que nos interessa é compreender que uma espécie em si não terá exatamente o mesmo comportamento, tampouco estabelecerá as mesmas relações em qualquer lugar. A instabilidade do conceito de espécie também é tratada por Santiago Cruzada (2023:90-91 – tradução minha) que argumenta que as espécies não são uma coisa em si mesma, “mas o resultado da interação entre condições biológicas dos organismos e das práticas científicas que as classificam, catalogam, reenquadram ou refazem para sua entrada e vigência no mundo social”. Lembremo-nos do caso apresentado sobre os javalis de Barcelona, que assumem um caráter reversível (ARREGUI, 2023) e que são reconhecidos e identificados enquanto indivíduos singulares, e não como apenas mais um exemplar de uma espécie.

Conforme vimos ao longo deste capítulo, caturritas e gafanhotos são bons para pensar (LÉVI-STRAUSS, 1975), não apenas na praga, mas nessas tantas outras classificações instáveis como espécies, territórios, nativos, exóticos, invasores. Cotejando o que diz a bibliografia sobre invasões biológicas com contextos de vivências entre esses animais e outros seres fica evidente que são mais as práticas e relações que significam os

agentes, e não o contrário. Isto é, javalis, caturritas e gafanhotos não são pragas, espécies, nativos, exóticos ou invasores, em si mesmos. Mas sim suas circunstâncias podem assim os classificar. Em suma, as ações criam relações, como na estrutura performativa de que fala Marshall Sahlins (1990), de que se amigos criam presentes, reversivelmente, presentes também criam amigos. Portanto, podemos assumir que os próprios territórios criam seus nativos, exóticos e invasores. As próprias lavouras criam pragas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caminhamos para o término deste texto que ao produzir amarras, conseqüentemente gera suas pontas soltas. No primeiro capítulo adentramos em dois contextos de caça de javalis, no Brasil e Espanha, e pudemos compreender as diversas formas como a caça é realizada, de quais recursos se dispõe, além de também compreendermos suas regulamentações específicas. Como muitos autores apontam, a antropologia pouco tem se debruçado nas investigações sobre caça desportiva, contemplando mais aquelas motivadas pela subsistência de um grupo. Sendo um tema que começa a ser mais explorado, desdobraram-se tensões para que sejam investigadas futuramente, como aquelas entre os próprios caçadores e outras envolvendo outros grupos sociais. Com tantos outros desdobramentos a partir da atividade cinegética, esta pesquisa buscou centrar-se apenas no que se referia ao controle de uma praga a fim de compreender esse conceito.

No segundo capítulo passamos por paisagens gaúchas e catalãs a fim de experienciar como são entrecidas as relações com javalis nesses espaços onde são considerados pragas. Suas interações com outros seres, como plantações agrícolas, fauna e flora nativa, florestas, são responsáveis por sua prosperidade e condição de praga aos humanos. Para meus interlocutores, isso se deve a uma mudança na paisagem, o que atribuo à ideia de temporalidade de Tim Ingold (2000) e de paisagens arruinadas de Ana Tsing (2018; 2019), uma vez que essas mudanças são produto do próprio habitar dos seres com as paisagens. Portanto, mesmo quando são acionados tempos como “antes” e “agora” não os compreendo como temporalidades desconexas, mas como um *continuum* de relações.

Por fim, no terceiro capítulo vimos a respeito de animais exóticos invasores – por vezes muito associados à ideia de praga – que apenas são assim considerados em um determinado local e em relação a algum outro. Por exemplo, as caturritas são nativas do Brasil (e de outros locais), mas exóticas invasoras na Espanha. Assim como os javalis, que são nativos da Eurásia, mas exóticos invasores no Brasil. E assim sucessivamente. O ponto de destaque, nesse sentido, é que animais e pragas não compreendem as fronteiras que são criadas e impostas pelos seres humanos, as quais podem ser consideradas barreiras ao

movimento, como aponta o cartógrafo Mark Monmonier (2010:30). Também vimos que os conceitos frequentemente associados a espécies que causam algum efeito negativo relativo à economia, meio-ambiente e/ou saúde são bastante conflituosos e complexos, seja por envolverem questões territoriais e xenófobas, ou por serem eles próprios instáveis.

Por reconhecer a instabilidade de tantos conceitos aqui apresentados, não poderia ser diferente com a ideia de praga. Assim, talvez o problema não esteja na conceituação do termo, mas na pergunta que se pretende responder. O que é praga? Perguntar-se pelo *que* é uma coisa implica uma resposta estável. Proponho, então, que nos questionemos *quando* é praga. Afinal, até aqui vimos o quanto a ideia de praga está atrelada a circunstâncias, como um significante flutuante. Retomemos minha etnografia no *pueblo* de Vilanova de Meià, os javalis e sua caça. Parece ser unânime entre meus interlocutores um entendimento, à primeira vista, ambíguo do javali enquanto praga e a motivação para caçá-lo. Para Josep Maria pai e filho a motivação não é a mesma de anos atrás, quando se caçava para comer. Eles concordam que a prática da caça é *“pelo dano que causam à agricultura ou pelo perigo da peste. Bom, há muitos fatores que influenciam, mas agora a caça é mais recreativa, não é por fome”*. E prosseguem esclarecendo que caçam outros animais, *“mas se não causam danos não vou caçar. O que causa dano? O javali, pois vou caçar o javali”*.

Dois outros exemplos se fazem interessantes para pensarmos quando é praga. Sabemos que ali os javalis são numerosos, causam danos, são caçados e são considerados praga. Corços, por sua vez, são numerosos, são caçados, não causam danos e não são considerados pragas. Outra situação inversa também se faz presente, como me relata Nito, outro morador do *pueblo* que já foi caçador furtivo. Ele menciona que furões e raposas causam danos, pois são animais predadores, como vampiros, que chupam o sangue de galinhas e matam outros animais apenas por hobby. Mesmo assim, Nito não os vê como praga e não os caçaria. Para ele as verdadeiras pragas são *“os humanos, os animalistas e os [guardas-] florestais”*.

Corços, furões e raposas atendem a requisitos potenciais para serem considerados enquanto pragas, mas não o são. Portanto, entendo que a melhor definição seja a sugestão de Josep Maria filho que intitula esta tese: *“quando dá problema é uma praga. Enquanto não dê problema, então não”*. Aqui a ideia de problema também funciona como uma circunstância da praga, uma vez que cada agente terá sua visão de problema. Para boa parte

de meus interlocutores o problema são os javalis; para outros, os caçadores; para Nito, os guardas-florestais; para Artur, ao retomarmos nosso primeiro contato, praga eram os porcos confinados nas granjas, e assim sucessivamente.

Se direcionarmos agora o olhar aos javalis, em vez de à sua condição de praga, outras circunstâncias se apresentam. Por exemplo, diversas vezes ao longo da conversa com Josep Maria, pai e filho, eles enfatizaram que “apenas aguentam a população” de javalis com a caça. Isso é o que poderíamos chamar de *controle*, algo que busca manter um suposto equilíbrio, e não uma extinção. Dentro da perspectiva da caça também é claro que o objetivo não é o de extinguir os javalis. Nas palavras de Josep Maria pai, “*eu gosto que tenham javalis. Mas não tantos. Com a metade passaríamos. Sim, porque também teria o desfrute da caça, caçaria algum e não causariam dano. E agora causam dano e a cada dia há mais. Javalis serão um problema sério*”. Isso nos mostra que, em sua perspectiva, é como se já houvesse um desequilíbrio da população de javalis em relação a um suposto ideal harmônico. E sua projeção de um cenário futuro em que javalis ainda *serão* um problema sério nos convida a pensar ainda mais sobre o Antropoceno, as paisagens arruinadas e as pragas, pois “cada um declina ou floresce nos efeitos de projetos de fazer-mundo iniciados e mantidos pelos outros” (TSING, 2019:248).

## Referências

ARREGUI, Aníbal. Viralscapes: the bodies of others after Covid-19. *Allegra Lab*, 2020. Disponível em: <https://allegralaboratory.net/viralscapes-the-bodies-of-others-after-covid-19/>.

\_\_\_\_\_. Reencontrando al principito: de sintonias corporales y ecologías infra-especie. In: DABEZIES, J.; ARREGUI, A. *Vitalidades: Etnografías en los límites de lo humano*. Madrid: Nola Editores, 2022.

\_\_\_\_\_. Reversible pigs: an infraspecies ethnography of wild boars in Barcelona. *American Ethnologist* 50: 115–128, 2023.

ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. *Concerto Campestre*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2009.

AYRES-PEREZ, L; CAMARGO DA SILVA, C. Etograma da caturrita, *Myiopsitta monachus* (Boddaert, 1783) em ambiente natural. *Revista de Ciência e Inovação*, v. 2, n. 1, p. 115-127, 2017.

BELTRAN, Oriol; VACCARO, Ismael. “Animais selvagens convertidos em sujeitos políticos: a gestão pública da fauna nos Pirineus”. *R@U. Revista de Antropologia da UFSCAR*, 7 (1), p. 37-58, 2015.

BERTÊ, Ana Maria A. Problemas ambientais no Rio Grande do Sul: uma tentativa de aproximação. In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luis Alberto Basso; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (orgs.). *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. p. 71-85.

BEVILAQUA, Ciméa. Espécies invasoras e fronteiras nacionais: uma reflexão sobre os limites do Estado. *Revista Antropológicas*, Recife, v. 24, n. 1, p. 104-123, 2013.

BLACKBURN, T. et al. A proposed unified framework for biological invasions. *Trends in Ecology and Evolution*, vol. 26, n. 7, jul. 2011.

BLANCH, Estanislao Roca. Campus y ciudad: la experiencia del Barcelona Knowledge Campus. *Revista Iberoamericana de Urbanismo*, n. 5, p. 95-105, 2011.

BONATTI, J. et al. Trilhas da Floresta Nacional de São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul, Brasil: Mapeamento, Análise e Estudo da Capacidade de Carga Turística. *Revista Brasileira de Biociências*, Porto Alegre, v. 4, n. 1/2, p. 15-26, jan./jun. 2006.

BOSCOBOINIK, A.; CRETTON, V.; OFFENHENDEN, M. Presentación Número monográfico: Vivir en la montaña. Imaginarios, in/movilidades y sentido de pertenencia. *Quaderns de l’Institut Català d’Antropologia*, v. 38, n. 2, p. 151–164, 2023.

BUBANDT, Nils; WILLERSLEV, Rane. The Dark Side of Empathy: Mimesis, Deception, and the Magic of Alterity. *Comparative Studies in Society and History*, 57(1):5–34, 2015.

BUCHER, Enrique Hugo; ARAMBURU, Rosana Mariel. La cotorra como especie invasora: el caso de las pampas. *Ciencia Hoy*, 24; 141; 2014; p. 41-47, nov. 2014.

CESARINO, Letícia. Antropologia multissituada e a questão da escala: reflexões com base no estudo da cooperação sul-sul brasileira. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 41, p. 19-50, jan./jun. 2014.

COLLANTES GUTIÉRREZ, F. *El declive demográfico de la montaña española (1850-2000): ¿Un drama rural?* Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 2004.

COLAUTTI, Robert; MACISAAC, Hugh. A neutral terminology to define invasive species. *Diversity and Distributions*, n.10, p. 135-141, 2004.

COLLIER, Stephen; LAKOFF, Andrew; RABINOW, Paul. Biosecurity: towards an anthropology of the contemporary. *Anthropology Today*, v.20, n.5, p. 3-7, 2004.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CRUZADA, S. M. *Encuentros de vida y muerte: antropología transespecie y mundos ampliados entre cazadores y animales en el suroeste extremeño*. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Sociedade) – Universidad de Sevilla, 2019.

\_\_\_\_\_. Reflexiones virales sobre la noción de especie en las antropologías posthumanas. In: DABEZIES, J.; ARREGUI, A. *Vitalidades: Etnografías en los límites de lo humano*. Madrid: Nola Editores, 2022.

DABEZIES, Juan Martin. Discursos y tensiones entre caza, conservación y derechos de los animales en Uruguay. *Revista Etnobiología*, 17(2), 2019.

DEBERT, A. J.; SCHERER, S. B. O javali asselvajado: ocorrência e manejo da espécie no Brasil. *Natureza e Conservação*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 31-44, 2007.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo: ensaio sobre a noção de poluição e tabu*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

ESPINOSA, Baruch. Ética. In: *Os pensadores*. São Paulo: Editora Abril, 1973.

ETGES, Virginia Elisabeta. Desenvolvimento regional: uma análise da metade sul do Rio Grande do Sul, Brasil. *Novos Cadernos NAEA*, v. 13, n. 2, p. 169-186, dez. 2010.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

\_\_\_\_\_. "Fieldwork and the empirical tradition." In: *Social Anthropology*. London: Routledge, 2004.



FANARO, L. O trabalho humano-canino na truficultura chilena. *Fotocronografias*, 8(20), 120–137, 2022.

FERNANDES, Valéria Dorneles; PÁDUA, José Augusto. A Praga de Gafanhotos no Sul da América: Argentina, Brasil e Uruguai (1890-1950). *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 7, n. 3, p. 145-160, 2018.

FLIKKE, Rune. “Domestication of air, scent, and disease”. In: SWANSON, H. *et al* (ed.). *Domestication gone wild: politics and practices of multispecies relations*. Durham/London: Duke University Press, 2018.

FORTANÉ, N.; KECK, F. How biosecurity reframes animal surveillance. *Revue d’anthropologie des connaissances*, v. 9, n. 2, p. a-1, 2015.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

\_\_\_\_\_. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GUILLARDI, Bruno. *O manejo de javali como política pública: uma análise do manejo através das condições determinadas pelo poder público e a perspectiva dos manejadores frente essas condições e também sobre os javalis*. Dissertação (Mestrado em Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos) – Universidade Federal de São Carlos, 2019.

HARAWAY, Donna. *Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene*. Durham: Duke University Press, 2016.

HARTLEY, D. Anthropocene, Capitalocene, and the Problem of Culture. In: MOORE, Jason. *"Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism"*. Oakland: PM Press, 2016.

HELMREICH, Stefan. How scientists think; about ‘natives’, for example: a problem of taxonomy among biologists of alien species in Hawaii. *Journal of the Royal Anthropological Institute*. v.11, n.1, p.107-128, 2005.

INGOLD, Tim. *The perception of the environment*. London: Routledge, 2000.

\_\_\_\_\_. *Lines: a brief history*. London: Routledge, 2007.

\_\_\_\_\_. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

\_\_\_\_\_. *La vida de las líneas*. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2018.

KANIESKI, Maria Raquel et al. Caracterização florística e diversidade na Floresta Nacional de São Francisco de Paula, RS, Brasil. *Floresta*. Curitiba, PR, v. 47, n. 2, p. 177-185, 2017.

KIRKSEY, S. Eben; HELMREICH, Stefan. The emergence of multispecies ethnography. *Cultural Anthropology*, v.25, issue 4, p. 545–576, 2010.

LARSON, B. M. H. The war of the roses: demilitarizing invasion biology. *Frontiers in Ecology and Environment*, v. 3, n. 9, p. 495-500, 2005.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

\_\_\_\_\_. *Totemismo hoje*. Petrópolis: Vozes, 1975.

LOWE, S. et al. *100 of the world's worst invasive alien species: a selection from the Global Invasive Species Database*. Auckland: ISSG, 2004.

MACK, R.N., et al. Biotic invasions: causes, epidemiology, global consequences, and control. *Issues in Ecology*, N. 5, 2000.

MALINOWSKI, Bronilaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MARVIN, Garry. “Wild killing: contesting the animal in hunting”. In: The Animal Studies Group (eds.). *Killing animals*. Chicago: University of Illinois Press, p. 10-29, 2006.

MARTÍN PAJARES, M. La cotorra argentina (*Myiopsitta monachus*) en la ciudad de Madrid: expansión y hábitos de nidificación. *Anuario Ornitológico de Madrid*, p. 76-95, 2005.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de. *Animais interiores: a ecologia espiritual dos voadores*. São Paulo: Editora Loyola, 2003

MOLINA, B.; POSTIGO, J. L.; MUÑOZ, A. R. y DEL MORAL, J. C. (Eds.). *La cotorra argentina en España: población reproductora en 2015 y método de censo*. SEO/BirdLife. Madrid, 2016.

MORENO, Sarah. As múltiplas maneiras de ser dos pombos e seus afetos: como pombos e outras aves cativam os seres humanos. *Mediações*, Londrina, v. 24, n. 3, p. 72–83, 2019a.

\_\_\_\_\_. *Presenças incômodas no Porto de Santos: uma etnografia das relações entre humanos, pombos, grãos e outros sujeitos*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de São Carlos, 2019b.

\_\_\_\_\_. Paisagens portuárias: uma etnografia das relações entre humanos e pombos no porto de Santos. *Revista Ñanduty*, v. 9, n. 13, p. 272–301, 2021.

MOTTA, Inaiara. *Fatores associados à ocorrência da espécie exótica invasora javali *Sus scrofa* (Mammalia, Suidae) Linnaeus, 1758 nos municípios do Rio Grande do Sul*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas). Universidade Luterana do Brasil.

ORTEGA Y GASSET, José. “A “Veinte Años De Caza Mayor” del Conde de Yebes”. In: *Obras Completas*, Tomo VI. Madrid: Revista de Occidente, 1964.

ORTNER, Sherry. Está a mulher para a natureza, assim como o homem para a cultura? In: ROSALDO, Michelle Zimbalist & LAMPHERE, Louise. *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

OSÓRIO, ANDRÉA. Ecofeminismo, teorias do *care* e as críticas a protetoras de animais de rua. *Revista Estudos Feministas*, v. 26, p. 01-20, 2018.

\_\_\_\_\_. Conversões e predisposições à proteção de animais de rua: vocações, sensibilidades e moralidades. *Horizontes Antropológicos*, v. 23, p. 253-274, 2017.

\_\_\_\_\_. “Mãe de gato? Reflexões sobre o parentesco entre humanos e animais de estimação”. In: BEVILAQUA, Cimea; VANDER VELDEN, Felipe. *Parentes, vítimas, sujeitos: perspectivas antropológicas sobre relações entre humanos e animais*. Curitiba e São Carlos: Ed.UFPR, Ed.UFSCar, 2016.

PINTO, Leandra. Resgatando afetos: um estudo antropológico sobre redes urbanas de proteção animal. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

POLIAK, Letícia. (Des)Encuentros Interespecies: tensiones en torno a la caza del jabalí en Uruguay. *Revista Andaluza de Antropología*, n. 21, dic. 2021.

PRIETO-MANZANARES, Miguel; DIÉGUEZ-FERNÁNDEZ, José Manuel; HERRMANN, Andreas. Globicornis (Elania) depressa (Mulsant & Rey, 1868), subgénero y especie nuevos para la península ibérica (Coleoptera, Dermestidae). *Boletín de la Asociación Española de Entomología*, 42 (1-2): 119-125, 28-06-2018, 2018.

PYSEK, P. et. al. Scientists’ warning on invasive alien species. *Biological Reviews*, 2020.

RODRIGUEZ, E; TISCORNIA, G. Evaluación de alternativas de control de la cotorra (*Myiopsitta monachus*). Montevideo: INIA, 2002.

RAFFLES, Hugh. *Insectopedia*. New York: Pantheon Book, 2010.

ROSE, Deborah Bird; VAN DOOREN, Thom. Unloved Others: Death of the Disregarded in the Time of Extinctions. *Australian Humanities Review*, issue 50, 2011.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SÁNCHEZ GARRIDO, Roberto. La caza desde la antropología social y cultural: una aproximación al estado de la cuestión. *Revista de Antropología Experimental*, nº 9, texto 14: 191-205, 2009.

SANTOS, T. 2022. Girinos do Pampa. Base de dados eletrônica acessível em: <https://girinosdopampa.com>. Versão 1.0.

SAPIECINSKI, F. B. et al. Monocultura e silvicultura do eucalipto e suas possíveis complicações na metade sul do Brasil. *Salão do Conhecimento*, [S. l.], v. 1, n. 1, 2015. Disponível em: <<https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/5038>>.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SEBACH, Sween. Prefácio. In: MARASCHIN, C. & SERRANO, F. *Biossegurança e biopolítica no século XXI*. Porto Alegre: ABRAPSO, 2016.

SICK, Helmut. *Ornitologia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

SIMBERLOFF, Daniel. *Invasive species: what everyone needs to know*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SORDI, Caetano. *Presenças ferais: invasão biológica, javalis asselvajados (Sus scrofa) e seus contextos no Brasil Meridional em perspectiva antropológica*. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

\_\_\_\_\_. “Mobilização e predação: a guerra contra espécies invasoras sob duas perspectivas”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 26, n. 57, p. 207-237, ago. 2020.

SORDI, Caetano; LEWGOY, Bernardo. Javalis no pampa: invasões biológicas, abigeato e transformações da paisagem na fronteira brasileiro-uruguaia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 23, n. 48, p. 75-98, maio/ago, 2017.

SORDI, Caetano; MORENO, Sarah. Caça desportiva e controle de javalis (*Sus scrofa*) em duas regiões do Rio Grande Do Sul, Brasil: apontamentos etnográficos. *Revista Andaluza De Antropología*, (21), 62–81, 2021.

STATHERN, Marilyn. *Partial Connections*. Rowman Altamira, 2004

TEIXEIRA, Dante Martins. Com o diabo no corpo: os terríveis papagaios do Brasil colônia. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.25, n.1, p. 87-126, 2017.

TSING, Anna. Paisagens arruinadas (e a delicada arte de coletar cogumelos). *Cadernos do Lapaarq*, v. XV, n.30, p. 366-382, Jul-Dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

TURNBULL, Jonathon; SEARLE, Adam; ADAMS, William. "Quarantine Urban Ecologies." Covid-19, *Fieldsights*, May 19, 2020.

VAN DOOREN, Thom. Vultures and their People in India: Equity and Entanglement in a Time of Extinctions. In: *Unloved Others: Death of the Disregarded in the Time of Extinctions*. Australian Humanities Review, issue 50, p. 45-61, 2011.

VANDER VELDEN, Felipe. Apresentação ao dossiê: Animalidades plurais. *R@u*, v. 7, n. 1, p. 07-16, 2015.

\_\_\_\_\_. Natureza/cultura: Descentramento, crítica e desafios das ontologias não dualistas. *Calibán – Revista Latino-Americana de Psicanálise*, v. 18, p. 209-217, 2020.

VIANA, Ivan Réus. Fatores determinantes da ocorrência da espécie invasora *Myiopsitta monachus* (*Psittacidae*) no litoral de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2015.

WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*, parte 2, 3ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

WILLERSLEV, Rane. Percepções da presa. *Anuário Antropológico*, v.37 n.2, 2012.

ZENOBI, Diego. O antropólogo como “espião”: das acusações públicas à construção das perspectivas nativas. *Mana*, 16(2): 471-499, 2010.

ZULAIKA, Joseba. “Etnografía del deseo: bases teóricas”, In: *Actas XI Congreso de Antropología: Retos teóricos y nuevas prácticas*, FAAEE-Ankulegi, separata, Donostia, pp. 247-284, 2008.

## Legislações

BRASIL. *Decreto-lei 5.894, de 20 de outubro de 1943*: Aprova e baixa o Código de Caça.

\_\_\_\_\_. *Decreto 9.846, de 25 de junho de 2019*: Regulamenta a lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre o registro, o cadastro e a aquisição de armas e de munições por caçadores, colecionadores e atiradores.

\_\_\_\_\_. *Lei 5.197 de 03 de janeiro de 1967*: Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. *Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998*: Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

CATALUNYA. *Resolució ACC/821/2022 de 22 de març de 2022*: per la qual es fixen les espècies objecte d'aprofitament cinegètic, els períodes hàbils de caça i les vedes especials per a la temporada 2022-2023 en tot el territori de Catalunya.



IBAMA. *Portaria Normativa nº 20, de 27 de setembro de 1976*: Proíbe o abate de pinheiros adultos (*araucaria angustifolia*), portadores de pinhas, nos meses de abril, maio e junho.

\_\_\_\_\_. *Instrução Normativa nº 24, de 21 de março de 2004*: Autoriza o controle populacional da caturrita por meio do abate direto, em propriedades rurais localizadas nos municípios constantes no anexo I desta instrução normativa.

\_\_\_\_\_. *Instrução Normativa nº 141, de 19 de dezembro de 2006*: Regulamenta o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva.

\_\_\_\_\_. *Instrução Normativa nº 03, de 31 de janeiro de 2013*: Decreta a nocividade do Javali e dispõe sobre o seu manejo e controle.

PORTO ALEGRE. *Decreto nº 20.534, de 31 de março de 2020*: Decreta o estado de calamidade pública e consolida as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), no Município de Porto Alegre.

RIO GRANDE DO SUL. *Decreto nº 55.128, de 19 de março de 2020*: Declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. *Portaria nº 203/19, de 05 de julho de 2019*: Dispõe sobre o Plano Estadual de Prevenção, Controle e Monitoramento do Javali (*Sus scrofa*) no Rio Grande do Sul – Plano Javali/RS.

URUGUAY. *Decreto 463/982, de 15 de diciembre de 1982*: Declaración de plaga nacional al jabalí europeo, autorizándose su libre caza en todo el territorio nacional.

\_\_\_\_\_. *Decreto 164/996, de 02 de mayo de 1996*: Se mantiene la prohibición de la caza, tenencia, transporte, comercialización e industrialización de especies zoológicas silvestres y sus productos.

\_\_\_\_\_. *Decreto 343/002, de 03 de septiembre de 2002*: Marco reglamentario de la campaña de control de la cotorra.